

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Juliano Zancanelo Rezende

O Serviço Social brasileiro na contracorrente dos Movimentos Sociais:
problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil

Juiz de Fora

2022

Juliano Zancanelo Rezende

O Serviço Social brasileiro na contracorrente dos Movimentos Sociais:
problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Lúcia Duriguetto

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo autor

Rezende, Juliano Zancanelo.

O Serviço Social brasileiro na contracorrente dos Movimentos Sociais : problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil / Juliano Zancanelo Rezende. -- 2022.

178 f.

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2022.

1. Serviço Social . 2. Movimentos Sociais. 3. Lutas Sociais. I. Duriguetto, Maria Lúcia, orient. II. Título.

Juliano Zancanelo Rezende

O Serviço Social brasileiro na contracorrente dos Movimentos Sociais:
problematizações acerca da institucionalização da profissão no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em 24 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra Maria Lúcia Duriguetto - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Carina Berta Moljo
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Juiz de Fora, 02/02/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 25/02/2022, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Berta Moljo, Professor(a)**, em 25/02/2022, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Usuário Externo**, em 02/03/2022, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0665665** e o código CRC **E66222A2**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora, especialmente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pela oportunidade de me tornar Mestre em Serviço Social, com a devida qualidade crítico-científica e o compromisso teórico-político com as classes exploradas. Também, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento à esta pesquisa acadêmica, através de sua fundamental política de bolsas.

Pela possibilidade da condução investigativa qualificada nesta pesquisa, pela virtude da paciência e pela melhor das pedagogias, sou grato à minha querida Orientadora, Prof.^a Dra. Malu Duriguetto. Ainda, agradeço às Professoras examinadoras desta dissertação, Prof.^a Dra. Carina Berta Moljo e a Prof.^a Dra. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, pois suas riquíssimas observações e contribuições acadêmicas foram fundamentais para o prosseguimento deste trabalho. E um agradecimento especial à Prof.^a Carina, pela dedicada supervisão do meu estágio de docência na disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social II.

A partir do meu segundo ano como mestrando, iniciei uma experiência docente na Universidade Federal de Viçosa, onde pude aprender muito mais do que ensinar. Às colegas e aos estudantes do curso de Serviço Social da UFV, minha eterna gratidão!

Também, meus ternos agradecimentos ao grupo de estudos e pesquisa sobre a relação histórica do Serviço Social com os Movimentos Sociais no Brasil, que no enlaçamento de debates primorosos subsidiou reflexões para o desenvolvimento desta investigação e seu adensamento futuro.

E meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram afetivamente e cooperativamente para a realização deste trabalho acadêmico. Espero continuar contando com essas relações de cumplicidade e apoio em minha trajetória acadêmica, profissional e de vida!

RESUMO

Neste estudo acadêmico buscamos evidenciar a relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais e as lutas sociais das camadas subalternas da classe trabalhadora no Brasil, no percurso de institucionalização da prática profissional, entre o final dos anos de 1930 e a década de 1950. Com a utilização de revisão bibliográfica como recurso metodológico desta pesquisa, apresentamos uma sistematização, a partir do conhecimento já produzido, sob quais condições históricas, sócio-políticas e profissionais o Serviço Social brasileiro se relacionou, direta e indiretamente, com os processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas neste período. Para tanto, explicamos brevemente os pressupostos teóricos que elucidam e evidenciam historicamente os movimentos sociais e as lutas sociais da classe trabalhadora enquanto constituintes e constitutivas da determinação política da questão social no modo de produção capitalista. E abordamos a discussão sobre as expressões da determinação política da questão social na realidade brasileira, através de um resgate histórico e político do padrão da luta de classes no país, em que destacamos a potencialidade sócio-política e reivindicatória dos Comitês Populares Democráticos, criados entre 1945-1947 sob influência do PCB. Também, destacamos formas de atuação do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais desenvolvidas à época. Com ênfase na Fundação Leão XIII enquanto uma grande instituição socioassistencial demandante do trabalho profissional do Assistente Social, caracterizamos a intervenção profissional do Serviço Social na contracorrente dos movimentos sociais das classes populares, sob a perspectiva de disputa e combate contra as forças sociais progressistas e democráticas — marcadamente os comunistas. Por fim, na contraface da direção social conservadora da profissão neste período, apontamos algumas provocações para um debate futuro sobre uma alteração progressista na relação de segmentos do Serviço Social com os movimentos sociais e processos organizativos das camadas populares.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos Sociais; Lutas Sociais;

ABSTRACT

In this academic study, we pursue to point the relation between Brazilian Social Work and the working class social movements and contest in Brazil. In the path of professional practice institutionalization, between the end of the 30's and the 50's. With the use of literature review as methodological resource, we present a systematization from the knowledge already existent, under which historical, socio-political, and professional conditions the Brazilian social work has related directly and indirectly, with the organization, mobilization and claim process of the subaltern classes in that period. Therefore, we will briefly explain the theoretical assumptions that point historically the social movements and struggle from the working class as constituents and constitutive of the political determination of the social question in the capitalism. And we will address the discussion about political determination and social question expressions in the Brazilian reality, through a political and historical rescue from class struggle pattern in the country, in which we highlight the social-political potentiality of "Comitês Populares Democráticos", created between 1945-1947 under PCB influence. We also highlight forms of professional performances in socio-occupational spaces at that time. With emphasis on "Fundação Leão XIII" as a great social assistance that demands social workers. We characterize the social work intervention against the social movements, from a combat and dispute against progressive and democratic social forces perspective. Lastly, against the conservative Direction of the profession in this period, we point out some provocations for a future debate on a progressive change in the relationship of segments of Social Work with social movements and organizational process of the popular strata.

Keywords: Social Work; Social Movements; Social Struggles.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
BOC	Bloco Operário Camponês
CAS	Centro de Ação Social
CBSS	Congresso Brasileiro de Serviço Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
CONC	Confederação Nacional dos Operários Católicos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
CPC	Centro Popular de Cultura
CPD	Comitê Popular Democrático
CPOS	Comissão Permanente das Organizações Sindicais
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CTF	Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal
DC	Desenvolvimento de Comunidade
DOPS	Departamento de Ordem Pública e Social
FAFEG	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FLOF	Fundação Lar Operário Fluminense
FLXIII	Fundação Leão XIII
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPEME	Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LBA	Legião Brasileira de Assistência

MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MRM	Movimento Rearmamento Moral
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MUT	Movimento de Unificação dos Trabalhadores
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PP	Parques Proletários
PRP	Partido da República Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUI	Pacto de Unidade Sindical
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SESI	Serviço Social da Indústria
UDN	União Democrática Nacional
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTF	União dos Trabalhadores Favelados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS LUTAS ENQUANTO DETERMINAÇÃO POLÍTICA DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO.....	19
3. FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA: determinações que incidem sobre o padrão da luta de classes.....	36
3.1. <i>A formação das classes sociais fundamentais no Brasil sob o capitalismo dependente.....</i>	<i>37</i>
3.2. <i>Particularidades históricas da luta de classes no Brasil entre 1930 e o pré-1964.....</i>	<i>55</i>
4. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRACORRENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA: notas sobre a institucionalização da profissão do Brasil.....	94
4.1. <i>Prelúdios sobre a profissão na realidade brasileira.....</i>	<i>94</i>
4.2. <i>Serviço Social e a Fundação Leão XIII: “é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam”.....</i>	<i>120</i>
4.3. <i>O percurso embrionário de “fissuras” e “rachaduras” no tradicionalismo da profissão: algumas provocações para um debate futuro.....</i>	<i>153</i>
5. À GUIA DE CONCLUSÃO.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	173
FILMOGRAFIA.....	178

1. INTRODUÇÃO

A partir do legado crítico subsidiado na tradição marxista de interpretação do Serviço Social e do trabalho do Assistente Social, compreendemos que a profissão se constrói requisitada institucionalmente para atuar junto às expressões da questão social, participando do processo de reprodução das relações sociais do atual modo de produção econômica e da vida social e, portanto, dispondo em seu significado social a ineliminável contradição de interesses históricos entre capital e trabalho. Por essa insuprimível contradição estrutural que transpassa a profissão, as requisições e as respostas profissionais do Serviço Social estão submetidas historicamente aos conflitos sociais produzidos e desenvolvidos entre as classes fundamentais desta sociabilidade e suas frações de classe. Assim, se a profissão atua sob e sobre o espaço do conflito, portanto, ela também é requisitada e intervém a partir dos processos de resistência inerentes aos antagonismos de classes — estes, expressos publicamente e politicamente através das lutas e movimentos sociais. Dessa maneira, o que procuraremos explicitar enquanto determinação política da questão social está diretamente relacionada com o significado social da profissão.

Concebendo então que ao atuar sob e sobre o espaço do conflito social e de classe o Serviço Social está imerso junto aos processos de resistência, marcadamente formas de resistência desenvolvidas pelo campo do trabalho na luta de classes, *nesta dissertação nos propomos pesquisar a relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais e as lutas sociais das camadas subalternas da classe trabalhadora no Brasil, entre o final dos anos de 1930 e a década de 1950. Além de termos como pretensão apresentar uma sistematização, a partir do conhecimento já produzido, sob quais condições históricas, sócio-políticas e profissionais o Serviço Social brasileiro se relacionou, direta e indiretamente, com os processos de organização, mobilização e reivindicação das camadas subalternas da classe trabalhadora neste período, também pretendemos evidenciar formas de atuação do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais desenvolvidas neste período.*

Portanto, o problema de pesquisa que aqui se desenha é: sistematizado o conhecimento sobre as condições históricas, sócio-políticas e profissionais em que o Serviço Social brasileiro se relacionou com as expressões constituintes e constitutivas dos movimentos sociais da classe trabalhadora, em seu processo de institucionalização; como ocorreu e se desenvolveu experiências do trabalho profissional com os movimentos sociais da classe trabalhadora no país, no lastro temporal que é delimitado nosso objeto?

Conforme apresentaremos no desenvolvimento teórico desta dissertação, entendemos que a relação entre a profissão e as formas de resistência das camadas subalternas da classe trabalhadora no período de institucionalização do Serviço Social brasileiro se estabeleceu a partir do caráter próprio da intervenção profissional neste período. Ou seja, a dimensão doutrinária, moral, de disciplinamento social que acompanha o desenvolvimento profissional do Serviço Social no Brasil, mesmo que ressignificadas, a partir do que Iamamoto (2013) denomina como “arranjo teórico-doutrinário” em que a profissão assume, gradativamente, uma forma técnica e racional as ações de integração social, sem perder de vista o aspecto moral ajustador, caracteriza o tom do relacionamento da profissão com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora. Estes concebidos pelo olhar profissional do Serviço Social, neste período, como disfuncionais ao estabelecimento da suposta harmonia social, e potenciais subversivos da ordem e da tranquilidade social.

Ainda, apontamos algumas formas e instrumentos interventivos empregados pelos agentes profissionais do Serviço Social no disciplinamento e na neutralização dos processos de organização e mobilização popular, de modo a prevenir e impedir a expansão dos conflitos sociais e, portanto, das resistências daqueles que sofrem com o agravamento de suas péssimas condições de vida e trabalho em detrimento do movimento de acumulação e exploração do capital. Nesse sentido, enfatizamos as ações que eram desenvolvidas por Assistentes Sociais, profissionalmente contratados pelas grandes instituições socioassistenciais, na contenção e no disciplinamento da potencialidade político-organizativa e reivindicatória das classes

populares e subalternas, com destaque para as experiências a partir da Fundação Leão XIII.

Decidimos enfatizar nossa investigação e análise a partir da Fundação Leão XIII pelo o que representou esta instituição socioassistencial na dinâmica da luta de classes e do desenvolvimento capitalista, sintonizada com a articulação de distintos projetos corporativos conservadores, e por se constituir enquanto um espaço sócio-ocupacional privilegiado para a intervenção profissional do Serviço Social em seu processo de institucionalização no país. Em nosso juízo, amparado em avaliações históricas de pesquisadores como Valladares (2000), Honorato (2012), Iamamoto e Carvalho (2014) e Costa (2015), a Fundação Leão XIII se destaca pela motivação interventiva de combate à influência comunista, edificando como seu lema: *“é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam”*. Sendo criada como forte antagonista social e ideológica da principal força política que se propunha vocalizar os interesses democráticos das classes subalternas, a FLXIII arregimentou Assistentes Sociais na operacionalização de seus propósitos na contramão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do que suas mobilizações representavam para os rumos do desenvolvimento nacional. Lembramos que o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1947 — mesmo ano de criação da FLXIII e de retorno da ilegalidade do PCB —, apresentava como deveres dos profissionais do Serviço Social: “1) cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...]; 4) recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral” (ABAS, 1947, p.1). A conduta comunista, naquele período, além de ter sido criminalizada, portanto, tornada ilegal, também era compreendida como imoral e injusta diante os valores cristãos que norteavam as ações da FLXIII e que compunham o arranjo teórico-doutrinário do Serviço Social. Como veremos, as estratégias de controle social das classes subalternas e de arrefecimento das resistências populares, atribuídas a essa instituição e desempenhadas por seus agentes, equacionaram o caráter do relacionamento profissional do Serviço Social brasileiro com os movimentos sociais das classes trabalhadoras, na recusa da colaboração com os verdadeiros anseios democratizantes e na promoção da tutela

do “popular”, assim como ocorreu em outras instituições socioassistenciais que contaram com a presença profissional de Assistentes Sociais neste período.

Assim, antes de nos debruçarmos sobre o debate próprio da institucionalização do Serviço Social brasileiro e de seu relacionamento com as formas de resistência dos segmentos da classe trabalhadora, primeiramente explicaremos os pressupostos teóricos que elucidam os movimentos e lutas sociais enquanto determinação política da questão social no modo de produção capitalista, de modo a estabelecer mediações teóricas e históricas para melhor fundamentar nossa posterior argumentação acerca do significado social da profissão na sociabilidade do capital. Em seguida, abordaremos a discussão sobre as expressões da determinação política da questão social na realidade brasileira, em um resgate histórico e político do padrão da luta de classes no país, que se constitui a partir da formação social brasileira. Em que destacamos a potencialidade sócio-política e reivindicatória dos Comitês Populares Democráticos, criados entre 1945-1947 sob influência do PCB — que, inclusive, foi combatida pelas intervenções do Estado e das classes dominantes. Por fim, abriremos as discussões sobre o Serviço Social, partindo de um resgate sobre as protoformas da profissão no Brasil, e as heranças desse processo na institucionalização do Serviço Social, quando a profissão foi requisitada pelas exigências do desenvolvimento das relações capitalistas de produção e reprodução social. Neste último capítulo, em meio ao debate do desenvolvimento profissional do Serviço Social, identificamos algumas formas que estabeleceram o relacionamento da profissão com os processos de resistência e luta social das classes subalternas e marginalizadas. E de modo a levantar algumas provocações para um debate futuro, tecemos breves apontamentos sobre o embrionário percurso de “fissuras” e “rachaduras” no tradicionalismo da profissão, onde sinalizamos o início de uma alteração progressista na relação de segmentos do Serviço Social com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, do começo da década de 1960 até o ano de 1964.

Para respondermos ao nosso objetivo geral, ou seja, para compreendermos o objeto de investigação aqui apresentado, adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória nesta pesquisa. Para tanto, estabelecemos como recurso metodológico

a revisão bibliográfica de materiais transversais ao nosso objeto de pesquisa, que foram tratados a partir do método histórico-dialético.

A princípio, poderíamos contar também com uma análise documental, por exemplo, de jornais comunistas da época e de documentos da Fundação Leão XIII, para levantar possíveis interlocuções, diretas ou indiretas, do Serviço Social com os processos de organização, mobilização e reivindicação sindical e popular do período. Mas isso não foi possível pelo contexto de pandemia de Covid-19. Por condições de biossegurança, bibliotecas e acervos com tal documentação ainda encontram-se inacessíveis, seguindo a recomendação sanitária de distanciamento social. Assim, exploramos repositórios *online* de teses e dissertações de Universidades públicas, materiais que já tenham realizado análises documentais de temas transversais a nossa pesquisa¹, bem como obras sugeridas e disponibilizadas pelas professoras examinadoras, na realização do exame de qualificação desta dissertação.

Para o debate que envolve especificamente o Serviço Social, recorreremos também à repositórios de teses e dissertações e à acervos bibliográficos *online*, além de selecionarmos materiais que tematizem a profissão e suas formas de intervenção institucional na realidade brasileira durante o período histórico abordado no objeto de nossa pesquisa. Trabalhamos com produções que versam sobre: a dinâmica dos movimentos sociais e das lutas sociais da classe trabalhadora no Brasil, com atenção para a experiência educativa e política dos Comitês Democráticos Populares; e sobre a ação de instrumentos à serviço dos interesses das classes dominantes e das forças sociais conservadoras, que foram gestados para incidir junto às condições de reprodução social, e que contaram com a presença profissional de Assistentes Sociais, como a Fundação Leão XIII. Dessa forma, nosso propósito foi aprofundar a discussão que envolve a relação do Serviço Social brasileiro com as formas de organização e mobilização das classes subalternas. Estas como público alvo da intervenção profissional do Assistente

¹ Também, recorreremos ao acervo *online* do grupo de pesquisa *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco (MEHSSPE)* da escola de Serviço Social da UFPE, para pesquisar material relativo ao objeto desta pesquisa;

Social, institucionalmente requisitada pelas exigências do desdobramento capitalista, e transpassada pelo desenvolvimento e resultado dos conflitos sociais enquanto expressão da luta de classes.

Por mais que o Serviço Social brasileiro conte com grandiosas produções teóricas que tematizam o significado social da profissão nas relações sociais do modo de produção capitalista, bem como sobre seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, avaliamos que ainda existe uma lacuna na produção teórica da profissão sobre sua relação histórica com as formas de resistência e luta social das classes subalternas, no período de sua institucionalização no Brasil. Aqui, não estamos afirmando que não exista problematizações valiosas acerca da vinculação de classe que a profissão estabelece institucionalmente em suas primeiras décadas de desenvolvimento profissional no país. Tão pouco sustentamos a ideia de que não há produções acadêmicas que desvelam o caráter ideológico e interventivo do Serviço Social junto às camadas subalternas da classe trabalhadora no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, boa parte das produções com que conta o Serviço Social brasileiro nos dias de hoje, apontam rigorosamente as condições e as características que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes. O que identificamos enquanto lacuna, se refere à ausência de uma investigação acadêmica que sistematize experiências concretas da relação do Serviço Social brasileiro, especialmente no âmbito do exercício profissional do Assistente Social, com as organizações, mobilizações e reivindicações dos segmentos populares e subalternos da classe trabalhadora — sendo estes um dos públicos alvos da intervenção profissional em seu processo de institucionalização no Brasil.

Assim, nosso objeto de pesquisa pode ser justificado pela necessidade de adensamento do conhecimento profissional do Serviço Social sobre as maneiras e experiências em que ocorreu historicamente o relacionamento da profissão com os processos de resistência e organização política das classes subalternas, durante o período em que a prática do Serviço Social se institucionalizou no país. Não é

necessário salientar que se trata de uma contribuição nos limites de uma dissertação de mestrado. Por isso, pretendemos aprofundar essa investigação a partir da feitura da tese de doutoramento do pesquisador, na evidência de contributos analíticos sobre a relação do Serviço Social brasileiro com as expressões e manifestações da determinação política da questão social.

A escolha pelo presente objeto também se justifica pela trajetória política e acadêmica do pesquisador, como por sua origem de classe. Afinal, como afirma Deslauriers (1991), “na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e objeto de suas pesquisas” (p.58). Assim, o interesse por estudar e pesquisar a relação histórica do Serviço Social brasileiro com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora, acompanha o pesquisador desde sua estadia na Universidade pública como graduando em Serviço Social, quando começava a desempenhar a prática político-organizada que a ambiência própria de uma Universidade pública, de qualidade e socialmente referenciada possibilita, enquanto produtora e difusora do conhecimento crítico que eleva os aspectos da realidade ao seus limites. A participação ativa do pesquisador no movimento estudantil e em outros movimentos sociais da classe trabalhadora, assim como sua atuação política junto aos espaços organizativos das entidades representativas do Serviço Social, estimulou sua jovem trajetória acadêmica em ser vinculada com o debate sobre os fundamentos da profissão e os movimentos sociais da classe trabalhadora. O que se expressa nas experiências do autor em atividades de pesquisa acadêmica e extensão universitária — todas articuladas com a temática das formas de organização, mobilização, reivindicação e resistência da classe trabalhadora.

Ademais, como afirmamos acima, esse envolvimento do pesquisador com a questão dos processos de resistência das classes subalternas transpassa e ultrapassa sua trajetória político-organizativa e acadêmica, pois também é determinado por sua origem de classe. Nascido em uma família operária que descende da força de trabalho italiana excedentária, que chegou ao Brasil no começo do século passado, conviveu com as formas de disciplinamento e enquadramento do operariado nas relações sociais extensivas à fábrica, seja na vila operária onde cresceu, na escola destinada aos filhos dos operários em que

estudou, ou na própria fábrica em que trabalhou. Dessa forma, junto com a possibilidade conquistada coletivamente de ingressar e permanecer na Universidade pública e, portanto, de romper com o ciclo de três gerações destinadas ao trabalho fabril e ao amordaçamento de suas consciências, o compromisso de classe em que o pesquisador assume, conscientemente, se expressa parcialmente na realização desta pesquisa.

Portanto, contribuir para uma maior elucidação da relação do Serviço Social brasileiro com as iniciativas subalternas e populares de resistência, no percurso de institucionalização da profissão no país, além de refletir nosso comprometimento de classe com a reflexão teórica e histórica das lutas sociais da classe explorada, também, e neste mesmo processo, exterioriza a nossa vinculação ético-política com o legado crítico que, de forma hegemônica, a categoria profissional levantou, pelo menos, nas últimas quatro décadas, na problematização dos fundamentos e da história do Serviço Social no país.

Também, pontuamos que a inserção profissional do pesquisador como professor substituto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), desde o primeiro semestre de 2020, colaborou para o amadurecimento teórico e metodológico em relação ao objeto de nossa pesquisa. Mas, do mesmo modo, tal experiência docente trouxe consigo as condições e contradições próprias do trabalho assalariado e precarizado. Mesmo em meio aos percalços ainda presentes, edificamos esta dissertação, na qual esperamos poder colaborar com a problematização teórica e a sistematização histórica sobre a relação indissociável entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais na quadra da determinação política da questão social.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E SUAS LUTAS ENQUANTO DETERMINAÇÃO POLÍTICA DA QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO

Conforme os constructos de Netto (2001), a questão social se originou no processo de instauração do modo de produção capitalista, surgindo inicialmente como expressão relacionada ao fenômeno do pauperismo² na Europa Ocidental, durante as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX. Afinal, a extensiva pauperização das massas de trabalhadores era característica imediata da fase industrial-concorrencial do capitalismo. É importante frisar que o motor gerador deste pauperismo generalizado não se referia mais à falta de recursos como em organizações societárias anteriores, mas pelo contrário, o que o provocava então era a forma privada de apropriação das riquezas pela burguesia. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (ibidem, p.42). Portanto, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais no modo de produção capitalista, as péssimas condições de vida dos subalternizados crescia exponencialmente dada a nova base econômica de produção, pautada na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho e, portanto, na retenção e acumulação privada do produto socialmente produzido. Então, o que poderia ser a superação da condição de pauperização, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas para eliminar o “problema” da escassez de recursos, acabou agravando o pauperismo pela condicionante capitalista desse desenvolvimento. Desenvolve-se as forças produtivas mas na lógica do capital — de apropriação e acumulação privada da riqueza e, conseqüentemente, de produção cada vez maior de desigualdades.

O que denominamos como questão social não é senão a resultante do conflito entre capital e trabalho na sociedade burguesa. É na base econômica de produção desta sociabilidade que a questão social se estrutura historicamente enquanto produto do modo de produção que acumula de forma privada as riquezas

² ENGELS, Friedrich. “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Tradução B. A. Schumann; São Paulo: Boitempo, 2010 p.67-99. (coleção Marx-Engels/Mundo do Trabalho).

socialmente produzidas e explora violentamente o trabalho alheio. Por isso, conforme Iamamoto (2001), a questão social se funda na lei geral da acumulação capitalista³, sendo sua determinação econômica que produz, por exemplo, a pauperização — seja absoluta ou relativa — como expressão do conflito histórico entre capital e trabalho. E como o capital é uma determinada relação social⁴ de produção, a questão social, como inerente ao capitalismo, possui sua determinação política ancorada nos conflitos entre as classes sociais — estes, expressos política e publicamente por meio das lutas sociais enquanto nítida refração da luta de classes. Ou seja, a questão social, expressa por suas diversas refrações de desigualdades sociais, possui nas formas de organização, mobilização, reivindicação e resistência da classe trabalhadora sua determinação política. Essas lutas sociais, como formas de denúncia pública e política das desigualdades sociais, de relações de dominação/opressão e de reivindicação perante o Estado⁵ e o patronato, compõem o espaço político da luta de classes. Portanto, as lutas sociais constituídas pelos movimentos sociais e suas mobilizações representam a dimensão política da questão social — esta com sua explicação fundante no modo de produção capitalista.

A exemplo da determinação política da questão social desde sua gênese, segundo Netto (2017), a classe operária europeia nascente não se conformava com as aviltantes condições de vida e trabalho, e por isso desenvolveu estratégias de luta e enfrentamento às expressões da questão social — fundadas na exploração do trabalho. Primeiramente, foi no âmbito da produção das relações sociais que lutas

³ MARX, Karl. Capítulo 23 — A lei geral da acumulação capitalista. In: O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. — 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.689-784.

⁴ “(...) as relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações de produção alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade, e particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular (...) O Capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação de produção da sociedade burguesa.” (MARX, 1975, p.69 apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.36)

⁵ Estado este que expressa/representa os interesses da classe dominante — atuando como “comitê central da burguesia”, como nos elucida Marx e Engels desde a publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848;

sociais de caráter sindical evidenciaram o conflito de classe do modo de produção capitalista, seja desde a experiência *ludista*⁶, à formação das *trade unions*⁷ e o desenvolvimento do movimento Cartista⁸ — este enquanto primeiro movimento essencialmente político da classe trabalhadora por extrapolar o caráter estritamente econômico das reivindicações do movimento operário⁹.

Segundo Netto (1998), com as insurgências da classe trabalhadora do século XIX, iniciadas em Paris no primeiro semestre de 1848¹⁰ e estendidas pelo continente europeu, a classe trabalhadora inaugurou a conhecida Primavera dos Povos¹¹. Um conjunto de processos revolucionários protagonizados pela classe explorada que tanto desnudam os fundamentos das expressões da questão social como colocam em xeque as aspirações e valores da burguesia¹² — agora convertida em classe

⁶ Com o processo de desenvolvimento das forças produtivas e maior incremento de capital constante no processo produtivo, ou seja, maior uso de tecnologia / maquinário, ocorrendo a substituição de trabalho vivo por trabalho morto com objetivo de aumentar a acumulação de capital por meio da extração de mais-valia relativa, a conjuntura do início do século XIX na Inglaterra foi marcada por ações violentas de operários conhecidas como ludismo — o quebra-quebra de máquinas. A destruição de máquinas ocorria em protesto ao crescente desemprego acima mencionado, e os trabalhadores acreditavam que a razão para as demissões estavam nas máquinas, por isso agiam contra elas.

⁷ Surgidas na Europa, foram as primeiras associações sindicais da classe operária, atuando na regulação da compra e venda da força de trabalho, conforme Agüena (2008);

⁸ “[...] um movimento político da classe operária inglesa que a partir de uma “Carta” exigia uma série de reivindicações democráticas como o direito de voto e mudanças no sistema eleitoral. Para Engels sua importância residia no fato de que ele expressava um estágio superior da organização e da luta da classe operária. O cartismo indicava que a classe operária já começava a identificar que a verdadeira solução para seus problemas estava no âmbito do governo e do Estado e não nas fábricas.” (ibidem, p.12);

⁹ Ibidem;

¹⁰ MARX (2012);

¹¹ Também denominada como “Revoluções de 1848”. “Iniciada em Paris, a revolução se propaga, como fogo num rastilho de pólvora, pela maior parte da Europa continental, entre o Atlântico e as fronteiras russas. Num primeiro momento, parece que se estenderá à Inglaterra. Além da França, o turbilhão envolve: a Prússia, a Baviera, a Saxônia e outros Estados da Confederação Germânica; os territórios poloneses ocupados pela Prússia; a Boêmia e a Hungria, que procuraram livrar-se do jugo austríaco, particularmente a Hungria, cuja guerra nacional revolucionária prolongar-se-á por um ano; a Itália do norte (Lombardia), ocupada pelos austríacos, e todos os Estados italianos: o reino da sardenha, os Estados pontifícios, o reino de Nápoles etc.” (CLAUDÍN, 1975, p.09-10 apud NETTO, 1998, p.16);

¹² “Em nível histórico-universal, a experiência de 1848 demonstrou os limites reais do projeto sócio-político conduzido pela burguesia — a liberdade deve restringir-se à liberdade de concorrer no mercado, a igualdade esgota-se da formalidade jurídica e a fraternidade se revolve da retórica e no moralismo.” (NETTO, 1998, p.19);

conservadora e já dominante. Mesmo que no plano prático as insurgências daquele período foram derrotadas com muita violência e derramamento de sangue, demarcou-se precisamente “[...] a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado” (ibidem, p.19).

É nesse processo histórico de insurreições da classe operária que a determinação política da questão social se apresentou revelando os antagonismos de classe da então jovem sociedade burguesa, estruturados na determinação econômica da questão social — o modo de produção capitalista. De acordo com Netto (2001), as Revoluções de 1848 na Europa, ao colocarem para a arena pública e política os conflitos de classe da sociabilidade do capital, colocaram para a classe dominante a necessidade de modificar a compreensão sobre a relação do desenvolvimento capitalista com o pauperismo enquanto expressão da questão social. Foi nesse sentido que a burguesia se esforçou para naturalizar as expressões da questão social, de modo a ocultar os seus fundamentos diretamente estruturados pelo modo de produção capitalista. Ou seja, com os questionamentos e abalos à ordem do capital pelas lutas sociais da classe trabalhadora enquanto expressão da determinação política da questão social, a classe que expropria o trabalho alheio para a acumulação privada de riqueza se movimentou para neutralizar os sujeitos sócio-políticos capazes de afligir a ordem social, e para tornar a compreensão das desigualdades sociais — expressa pelo pauperismo — como algo natural e ineliminável de qualquer sociedade, seja capitalista ou não.

Nesse caminho, enquanto coalizão de conservação da ordem social, a burguesia nutrida do pensamento conservador¹³ laico se articulou com a Igreja, pois o conservadorismo confessional pregava o entendimento das expressões da questão social — principalmente figuradas pelas condições de pobreza e miserabilidade — a partir da explicação teológica da “vontade de deus”, afim,

¹³ “Não se pode confundir o pensamento conservador, que ganha densidade e expansão após 1848, com o reacionarismo. Se, para este, a alternativa para as mazelas da ordem burguesa consiste na restauração do Antigo Regime, o que é próprio ao pensamento conservador é o reformismo, no interior — e sem feri-las — das instituições fundantes do mundo do capital.” (NETTO, 2001, p.44)

também, de tornar as péssimas condições de vida e trabalho da classe explorada como algo ordinário e não peculiar à sociedade burguesa.

Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da ‘questão social’ (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas etc.) são vistas como o desdobramento, da sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada (preferencialmente como suporte ‘científico’), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da ‘questão social’ e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contrária a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891). (NETTO, 2001, p.43-44)

Essa coalizão do pensamento conservador, tanto burguês quanto eclesiástico, ao pretender responder às mazelas sociais inerentes à ordem social, às responderam pela via da “reforma moral do homem e da sociedade” (ibidem, p.44). Ou seja, naturalizando a questão social, o conservadorismo imputou para o “tratamento” das desigualdades sociais uma ação de cunho moralizante e reformista. Sem tocar no princípio da propriedade privada e, por isso, não colocando em xeque a ordem burguesa, o reformismo moralizador foi tido como via para a conservação da sociedade burguesa, ocultando os elementos fundantes da questão social e suas expressões. Além disso, tinha-se no Estado burguês os aparatos coercitivos necessários para garantir a ordem social pela via da repressão direta.

Em uma perspectiva antagônica à reforma social e moral (conservação da ordem burguesa) para responder às sequelas da questão social, as históricas lutas sociais dos trabalhadores, enquanto espaços mais públicos e visíveis da luta de classes, por meio da determinação política da questão social, escancaram para a arena pública e política a natureza conflitiva dos interesses históricos entre capital e trabalho no modo de produção capitalista. E, para efetivamente responder às refrações da questão social, as lutas sociais das classes subalternas expressaram o caminho necessário de superação da ordem do capital — ordem societária que possui como característica inevitável as manifestações da questão social.

Por isso, conforme Netto (2001), as experiências de lutas da classe trabalhadora travadas na Primavera dos Povos, se constituiu historicamente como condição política para o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores — agora conhecedores de seus interesses e inimigos de classe. Foi através desses acontecimentos históricos que a classe trabalhadora, consciente de sua “posição” no modo de produção capitalista e, esclarecida da incompatibilidade entre o fim das expressões da questão social e a manutenção da ordem burguesa, passou, nas palavras de Marx (1985), de uma “classe em si” para uma “classe para si”¹⁴, ou seja, elevaram sua consciência a um nível humano genérico. No entanto, esse salto histórico de consciência não é algo tido como processo contínuo e mecanicista:

[...] não se pode pensar que tal “passagem” tenha caracterizado um irreversível salto da consciência e organização da classe, de um “em si” para um “para si” definitivo. Como afirmamos, “em si” e “para si” representam duas dimensões, da constituição e da análise das classes sociais, e não um “antes e depois” de uma suposta tomada de consciência. Condição social (classe em si) e organização para a luta (classe para si) representam uma relação dialética do desenvolvimento das classes [...]. Essa dupla dimensão da classe, “em si” e “para si”, que em condições históricas determinadas podem coexistir num mesmo momento, em outras caracteriza uma passagem, levando-nos às seguintes determinações da classe: a “consciência” e as “lutas” de classes. (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.98)

Ainda, no período histórico acima mencionado, mesmo com a passagem de “classe em si” para “classe para si” a partir dos processos de luta e resistência da classe trabalhadora e, de certa forma, de desnaturalização das manifestações da questão social ao serem colocadas em evidência pelos conflitos sociais, naquele momento¹⁵ não se tinha uma produção teórico-metodológica capaz de revelar essencialmente o cerne e os fundamentos do modo de produção capitalista — este

¹⁴ “[...] as condições econômicas, inicialmente, transformam a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face do capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Da luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.” (MARX, 1985, p.159);

¹⁵ Final da primeira metade do século XIX. Leia-se: as revoluções de 1848;

fundante para compreender de forma radical a questão social. Por mais que já tinham-se elaborações teóricas de questionamento à ordem burguesa, como por exemplo as produções de Marx em a *Miséria da Filosofia* (1847) e de Marx e Engels com o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), abrindo alas para a Teoria Social Crítica, foi somente com a publicação do primeiro volume d'O Capital (1867) que foi possível a compreensão estrutural da sociabilidade burguesa e, por consequência, da dinâmica do modo de produção capitalista¹⁶, incluindo os fundamentos constituintes e constitutivos da questão social e suas manifestações¹⁷ na ambiência da luta de classes.

Especificamente em relação à publicação do Manifesto do Partido Comunista em 1848, mesmo ano dos processos revolucionários de trabalhadores, ela¹⁸ demonstra a vinculação de Marx e Engels com os interesses históricos do então proletariado. Trazemos aqui a importância histórica do Manifesto Comunista por ele expressar, segundo Netto (1998), a primeira elaboração teórico-política de um projeto societário essencialmente vinculado aos interesses históricos de classe dos trabalhadores e, por isso, antagônico à ordem burguesa. Mesmo que a publicação do Manifesto Comunista e o estouro revolucionário de 1848 não tenham relação de causalidade respectivamente, esses dois fatos históricos expressam o investimento da classe operária em “classe para si”. Ou seja, representam teórica e politicamente a elevação de consciência da classe no sentido de se reconhecer enquanto classe explorada e oprimida, e da necessidade da organização política de classe

¹⁶ Aqui mencionamos a obra d'O Capital como elaboração teórico-metodológica de desvelamento *estrutural* do modo de produção capitalista e, portanto, da sociedade burguesa, sem perder de vistas os próprios ensinamentos do materialismo histórico-dialético em relação que a realidade não é algo estático pois o real pressupõe movimento e, por isso, está em constante transformação;

¹⁷ Netto (2001);

¹⁸ Para além de toda obra e vida de Marx e de Engels, que expressam suas vinculações teórico-política com o proletariado, citamos o Manifesto do Partido Comunista pela sua característica propagandista por um outro projeto societário e, por objetivar em seu texto o diálogo com a massa proletária. E, além disso, pela sua publicação ocorrer no mesmo ano da Primavera dos Povos, mas “está claro que o Manifesto não se deve a nenhum papel estimulador dos eventos de 1848 — mesmo que tenha previsto como iminente, em antecipação arguta, uma explosão revolucionária. Entre a revolução de 1848 e o Manifesto não existe nexos causais e/ou interativos; da verdade, ambos são expressões, em planos diferentes de uma processualidade sócio-histórica bem mais inclusiva que os transcende em relação a qual adquirem plena inteligibilidade”. (NETTO, 1998, p.18)

evidenciando as contradições entre capital e trabalho no bojo da determinação política da questão social — as lutas sociais enquanto componente público e político da luta de classes.

No texto do Manifesto do Partido Comunista¹⁹, Marx e Engels apontam para a capacidade organizativa, de luta reivindicatória e de classe do operariado, no sentido claro de ser a organização política e a mobilização social desses sujeitos, expressas nas lutas sociais, como a via para a denúncia de suas péssimas condições de vida e trabalho explorado; a reivindicação de melhorias, mesmo que limitadas, para sua sobrevivência; e o meio capaz de aglutinar política e publicamente as camadas trabalhadoras no sentido de sua identificação de classe. São os movimentos e lutas sociais desenvolvidos pelos trabalhadores que possuem a capacidade de publicizar para a arena pública e coletiva as refrações da questão social, se colocando, essas lutas sociais, como desdobramentos constitutivos da luta de classes.

No começo, empenham-se na luta operários isolados; mais tarde, operários de uma mesma fábrica; finalmente, operários de um mesmo ramo da indústria de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhe fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para conquistar a posição perdida de trabalhador da Idade Média. [...] Os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum da defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim (MARX e ENGELS, 2017, p.29).

A partir dos grifos de Netto (2011), com a derrota da classe operária no processo revolucionário de 1848, abre-se um período de aproximadamente uma década de descenso das lutas sociais de trabalhadores. No entanto, “tais derrotas constituíram o material histórico a partir do qual, prática e politicamente, o proletariado começa a construir a sua identidade como protagonista histórico-social consciente” (ibidem, p.55). Esse refluxo das lutas da classe operária só começou a se reverter a partir da década de 1860. Como exemplo, tivemos a fundação da

¹⁹ (MARX e ENGELS, 2017);

Associação Internacional de Trabalhadores²⁰ (1864-1876), também conhecida como a Primeira Internacional. E como marco histórico fundamental recordamos da experiência da “Comuna de Paris” (1871)²¹. Foi a partir da retomada ativa do movimento operário europeu que a dimensão da organização sócio-política da classe vai se consolidando²², tendo o sindicato e o partido político como as principais ferramentas de luta e enfrentamento político-econômico e social, corporificando ainda mais a determinação política da questão social a partir do desenvolvimento político-organizativo e de luta do operariado contra as mazelas sociais geradas pelo modo de produção capitalista.

Segundo Marx (1985), os processos de luta dos trabalhadores contra as expressões das relações de exploração e dominação capitalista possibilitam a formação de uma “coalizão de classe”²³. Essa “coalizão de classe” representa a unidade classista dos trabalhadores contra os seus verdadeiros algozes — os burgueses. E a “coalizão de classe” se desenvolve na dimensão político-organizativa dos trabalhadores primordialmente através do sindicato e do partido político. O sindicato enquanto sujeito coletivo que atua como regulador nas relações de compra e venda da força de trabalho, defendendo os interesses reivindicatórios dos trabalhadores e, por isso, atuando no espaço de trabalho. “É clara a afirmativa que a atuação sindical é, por sua própria natureza, defensiva contra as investidas do capital, garantindo um nível admissível de participação da classe trabalhadora no produto social” (COIMBRA, s/d, p.5). Enquanto o sindicato tem por característica

²⁰ “Foi uma organização política constituída para agrupar os partidos socialistas existentes da época. Marx (que redigiu quase todos os documentos distribuídos pela AIT) e Engels desempenharam papel-chave em sua liderança. A primeira Internacional foi palco de divergências no interior do movimento operário, opondo — e poucas vezes unificando — as correntes anarquistas de Bakunin, o proudhonismo e o blanquismo com a perspectiva comunista de Marx e Engels.” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.231);

²¹ Para ver mais sobre o processo revolucionário de trabalhadores conhecido historicamente como *Comuna de Paris* — o primeiro governo proletário da história —, consultar: MARX (2011); e LOWY (2009);

²² Segundo Netto (2011), a consolidação desse processo político-organizativo da classe trabalhadora — urbana — se efetiva “às vésperas da Primeira Guerra Mundial”. (p.55)

²³ “A coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre elas [trabalhadores] a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista.” (MARX, 1985, p.158);

uma perspectiva mais corporativa, econômico-reivindicatória e reformista²⁴, o partido político extrapola o âmbito econômico e das relações de trabalho, enquanto instância universalizante e articuladora da classe e de suas diversas lutas em diversos âmbitos. “O partido é enfatizado como o principal instrumento capaz de promover a passagem de ‘classe em si’ à ‘classe para si’, ou seja, do proletariado como fenômeno objetivo ao proletariado como sujeito coletivo autoconsciente” (COUTINHO, 1998, p.56). Ainda, esse nível da organização política da classe trabalhadora é permeado pela mediação educativa e organizadora da própria classe, com objetivo fim a emancipação humana²⁵ — diferentemente, por exemplo, do sindicato que objetiva, primordialmente, e por essência, o alcance de emancipações políticas²⁶.

Segundo Santos (2012), com o desenvolvimento desses instrumentos de luta e reivindicação da classe trabalhadora, os quais publicizam as expressões da questão social e as mostram enquanto manifestação que atinge a coletividade, também se desenvolve a percepção da classe enquanto classe “na medida em que as reivindicações políticas se somam às econômicas” (p.43). Nesse delinear fica mais objetivo o confronto entre trabalhadores e patrões, oprimidos e opressores, como um confronto de classe.

²⁴ Dizemos do caráter *reformista* pela natureza do sindicato. Como sua função fundamental é a regulação da compra e venda da força de trabalho, ou seja, de atuar junto às relações de trabalho [própria do modo de produção capitalista], seu objetivo precípua é [dentro da ordem] conquistar melhores condições de trabalho e defender as conquistas dos trabalhadores contra a ganância dos empregadores. Mas mesmo que sua “natureza” seja reformista, isso não impede a organização sindical ser [como ela é] espaço fundamental na dinâmica da luta de classes.;

²⁵ Emancipação humana pressupõe “a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, reunindo novamente o produtor com os meios para produzir; ela ocorre, portanto, na necessária superação da ordem do capital” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, 131).;

²⁶ Já por emancipação política, entende-se como um “conjunto de direitos políticos e sociais que garantem uma ‘liberdade’ e uma ‘igualdade’ formais dos cidadãos — a liberdade e a igualdade perante a lei, portanto, meramente jurídicas. Dessa forma, ela sem dúvidas representa conquistas importantes no progresso e de direitos e igualdades (formais) humanos, mas realiza-se no interior da ordem social comandada pelo capital, portanto, na manutenção de um sistema estruturalmente desigual. [...] Assim, se a emancipação política é compatível com a ordem burguesa, a emancipação humana supõe sua superação” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 131).;

O desenvolvimento das formas de luta e resistência da classe trabalhadora se processou ao longo do desenvolvimento da sociedade do capital. Segundo Netto (2011), foi entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte que a fase concorrencial do capitalismo cedeu lugar para a sua fase monopolista²⁷, configurando-se seu estágio imperialista²⁸. Nessa nova fase do modo de produção capitalista, agravaram-se as contradições fundamentais entre capital e trabalho, combinando-as com novos antagonismo próprios deste período capitalista²⁹. E, portanto, o conflito de classe expressos publicamente pelas lutas sociais foi acentuado. Agora não mais perceptível somente entre patrão e trabalhadores, mas entre a classe que explora (burguesia) e a classe que tem seu trabalho explorado (conjunto de trabalhadores) — sendo esta última percepção potencializada na fase monopólica do capital.

Afinal, o contexto inicial da era dos monopólios imputou uma maior degradação das condições de vida e trabalho da classe explorada, tendo em vista a redução dos postos de trabalho (desemprego) e a queda brusca do valor real dos salários como resultantes dessa conjuntura histórica — como desdobramento da crise cíclica do capital. Pois foi então que, diante do agravamento das expressões da questão social, sua determinação política também se potencializou. Ou seja, a classe

²⁷ “Da prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista uma leque de fenômenos que deve ser sumariado: a) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; b) as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; c) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa média de lucro e a tendência ao subconsumo; d) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); e) cresce a tendência a economizar trabalho ‘vivo’, com a introdução de novas tecnologias; f) os custos de venda sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado — o que por outra parte diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo).” (NETTO, 2011, p.20-21);

²⁸ “O imperialismo é o capitalismo da fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilhar o mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÊNIN, 1977, I, p.641-642 apud BRAZ e NETTO, 2012, p.193);

²⁹ “Donde, simultaneamente, a contínua reafirmação de suas tendências e regularidades imanentes (as suas ‘leis’ de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as ‘leis’ particulares do estágio imperialista).” (NETTO, 2011, p.20);

trabalhadora se movimentou, primordialmente no plano sindical, de modo a defender seus interesses econômicos e, de certa maneira, politizando as expressões da questão social em articulação com a luta partidária.

É esse proletariado em rápido processo de organização sindical e político-partidária (com estes dois níveis frequentemente se entrecruzando e confundindo) que protagoniza o cenário da sociedade burguesa entre a Comuna de Paris e a Primeira Guerra Mundial. A impossibilidade de neutralizar as suas intervenções classistas sócio-políticas tão-somente pela via dos mecanismos coercitivos e repressivos torna-se evidente com a experiência de Bismarck. Justamente as lutas que, mercê desta organização em dois níveis, a classe operária pôde conduzir compeliram as frações burguesas mais dinâmicas e/ou sistema estatal a serviço da burguesia (ou envolvidos em projetos de desenvolvimento capitalista) a significativas concessões — precisamente aquelas que sinalizam uma inflexão da estratégia da dominação burguesa e que são compatíveis com o emergente ordenamento monopolista. Trata-se, aqui, das conquistas proletárias que aparecem como os primeiros esboços de política social pública — e não é casual que eles sejam contemporâneos desta dupla organização da classe operária. (NETTO, 2011, p.58-59)

Conforme Netto (2011), como as lutas sociais do movimento de trabalhadores, naquele momento histórico, nutrida de intencionalidade revolucionária, apontavam como superação das expressões da questão social a ultrapassagem da ordem do capital — ordem essa que essencialmente gesta a questão social —, a burguesia também se movimentou de modo a enfrentar as lutas de massas para garantir a manutenção da ordem social disputando politicamente com o projeto político-social da classe trabalhadora em luta. Devido a potencialização da determinação política da questão social, ou seja, do fortalecimento das lutas sociais desempenhadas pela classe trabalhadora — o que demonstra o acirramento do conflito social no interior da luta de classes —, as camadas da classe dominante perceberam que somente a estratégia de coerção para inviabilizar o desenvolvimento da movimentação classista dos trabalhadores não era mais suficiente. Mesmo que para responder à crise capitalista e o crescimento do movimento operário segmentos da classe dominante recorreram historicamente à estratégia do nazi-fascismo³⁰ sob a lógica de disputas

³⁰ Dentre os determinantes históricos, conjunturais, políticos e econômicos para o feito do fascismo, destacamos: “El fascismo es el instrumento del capital. En una situación de crisis generalizada, cuando el Estado burgués está al borde de la dislocación e incapaz de encontrar en su seno el sable necesario para el restablecimiento del orden, la burguesía ha

interimperialistas, foram as estratégias de combinação entre coerção e consenso para a reprodução do capital que se efetivou na disputa intraclasse dominante. Fizeram-se necessários mecanismos de apassivamento pela via do consenso, sendo alargada a participação cívico-política dos trabalhadores, mas sem isso colocar em xeque a estrutura da sociabilidade capitalista — pelo contrário, viabilizando as condições políticas e sociais para a reprodução do capital.

Numa certa combinação entre coerção e consenso, as classes dominantes colocaram para jogo um projeto alternativo ao da classe trabalhadora, consciente de sua posição de classe. Essa alternativa da burguesia para, de certa forma, distensionar a luta de classes e garantir a manutenção da ordem, pressupôs a despolitização da questão social e encontrou na perspectiva do reformismo³¹ o caminho para a conservação da sociabilidade do capital. Ou seja, uma proposição de equalizar as lutas e reivindicações da classe trabalhadora com respostas dentro da ordem. Nesse sentido, foram reconhecidos direitos sociais e políticos tanto como conquista dos trabalhadores quanto necessidade para manutenção da ordem por parte das classes dominantes. Foi na naturalização e despolitização da questão social que as frações burguesas da era do monopólio começaram a apontar as desigualdades sociais como passíveis de “tratamento” — ou minimização, pelas vias da “administração técnica e/ou da terapia comportamental — e aqui se reconhecem as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’ [...]”³² (ibidem, p.61).

recurrido al fascismo, haciendo entrar en cena a la pequeña burguesía desesperada, los desclasados, los ‘lumpen’, para utilizarlos como un ariete contra la clase obrera. La esencia del fascismo, es la destrucción terrorista de las organizaciones obreras, acompañada de una demagogia social para engañar a las masas hundidas en la crisis económica, y de una demagogia nacional (contra el tratado de Versalles que ha desmembrado Alemania) y racista (los judíos presentados como responsables de la crisis)”. (GAUTHIER, 2009, p.39 apud MONTORO, 2014, p.225);

³¹ “[...] o projeto burguês combina organicamente conservantismo e reformismo: de uma parte as estruturas nucleares da sociedade burguesa são declaradas o ponto final do processo histórico — com o que se replica a ‘utopia’ comunista; de outra, são reconhecidas como passíveis de aperfeiçoamento — com o que se contesta as demandas proletárias e populares. O reformismo para conservar é entronizado como estratégia de classe da burguesia — e nunca sem tensões intraclasse — no capitalismo dos monopólios.” (NETTO, 2011, p.62);

³² Nesse sentido, a sociabilidade do capital requisitará o Serviço Social enquanto uma profissão tecnicamente qualificada, inserida na divisão social e técnica do trabalho, para lidar com as expressões da questão social a partir dos parâmetros de racionalidade e

Nesse sentido, segundo Behring e Boschetti (2001), as bases de sustentação do discurso liberal, ou seja, do movimento “natural” e autorregulador do mercado, foram questionadas pelo processo de combinação das tendências de concentração e centralização de capital na concorrência intercapitalista, que, inclusive, gerou o capital financeiro pela fusão entre o capital bancário e o capital industrial e, que também se expressou na promoção das grandes guerras³³ mundiais enquanto produto da barbárie e ganância capitalista. Tendo como resultado histórico mais elementar a grande crise econômica de 1929³⁴, que sinalizou também para a crise de legitimidade do capitalismo em um contexto de desenvolvimento de mais de uma década do estouro vermelho de outubro de 1917 na Rússia — a revolução socialista. Ainda, a fabulação liberal foi também abalada pelo anterior ascenso do movimento operário, que articulava cada vez mais suas lutas econômicas com lutas políticas, sendo potencializado o tensionamento da luta de classes no interior da ordem do capital.

Enquanto instância privilegiada de expressão do poder dominante, o Estado burguês atua na reprodução das relações sociais de modo a incidir material e ideologicamente para a manutenção e ratificação da ordem socialmente estabelecida pelo modo de produção capitalista. E a partir do contexto acima mencionado, intensificou sua atuação para amenizar a conflitividade de interesses históricos entre capital e trabalho, expressa nas lutas sociais enquanto componente

eficiência no bojo da reprodução das relações sociais. O que trataremos no item 5 deste trabalho.

³³ “La Primera Guerra Mundial había estallado en un momento clave, porque había permitido desviar la crisis que estallaba en 1914 en Estados Unidos y se extendía por Europa. Se había convertido así en un importante factor de impulso para la acumulación, sobre la base de un enorme proceso de destrucción financiado mediante el recurso masivo al endeudamiento.” (MONTORO, 2014, p.212-213)

³⁴ “La crisis que estalla en 1929 no es una crisis más, meramente cíclica. Por el contrario, tiene un significado histórico muy preciso: expresando las dificultades crecientes de valorización que obstaculizan el proceso de acumulación, muestra asimismo que la Primera Guerra Mundial no ha podido aportar elementos de orden, ni estableciendo una nueva jerarquía interimperialista clara, ni apaciguado el movimiento obrero que, al revés, cada vez intensifica más su intervención. Por eso, la crisis no es sólo económica sino que la situación en la década de los treinta debe caracterizarse como una grave crisis económica y política. Se trata de una situación tan grave que acabará desembocando en la Segunda Guerra Mundial.” (ibidem, p.216);

da luta de classes. Para garantir a legitimidade da sociabilidade burguesa diante o agravamento da luta de classes e suas expressões, a partir do referido contexto histórico, o Estado interveio nas relações sociais desta sociedade buscando incorporar junto à sua função repressiva mecanismos de menor investimento possível em coerção explícita, ou seja, meios “consensuais” para minimizar a expressão pública do conflito entre capital e trabalho.

Nesse sentido, a ação estatal oculta os fundamentos do conflito histórico entre classe proprietária dos meios de produção e classe possuidora de força de trabalho na medida em que desloca do âmbito produtivo o espaço do conflito social para a esfera institucional do próprio Estado. Sob a criação de uma ilusória imagem de árbitro neutro da organização societária, o Estado incorpora parte das demandas imediatas e objetivas do polo do trabalho, manifestadas nas reivindicações das lutas sociais da classe trabalhadora, por meio da noção de cidadania³⁵. Ou seja, ampliam-se os direitos trabalhistas, políticos e sociais na medida em que essa ampliação não chegue nem perto de abalar os alicerces que fundam a produção capitalista — a propriedade privada, a exploração do trabalho e a acumulação e concentração privada das riquezas socialmente construídas. Ao mesmo tempo em que responde de forma imediata às necessidades da classe trabalhadora, e de certo modo, apassivando a potencialidade política das lutas sociais desta classe, garante um certo “equilíbrio” da luta de classes para a manutenção e reprodução do modo de vida assentado na dominação burguesa, portanto, também responde à necessidade de reprodução do próprio capital.

Assim, em meio à crise do capital, para responder a multiplicidade das expressões da questão social e a necessidade de reprodução do próprio capital, a esfera pública estatal foi acionada, ampliando-se as funções do Estado, para

³⁵ “O que merece ser ressaltado é que a sociedade do capital supõe uma contradição inevitável da sua continuidade: o discurso da igualdade e a realização da desigualdade. De um lado a afirmação da liberdade individual e da igualdade de direitos e deveres de todos cidadãos, como condição de funcionamento pleno da economia de mercado. [...] Em polo oposto, tem-se a desigualdade inerente à organização da sociedade como unidade de classes sociais distintas e antagônicas assentada em uma relação de poder e exploração. [...] E os direitos sociais têm por justificativa a cidadania, embora seu fundamento seja a desigualdade de classes.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.98);

viabilizar a retomada do processo de acumulação (saída da crise cíclica) e garantir a plena reprodução das relações sociais capitalistas.

A estratégia para isso foi a construção de uma espécie de pacto social entre as classes industriais, que derivou nas diversas experiências de Welfare State, de keynesianismo, ou dos chamados 'populismos' (ou Estados desenvolvimentistas) latino-americanos, e que gerou, entre outras medidas: a) a criação de condições para a expansão da indústria local e para a acumulação capitalista — reversão da tendência ao subconsumo, produção de força de trabalho massiva, desenvolvimento da infraestrutura necessária para a indústria e um relativo controle estatal das fronteiras às importações de bens; e b) a incorporação de respostas estatais à demandas trabalhistas — políticas sociais, 'pleno emprego', legislação trabalhista, desenvolvimento da participação democrática, ampliação da cidadania. (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.161)

Nesta conjuntura histórica, acompanhada por um novo padrão de acumulação, a social-democracia³⁶ se constituiu tanto como resposta à crise econômica do capital, quanto, também, foi resultado do anterior ascenso do movimento operário internacional. Dessa forma, como a antecedente potencialidade ativa da organização política da classe trabalhadora influenciou na qualidade das respostas em que a classe dominante, principalmente através de seu maior representante — o Estado —, apresentou diante o fervor da luta de classes, a burguesia se reorganizou política e economicamente, incidindo nas lutas dos trabalhadores de modo a garantir a ordem social e, viabilizando, inclusive, saídas para a própria crise do capital e garantias de seu desenvolvimento e reprodução. Por isso, no período do Estado Social as lutas operárias com influência socialista e das Internacionais de Trabalhadores se retroagiram, restringindo-se à reivindicações por melhores condições de vida, dada a nova fase de expansão do capital, que, por exemplo, possibilitou a ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

Assim, como necessidade, então, operou-se um novo padrão de acumulação junto a um novo regime de regulação social. A combinação entre fordismo³⁷ e keynesianismo³⁸ para a saída da crise cíclica do capital se expressou tanto na

³⁶ Exclusivamente inaugurada e desenvolvida no capitalismo central.

³⁷ PINTO, 2013. p.33-42.;

³⁸ "As proposições de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do New Deal americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise, sendo que ambas têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou

qualidade das respostas às refrações da questão social, devido a ampliação de direitos trabalhistas, sociais e políticos, e com a regulação mais abrangente do Estado, como também rebateu para a dimensão político-organizativa da classe trabalhadora. As frações monopolistas da classe dominante se incubiram de, cada vez mais, “institucionalizar” a luta de classes, canalizando os conflitos sociais, que advém da nítida contradição entre capital e trabalho, para o âmbito do Estado. Ou seja, com as conquistas imediatas da classe trabalhadora expressas na ampliação de emancipações políticas e com a necessidade econômica do capital de superação do subconsumo e, portanto, de reprodução massiva da força de trabalho à ser explorada para a retomada intensa do processo produtivo de acumulação, as lutas sociais da classe trabalhadora acabaram se deslocando para o espaço institucional, tendo como objetivo fim, em certa medida, melhores condições de vida sem questionar a ordem social. Trilhando, agora, em sua boa parte, o caminho da social-democracia, que desarticulou e pulverizou as lutas sociais e a organização política dos trabalhadores — encobriu-se a determinação político-econômica da questão social. Mas cabe lembrar que esse véu social-democrata, dos anos dourados do capitalismo, teve prazo de validade na dinâmica histórica do movimento do real.

Este período histórico do modo de produção capitalista, o qual está supramencionado, se processou de diferentes maneiras a partir da formação social e econômica de cada continente e cada país. Por exemplo, o que aconteceu no capitalismo central não é o mesmo que se processou em sua periferia, por mais que estejam intimamente vinculados. Sob esse ângulo, no próximo item deste trabalho, abordaremos as particularidades das classes sociais, dos movimentos e lutas sociais enquanto componentes indissociáveis da constituição da questão social no contexto brasileiro.

anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital. [...] e também foram resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas.” (BEHRING e BOSCHETTI, 2001, p.71)

3. FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL BRASILEIRA: determinações que incidem sobre o padrão da luta de classes

Devemos ponderar que o modo de produção capitalista, desde sua fase de acumulação “primitiva”³⁹ até seu processo de consolidação internacional, não se desenvolveu homoganeamente em todos os territórios nacionais e regiões do planeta. Conforme Castelo et al. (2020), enquanto a Europa Ocidental passou pela transição do modo de produção feudal para a sociedade do capital, as Américas viveram a época da acumulação primitiva do capital na dissolução violenta do regime social designado como comunidade primitiva, para subsidiar a acumulação capitalista em seu nascedouro europeu. Por isso, as especificidades da América Latina e, precisamente, da formação social do Brasil, incidiram diretamente na qualidade particular do desenvolvimento do capitalismo no país, sendo, obviamente, sempre à luz do universal e de totalidade desse modo de produção e reprodução da vida social. Não se trata, portanto, de um “outro” capitalismo, mas de particularidades históricas da formação social e econômica do Brasil enquanto parte da totalidade histórica da sociedade burguesa, que, inclusive, determina sua condição estrutural de dependência⁴⁰, como nos ensina Marini (2005).

Nesse sentido, conforme Wanderley (2000), traços peculiares da formação social e econômica dos países latino-americanos, com destaque para o Brasil, influíram na constituição de nossa peculiar questão social e, conseqüentemente, de suas expressões, como: o processo de invasão colonial a partir da expansão mercantilista europeia, que por meio do aviltamento de nossos povos autóctones e da usurpação de nossos recursos naturais, viabilizaram o crescimento econômico europeu; a escravização de negros traficados para a construção econômica nacional; o patrimonialismo das oligarquias agrárias latifundiárias; e os conflitos

³⁹ Assim como Marx (2017) nos elucida com o Capítulo 24 — “A assim chamada acumulação primitiva” d’O Capital: crítica da economia política;

⁴⁰ [...] a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, 2005, p.141);

sociais intensamente forjados na grande violência. Enfim, condições históricas da formação social do Brasil, sob a base do autoritarismo, que constituíram um Estado antinacional e antidemocrático, uma economia estruturalmente dependente ao capital internacional, e a formação polarizada de classes sociais também características à esse processo, como classes dominantes conservadoras sumariamente autocráticas e classes subalternas despossuídas de mínima participação cívico-política. Tudo isso, que fermenta o desenvolvimento capitalista no Brasil, participa da determinação político-econômica da questão social no país e, portanto, da particularidade da luta de classes — a qual trataremos mais adiante.

3.1. A formação das classes sociais fundamentais no Brasil sob o capitalismo dependente

Segundo Fernandes (2005), devido à necessidade de expansão capitalista mundial e de desenvolvimento das forças produtivas do capital central no século XIX, o Brasil, arraigado por sua condição de dependência, se inseriu no mercado capitalista moderno, mas manteve sua participação subalterna na economia internacional. Ou seja, enquanto se consolidava o capital industrial na Europa com o desenvolvimento das forças produtivas, o Brasil participava da divisão social e internacional do trabalho a partir de uma economia⁴¹ agroexportadora fornecendo matérias-primas para a modernização do capitalismo central.

Essa edificação da economia nacional como agrária e exportadora se prolonga historicamente tanto por interesses da aristocracia agrária interna como pela necessidade da lógica produtiva do capital internacional, inclusive dificultando o desenvolvimento das forças produtivas nacionais e o processo de industrialização. Nesse caminho, a formação social e econômica do Brasil está fundamentalmente

⁴¹ “No século dezessete, o Brasil se tornou relativamente próspero com as exportações de açúcar para a Europa; no século dezoito o ouro e os diamantes substituíram as exportações agrícolas, sem alterar a posição periférica do Brasil na economia mundial. Na segunda metade do século dezenove, o café apareceu como o novo grande produtor de divisas.” (SKIDMORE, 1982, p.64);

estabelecida através da articulação entre o “arcaico” e o “moderno”, ou seja, por mais que são historicamente incorporados aspectos modernizadores na edificação nacional, as assimetrias do atraso não se eliminam, como nos elucida Fernandes (2005). Assim, com a atividade agrária sendo a principal atividade econômica do país, o capital industrial nacional nasce intimamente associado ao capital agrário⁴². O que provoca tanto uma lentidão na industrialização do país, como vincula esse processo à dependência ao capital internacional.

[...] as raízes estruturais do capitalismo dependente parte do princípio de que a formação de um padrão de acumulação com tendência à autonomização requer a existência de um sistema produtivo heterogêneo. A combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista deriva de um fato simples: a heterogeneidade estrutural é o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e de lhe dar um mínimo de estabilidade. A premissa subjacente é que a articulação de estruturas modernas e atrasadas é um expediente que permite às burguesias dependentes compensar a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de indeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem. Daí sua conclusão: sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do cálculo capitalista do agente econômico privilegiado. (SAMPAIO JR, 1999, p.136)

Sob referência do pensamento de Florestan Fernandes, Sampaio Jr (1999) nos diz que dada a racionalidade econômica da condição estrutural da dependência, as burguesias internas do capitalismo dependente se vêem encurraladas pela constante renovação e modernização tecnológica das forças produtivas e das relações de mercado vindas do berço do capitalismo. Com isso, os condicionantes socioeconômicos do desenvolvimento dependente devem ser empregados em meios de transferência de renda capazes de garantir segurança econômica para as classes

⁴² O excedente de capitais gerado pela produção agroexportadora foi investido no setor industrial, com destaque para a indústria têxtil, por meio da ação de comerciantes vinculados às oligarquias do café. [...] Além do setor têxtil, destaca-se também o metalúrgico, impulsionado principalmente pelas demandas do arsenal de Marinha de Guerra e posteriormente das encomendas militares derivadas da Guerra do Paraguai e pela construção da primeira malha ferroviária do país com capitais agrários e estatais, que começou em 1852 com a Estrada de Ferro Mauá (em Magé) e ganhou enorme impulso com a Estrada de Ferro Central do Brasil. Podemos apontar também o setor químico-farmacêutico [...].” (CASTELO et al., 2020, p.23-24);

dominantes internas, ao passo que essas burguesias nativas ficam estruturalmente submetidas ao processo de mercantilização derivado do capital central. Então, para viabilizar a segurança econômica das economias dependentes, como é o caso do Brasil, ao mesmo tempo em que os mecanismos de transferência de renda estão assentados no deslocamento econômico de capital de países dependentes para o capitalismo central, também, internamente, estão calcados na superexploração da força de trabalho e na exploração excessiva e destrutiva dos recursos naturais dessas economias de caráter dependente — “funcionam como um colchão amortecedor que protege os setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica” (ibidem, p.138).

Em suma, a reprodução de mecanismos de acumulação primitiva e a depredação do meio ambiente são características inerentes ao capitalismo dependente. Elas derivam de um contexto histórico no qual o espírito burguês adquire um caráter ultra-especulativo e uma natureza ultra-extorsiva. [...] Ainda, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego de fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando em limites extremos o único fator econômico constantemente abundante, que é o trabalho. (ibidem, p.139)

Dadas essas condições, a partir do desenvolvimento capitalista dependente, a determinação das classes sociais se assenta na contradição histórico-estrutural do modo de produção capitalista, ou seja, na conflitividade entre os possuidores dos meios de produção, quais são detentores da propriedade privada, e os historicamente expropriados e despossuídos que são condicionados pelas circunstâncias produtivas a vender sua força de trabalho. Portanto, essas classes sociais são determinadas fundamentalmente pelo espaço que ocupam no processo produtivo, constituindo-se assim como classe dominante que explora e acumula ou como classe dominada que tem seu trabalho explorado. No entanto, a constituição dessas classes fundamentais — e suas derivações de classe — enquanto expressão das relações antagônicas entre capital e trabalho, também é determinada pela dinâmica da formação social e econômica em que estão imbricadas.

No caso do Brasil, conforme Elias (2019), a constituição da classe trabalhadora tem início antes mesmo do processo de consolidação das relações produtivas

capitalistas, haja vista a determinação histórica de um país assentado no sistema escravocrata de dominação. Inclusive, para que pudesse ocorrer o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Brasil, uma série de medidas executadas pelas classes dominantes pavimentaram esse percurso, como a promulgação da Lei de Terras⁴³, em 1850, tendo como pretensão “garantir o monopólio da propriedade territorial [...] e, simultaneamente, criar um exército de reserva cujo contingente contribuiria para manter os salários no limite da subsistência” (ARRUDA, 2021, p.201 apud ELIAS, 2019, p.65). Assim, aprofunda-se a propriedade privada, repelindo a possibilidade dos segmentos subalternos de se tornarem proprietários, enquanto uma das condições históricas para o desenvolvimento do modo de produção capitalista em terras brasileiras.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho deveria ser escravo; se trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista (MARTINS, 2010, p.10 apud MACHADO, 2015, p.113).

Com este feito, houve garantia para a proibição do tráfico negreiro⁴⁴, abrindo caminho para o processo de embranquecimento da força de trabalho no país,

⁴³ “A partir da criação dessa lei, a terra só poderia ser adquirida através da compra, não sendo permitidas novas concessões de sesmarias, tampouco a ocupação por posse, com exceção das terras localizadas a dez léguas do limite do território. Seria permitida a venda de todas as terras devolutas. Eram consideradas terras devolutas todas aquelas que não estavam sob os cuidados do poder público em todas as suas instâncias (nacional, provincial ou municipal) e aquelas que não pertenciam a nenhum particular, sejam estas concedidas por sesmarias ou ocupadas por posse. [...] A terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro, tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de gerar outros bens. Procurava-se atribuir à terra um caráter mais comercial e não apenas um status social, como era característico da economia dos engenhos do Brasil colonial.” (CAVALCANTE, 2005, p.4);

⁴⁴ Promulgada também em 1850, “devido a pressões externas, da Inglaterra, que já era uma potência moderna capitalista e estava interessada na liberação das enormes quantias de capital que o comércio de escravos immobilizava. Mas também teve grande importância na promulgação da nova lei a própria situação interna dos escravos. As revoltas eram constantes, sendo a da Bahia uma das mais significativas. O apoio à causa da abolição começava a aparecer, vindo a se transformar nas décadas seguintes na principal questão social do país.” (GOHN, 2012, p.42);

através da imigração de trabalhadores europeus para a lida no campo⁴⁵. Importante mencionar que essa força de trabalho branca importada fazia parte dos excedentários do capitalismo central, demonstrando a capacidade articulatória das necessidades do capital internacional.

. Mesmo que a transição do regime escravista para o trabalho assalariado no Brasil se deu fortemente pelas imposições da economia capitalista internacional, as resistências negras no país influíram diretamente para esse processo. Ou seja, a crise da escravidão ocorreu tanto pelas necessidades de desenvolvimento do capital internacional, como também foi resultado das intensas lutas sociais por libertação do povo negro escravizado, tendo como resultado histórico a abolição formal da escravidão em 1888⁴⁶. Daí, um exemplo histórico da capacidade política e social das lutas sociais ao passo que são capazes de publicizar os interesses antagônicos de classes sociais opostas, e agravar os conflitos sociais. Afinal, como nos ensinam os mestres, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2017, p.22).

Também recordamos que além da resistência de quilombo no período anterior ao assalariamento do negro no cenário brasileiro, segundo Castelo et al. (2020), o percurso político de gestação da classe trabalhadora brasileira contou com processos de rebeldia negra como, por exemplo: a paralisação da força de trabalho escrava do Estabelecimento de Fundação e Estaleiros da Ponta D’areia, em 1857, no Rio de Janeiro, em oposição às prisões de escravos por desobediência; e “movimentos de rebelião escrava numa loja de caldeireiro na rua da Alfândega em

⁴⁵ “O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio [...]” (MARTINS, 2010, p.9 apud MACHADO, 2015, p.113);

⁴⁶ “Nesse mesmo processo de extinção da escravidão, concorreu um fator essencial que muitas vezes passa despercebido por parte substantiva da bibliografia crítica sobre o tema: as lutas de resistências de escravos e escravas contra a exploração e a opressão. Clóvis Moura ([1959] 1988) destaca tanto as lutas populares e quilombolas — um fenômeno nacional de organização econômica, militar e cultural contra o escravismo, e não somente de fuga das senzalas — quanto a radicalização do movimento abolicionista, com a participação direta de mulheres e homens libertos da escravidão, com uma pauta de reivindicações que incluía a reforma agrária e o atendimento de necessidades sociais, como trabalho, educação, moradia etc. Em resumo, a pressão dos de baixo também criou abalos estruturais na ordem vigente; sem elas, o sistema já apodrecido poderia persistir por mais algum tempo.” (CASTELO et al., 2020, p.20);

1833 e numa fábrica de velas e sabão na Gamboa em 1854” (p.30). O que expressa politicamente a convergência da condição negra no mundo do trabalho com as determinações que incidiram sobre a gestação do proletariado brasileiro.

Assim, antes mesmo da constituição do operariado no Brasil, parte da população ex-escravizada foi inserida no trabalho assalariado, a exemplo dos estivadores, portuários, armazenadores da produção agrícola e trabalhadores domésticos, conforme nos lembra Elias (2019). Inclusive, como boa parte dos trabalhadores destes postos de trabalho eram negros que tinham sido escravizados anteriormente, as primeiras lutas e organizações de caráter sindical nestes segmentos foram conduzidas por trabalhadores negros enquanto refração da histórica resistência negra no Brasil. Entretanto, lembramos que o desenvolvimento dessas lutas sociais vinculadas à condição de assalariamento do negro no recente estabelecimento republicano do país, não resultou, imediatamente, em conquistas expressivas para esses segmentos subalternos, tendo em vista a histórica marginalização da população negra e as próprias limitações políticas do quadro conjuntural da Primeira República (1889-1930). Período marcado pela difusão da eugenia⁴⁷ no pensamento social de boa parte da intelectualidade brasileira, através da aderência às teorias biologicistas de "branqueamento", que atualizava e aprofundava o racismo estrutural da sociedade brasileira, como afirma Machado (2015). Mas, também, pontuamos que este momento histórico não deixou de contar com a resistência dos “movimentos de mobilização racial negra” (DOMINGUES, 2007, p.103) na oposição, mesmo que politicamente difusa, à marginalização social e racial do “homem de cor”.

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação

⁴⁷ “A eugenia é um movimento intelectual oriundo da biologia evolucionista e darwinista. No século XIX os darwinistas raciais avançaram mapeando atributos externos e fenotípicos, apontando-os enquanto elementos definidores da moralidade e do devir dos povos.” (MACHADO, 2015, p.110);

negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. (DOMINGUES, 2007, p.103)

Assim como a resistência negra⁴⁸ é decisiva para a formação da classe trabalhadora brasileira, outros processos de resistência dos segmentos subalternos também são. Conforme Lowy (2009), embora boa parte dessas resistências populares, até então, não tinha uma perspectiva classista e um projeto político-ideológico bem definido, se expressaram enquanto lutas sociais em torno da questão agrária e de enfrentamento das oligarquias, como a emblemática revolta de Canudos⁴⁹ na Bahia, entre 1874 a 1897. E também como lutas sociais por melhores condições de vida no embrionário meio urbano, como o protesto contra a alta de gêneros alimentícios (1858), o Movimento Quebra-Quilos⁵⁰ (1873), o protesto popular contra o preço dos bondes (1879), e as reivindicações populares por melhorias urbanas (1889)⁵¹. Assim, segundo Lemos (2014), essas resistências

⁴⁸ Seja abolicionista ou por libertação econômica e política;

⁴⁹ “Movimento popular de cunho religioso ocorrido no sertão nordestino, liderado por Antônio Conselheiro. No início tratou-se de uma revolta de matutos (homens livres e pobres do campo e da cidade) contra a cobrança de impostos. Após alguns anos, Canudos transformou-se num espaço geopolítico totalmente distinto do território nacional, com costumes, religião, etc. [...] Nomeado por historiadores tradicionais como um movimento de fanatismo religioso, e por historiadores contemporâneos como um movimento de resistência e de caráter social-libertário [...]”. (GOHN, 2012, p.48). “[...] é difícil definir Canudos como um movimento revolucionário, considerando que o milenarismo arcaico desses rebeldes primitivos — para usar o conceito do historiador Eric Hobsbawm — não tinha nenhum programa social ou político radical [...]. Entretanto, é inegável o caráter de rebelião social de Canudos, cujos defensores combateram heroicamente — e ‘misticamente’ — até o último deles, como testemunha Euclides da Cunha.” (LOWY, 2009, p.534);

⁵⁰ “O movimento teve grande participação popular e significou algo mais profundo do que a simples rejeição a um novo padrão de mediação das relações comerciais: significou a revolta contra os intermediários, os comerciantes que dilapidavam os pequenos produtores, particularmente rurais, já que a produção artesanal urbana era mínima. Sentimentos difusos de igualitarismo encontram-se no Quebra-Quilos.” (GOHN, 2012, p.47);

⁵¹ “As cidades ganharam equipamentos antes desconhecidos, como hotéis, jardins, praças, calçamentos, iluminação a gás, sistemas de abastecimento de água, transportes urbanos, etc. Mas certamente essas melhorias destinavam-se às elites, aos novos moradores do urbano vindos das grandes fazendas de café. A massa da população era composta por escravos livres ou brancos pobres que sobreviviam em cortiços e mocambos. Mas o desenvolvimento urbano levou também ao surgimento de um novo espaço público. [...] o

populares difusas já expressavam o conflito com os interesses das classes dominantes em relação à manutenção da grande propriedade privada fundiária e o seu autoritarismo no campo e nas cidades.

No entanto, as dificuldades de desenvolvimento e fortalecimento político das lutas populares se encontravam tanto na inexistência de sujeitos coletivos capazes de educar, organizar e mobilizar as massas, como, e principalmente, pela tradição autoritária do Estado brasileiro, que cumpria a tarefa de reprimir violentamente os focos de possíveis levantes que contrariavam os interesses políticos e econômicos das classes possuidoras e autoritárias — essas impotentes e subservientes perante o capital internacional. A luz dos ensinamentos de Marini (2005), vale destacar que dada a condição de dependência do padrão de reprodução do capital no país, que imputa condições de superexploração da força de trabalho, o Estado se utiliza de variados mecanismos coercitivos para garantir uma regulação social adequada a intensificação da exploração do trabalho e combinada ao rebaixamento do acesso da classe trabalhadora à riqueza socialmente produzida. O que rebate diretamente nas formas em que se apresenta publicamente a determinação política da questão social enquanto refração da luta de classes. Afinal, o impedimento e a exclusão intencional da participação cívico-política e democrática das massas na dinâmica nacional são características históricas da formação social do Brasil. “O nó da questão encontra-se na perpetuação de um padrão de luta de classes que impede a emergência do povo no cenário político” (SAMPAIO JR, 1999, p.144).

[...] apesar das desigualdades abismais e dos altíssimos níveis de pobreza e miséria, as classes subalternas não conseguem se contrapor com alguma eficácia ao capital e influenciar de maneira significativa o curso da história. A questão é simples: privados de meios de organização e consciência, de participação econômica, social e política, os de baixo gravitam dentro de um mundo de mínimos políticos. (ibidem, p.146)

Em uma conjuntura de severa repressão do Estado e de desenvolvimento das relações de trabalho assalariado, na segunda metade do século XIX e, antes mesmo

afluxo de grandes massas às praças, as quais, segundo pesquisas sobre a época, reivindicavam melhoramentos urbanos.” (ibidem, p.56);

da consolidação do operariado fabril⁵², ao passo em que o Estado não garantia direitos e serviços sociais para a reprodução das camadas subalternas, e como ainda não tinha-se uma organização político-sindical forte⁵³, capaz de atuar incisivamente na regulação da compra e venda da força de trabalho, enquanto meio para amenizar as necessidades econômicas e culturais das classes populares, foram criadas entidades de ajuda e socorro mútuo entre trabalhadores. Desprovidas de uma perspectiva de luta política e caracterizadas pela solidarização associativista entre os trabalhadores, as entidades mutualistas objetivavam “assegurar a sobrevivência de famílias de assalariados pobres, ou auxiliá-las em determinadas ocasiões, como no enterro de um de seus membros; [...] à construção de casas, creches, abrigos, hospitais e orfanatos” (GOHN, 2012, p.41). Posteriormente, essa forma de organização solidarista, devido ao desenvolvimento industrial do país, da política previdenciária e da organização operária, cedeu lugar, gradativamente, para os sindicatos⁵⁴. Assim, de certo modo, transitando a organização desses trabalhadores de uma perspectiva a-classista e a-política para formas de luta e enfrentamento político-social, principalmente a partir das contradições do mundo do trabalho (explorado).

Conforme Fernandes (1972), mesmo que o avanço das relações de trabalho assalariado no Brasil é qualificado pelas degradantes condições de vida e intensa exploração do trabalho, as circunstâncias da existência de um enorme contingente de estratos sociais populares marginalizados, imputa o assalariamento como “meio de integração econômica e classificação social altamente desejado” (p.78). Assim, o processo de proletarianização é visto como positivo pelas classes subalternas,

⁵² “Ao tratarmos da classe trabalhadora nas primeiras décadas de sua formação, é preciso ter em conta o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho. [...] A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8%, em 1920.” (MATOS, 2009, p.36);

⁵³ “[...] o desequilíbrio da correlação de forças entre capital e trabalho retarda o aparecimento de uma base sindical forte e combativa, o que solapa a capacidade de os trabalhadores defenderem seus interesses econômicos.” (SAMPAIO JR, 1999, p.145);

⁵⁴ “Das associações mutuais para os sindicatos o caminho não era necessariamente direto, pois suas finalidades eram bastante diferentes. Na virada do século, um número cada vez maior de ligas, associações de resistência e sindicatos começaram a surgir, enquanto boa parte das mutuais permaneceu em pé. A diferença básica estava na definição de que ao sindicato cabia representar coletivamente os interesses dos trabalhadores, enfrentando, se necessário, a oposição patronal e do governo.” (MATOS, 2009, p.47);

enquanto possibilidade de ascensão social — mesmo que ainda mínima. O que dificulta a autopercepção da classe como classe, além da heterogeneidade dos espaços de trabalho e da diversidade étnico-racial da classe trabalhadora brasileira, que se somam a esse processo.

Atendendo às necessidades do desenvolvimento capitalista, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, conforma-se o operariado brasileiro ao passo que ocorre o percurso de industrialização e urbanização nacional — que se consolidará décadas depois. Essa constituição da classe operária no país tem como característica o prolongamento de aviltantes condições de vida e trabalho das classes dominadas, enquanto determinação do capitalismo dependente face a necessidade de rebaixamento do custo da reprodução social da força de trabalho superexplorada, segundo Marini (2005).

Essa derivação operária do conjunto da classe trabalhadora foi composta pelo gradativo êxodo rural interno combinado ao processo de importação de excedentes de força de trabalho europeia — este ocupando a maioria. Segundo Rossi e Gerab (2009), como os trabalhadores brasileiros não tinham tradição de luta político-sindical coesa, tendo em vista a formação econômica do país assentada no capital agrário e sua recente condição de assalariamento, a participação dos imigrantes europeus na edificação industrial ao mesmo tempo em que respondeu às necessidades do capital, também trouxe consigo a experiência das lutas sociais provenientes da direta contradição entre capital e trabalho na produção fabril. Essa experiência imigrante com as lutas operárias se constituiu como um significativo elemento para o desenvolvimento das lutas proletárias no Brasil e para a consolidação das organizações sindicais. Assim, trazendo à tona a conflitividade de interesses históricos entre capital e trabalho.

Portanto, as marcas do sindicalismo brasileiro, no fim do século 19 e nas primeiras décadas do século 20, são das origens socialistas e anarquistas dos imigrantes europeus. Esses trabalhadores e militantes sindicais, apesar das suas divergências, tinham em comum a luta pela primazia do trabalho sobre o capital, ou seja, a primazia do ser humano sobre o lucro. (ibidem, p.24)

Com as condições de dependência da economia brasileira, que imputam baixos níveis de reprodução da força de trabalho e altíssima extração de mais-valia, ou seja, estabelecem estruturalmente péssimas condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora em face da extensa exploração e acumulação capitalista, as desigualdades sociais saltavam aos olhos. Envolvidas pelas características próprias da formação social do país, essas refrações da questão social estavam desde as degradantes e exaustivas condições de trabalho, assim como na discrepância do processo de urbanização. De um lado, condições de infraestrutura urbana em desenvolvimento nas localidades de moradia das classes dominantes, enquanto, do outro lado, cortiços, vilas e bairros operários, favelas e demais territórios superpovoados em condições de insalubridade. Portanto, com a produção social cada vez maior das desigualdades sociais, a intensa conflituosidade entre capital e trabalho, de forma inerente ao movimento capitalista, gesta também as indignações e revoltas das classes dominadas enquanto reação à produção da barbárie social. E agora, como inconformismos canalizados politicamente para as lutas operárias, mesmo que, ainda, a conjuntura da época era marcada pela sobreposição do campo em relação à cidade.

As lutas contra a exploração patronal e por melhores condições de vida ganharam centralidade na dinâmica política do país, mesmo que, ainda, envoltas por severa repressão e perseguição do Estado e das classes abastadas. Sob certa influência do movimento proletário internacional, o operariado brasileiro tensionou a dinâmica da luta de classes, pressionando para acessar um pouco mais o produto social coletivo através da regulação das relações de trabalho e por melhores condições laborais, como as reivindicações por menores jornadas de trabalho e outras garantias trabalhistas. A título de exemplo, conforme Lowy (2009),

recordamos da primeira grande greve geral⁵⁵ que ocorreu no Brasil, no ano de 1917, enquanto demonstração da rebeldia operária.

A busca pelo fortalecimento organizativo da classe trabalhadora também se constituiu como bandeira de luta, mas com estratégias e táticas distintas, tendo em vista as divergências políticas do próprio movimento. Conforme Rossi e Gerab (2009), em primeiro momento, a luta político-sindical era majoritariamente vinculada ao anarcossindicalismo. Perspectiva que acreditava na transformação social a partir da ação direta contra o Estado e, portanto, contra os interesses patronais e das elites, através do envolvimento espontâneo das massas sem uma direção político-partidária. A conquista dos trabalhadores adviriam das greves, paralisações e insurgências a partir do mundo do trabalho. A partir da década de 1920, ainda sob uma severa repressão estatal, correntes de caráter socialista ganharam fôlego na disputa da direção do movimento operário, enquanto os seguidores de Bakunin se enfraqueceram — mas sem deixar de existir. Nesse processo, os socialistas almejavam uma espécie de “social-democracia”, com a ampliação de direitos para a classe trabalhadora, tornando a sociedade do capital menos feroz — algo impossível em uma economia nacional estruturalmente subalternizada e dependente ao grande capital. Essa perspectiva sindical, estritamente reformista, a partir dos anos de 1930, ficou mais difusa devido às estratégias de cooptação do Estado por medidas de cunho populista de seus governos. Inclusive, instaurando-se uma oficialidade sindical atrelada ao aparato estatal, que abriu caminho para os chamados sindicatos amarelos — os pelegos vinculavam-se à tônica do consenso e da colaboração. Em contrapartida aos reformistas, emerge, no seio do anarcossindicalismo, o movimento comunista no Brasil com grande inspiração na Revolução Russa de 1917. A vertente

⁵⁵ Conforme Rossi e Gerab (2009), anterior à grande greve de 1917 ocorreram no país algumas experiências grevistas antes do desenvolvimento da indústria nacional: “1791 — dos trabalhadores nas oficinas das Casas de Armas (Rio de Janeiro - RJ); 1815 — dos pescadores (Recife - PE); 1858 — dos gráficos (Rio de Janeiro - RJ); 1863 — dos ferroviários (Rio de Janeiro - RJ); 1877— dos carregadores (Santos - SP)” (p.25). Mas sobre a greve geral de 1917, conduzida pelo operariado urbano de vinculação política anarcossindical, Lowy (2009) relata que “não se tratou de uma insurreição, mas para seus protagonistas libertários, a greve geral era, sem dúvida, parte de um projeto social revolucionário. Chegou a existir na cidade [São Paulo] uma espécie de ‘duplo poder’ exercido pelo comitê de greve. [...] o comitê de greve controlava toda a cidade: nem um automóvel podia circular sem sua autorização.” (p.535);

comunista⁵⁶ no movimento operário defendia as lutas econômicas, mas, ao mesmo tempo, objetivava a ultrapassagem do círculo vicioso da emancipação política. Acreditavam na revolução como radical transformação do real, ou seja, no fim do capitalismo e no nascimento de uma nova ordem economicamente livre e humanamente emancipada, tendo como sua mediação organizativa e de mobilização, o partido político.

[...] os comunistas consideravam a via partidária privilegiada, porém, não a defendiam apenas nos limites das instituições políticas legais. Para eles, o partido seria uma vanguarda revolucionária pronta a comandar o proletariado no enfrentamento violento com a ordem estabelecida, para a tomada do Estado, em direção à sociedade socialista. Nessa visão, os sindicatos seriam o melhor local para aglutinar os trabalhadores e difundir a doutrina comunista. (MATTOS, 2009, p.50)

Ao passo em que crescia o operariado urbano, e com ele, o gregarismo social da organização operária, o Estado brasileiro, assentado nas piores tradições⁵⁷ da formação social do país, de modo a responder à germinação da conflitividade entre capital e trabalho na arena pública e política, tratava de lidar com as expressões da questão social como caso de polícia, conforme escreve Gohn (2012). Nesse sentido, o crescimento de greves dos estratos sociais da classe trabalhadora, com destaque para sua veia operária, colide com o aparato repressivo e diretamente coercitivo do Estado em detrimento dos interesses das classes dominantes reacionárias e autoritárias.

O caráter arbitrário e o sentimento antinacional das classes dominantes brasileiras, segundo Lemos (2014), compõem a dinâmica da luta de classes no país. Por essa razão, o percurso ativo de mobilização e organização trabalhadora no

⁵⁶ “Astrojildo Pereira, vindo da militância anarquista, foi o principal formulador das propostas do PCB para os sindicatos naqueles primeiros anos após a fundação do partido. [...] Em 1929, os comunistas concretizam o desejo de criar uma central sindical sob sua orientação, fundando em congresso a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB). Na lógica comunista, essa central seria um instrumento privilegiado para que as esclarecidas vanguardas revolucionárias guiassem as massas em direção à transformação social.” (MATTOS, 2009, p.51);

⁵⁷ “O sistema político organizado a partir da Constituição de 1891 manteve intocadas as formas de dominação classista erigidas durante a monarquia – dependência pessoal, coerção privada por meio de capangas, voto a descoberto, fraudes eleitorais várias, trato policial da “questão social” etc.” (LEMOS, 2014, p.117).

Brasil se depara com empecilhos históricos para o seu desenvolvimento político e social. Em face disso, antes da emergência da vertente comunista no Brasil, enquanto potencialidade consciente do polo do trabalho — mesmo que ainda incipiente —, na vida nacional já havia preocupações anticomunistas. Obviamente, preocupações diante o cenário internacional de históricas insurreições proletárias, mas geradas, fundamentalmente, pelo rigor antidemocrático das classes dominantes internas.

Escrevendo em 1967 sobre a “pré-história’ do comunismo no Brasil, três pesquisadores encontraram manifestações de anticomunismo em 1849, durante a Revolta Praieira (Pernambuco), e concluíram: “Há mais de século, pois, as classes dominantes, no Brasil, tremem diante do ‘fantasma do comunismo’, e podiam figurar, nas páginas do Manifesto [Comunista], ao lado de Guizot e Metternich”. (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1967, p. 8 apud LEMOS, 2014, p.115).

A título de exemplo, a assemelhação da Revolta Praieira, em Pernambuco, no ano de 1849, com facetas do comunismo, advém, como já dito, pelo caráter reacionário das classes dominantes do país. Mesmo que em 1848 houve a irrupção da Primavera dos Povos no leste Europeu — assim como mencionamos no capítulo anterior deste trabalho — o caráter das lutas sociais no Brasil, naquele momento, não foi espelhado nas lutas sociais do plano internacional. Segundo Gohn (2012), as reivindicações dos sujeitos, intelectuais e populares, promotores da Revolta Praieira, eram nutridas por valores como igualdade e liberdade, tendo como projeção finalística a abolição do latifúndio devido ao poder da aristocracia agrária. Veja bem, um caráter muito mais similar ao que norteou a burguesia revolucionária na Europa, do que algo parecido com a volição comunista — em nenhum momento a Revolta Praieira questiona a propriedade privada, só tende a reivindicar modificações políticas nas relações de dominação, inclusive, não às suprimindo. Assim, reforçamos a congruência antidemocrática das classes dominantes do país, que possuem uma intencionalidade anticomunista porque são historicamente antipovo, ou melhor, antipopular, mesmo que as classes populares nada possuem, imediatamente, em suas reivindicações mais básicas, de pretensão comunista.

Nesse sentido, as classes dominantes do país, pela sua amálgama antidemocrática e anticomunista, trataram de imobilizar os protagonistas populares da vida política e de controlar as movimentações operárias, de modo a prevenir e

combater, na dinâmica nacional, potencialidades subversivas erguidas sob o fantasma do comunismo. Que na verdade, nada mais era, mais uma vez, o caráter reacionário e autoritário das camadas dominantes vindo à tona. Impossibilitando assim, qualquer especulação de democratização efetiva da política.

Até 1922, o anticomunismo era ainda uma perspectiva classista difusa, que se confundia com o receio às “classes perigosas”, categoria em que se enquadravam dos operários aos trabalhadores rurais sem terra, dos pobres urbanos aos seguidores de seitas religiosas no campo. A fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, a ação da Coluna Prestes (1925-1927) e a formação do Bloco Operário Camponês (BOC) em 1928 lhe deram contornos mais nítidos. Segmentos expressivos das correntes políticas que tomaram o poder em 1930 tinham no anticomunismo uma perspectiva prioritária. (LEMOS, 2014, p.115)

O espectro do anticomunismo à brasileira ao ser “confundido” e mesclado com o histórico temor às “classes perigosas”, mais uma vez representa a feição reacionária e antidemocrática das classes dirigentes que, refletida na interpretação da questão social por boa parte da intelectualidade brasileira neste período, expressa a estigmatização⁵⁸ dos segmentos subalternos por sua condição social e de vida, forjada sob as particularidades da formação social brasileira.

Conforme Valladares (2000), na transição do século XIX ao XX as chamadas “classes perigosas” se encontravam de forma mais condensada na espacialidade do cortiço e dos morros, espaços de moradia das parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora, onde proliferavam os estigmas da vadiagem, vagabundagem, criminalidade e malandragem. Estigmatização relacionada ao modo em que eram concebidas e enfrentadas as expressões da questão social no país. Segundo Machado (2015), o tratamento das desigualdades sociais como “problemas sociais” deveria resultar na eliminação da suposta periculosidade moral e social das classes subalternas, compreendidas como “classes perigosas”, através “da higienização moral dos comportamentos, da eugeniização da raça ou por meio de reformas

⁵⁸ “[...] elaboração psicossocial e cultural com a qual a “marca” transfigura-se em “estigma”, expresso em algum signo, emblema, estereótipo, com o qual se assinala, demarca, descreve, qualifica, desqualifica, delimita ou subordina o “outro” e a “outra”, indivíduo ou coletivo. Este é um aspecto fundamental da ideologia racial: o estigmatizado, aberta ou veladamente, é levado a ver-se e a movimentar-se como estigmatizado, estranho, exótico, estrangeiro, alheio a “nós”. (IANNI, 2004, p. 23 apud MACHADO, 2015, p.117);

sanitárias” (p.108). Assim, junto de uma ação diretamente coercitiva às expressões políticas da questão social, fazia-se necessário naturalizar as desigualdades sociais no enquadramento social das classes populares. Dentre as estratégias para o tratamento do agudo “problema social” brasileiro, destacamos o ideário eugenista, que foi gestado no país ainda no período colonial e alcançou seu auge durante a República Velha.

Ainda conforme Machado (2015), a partir do pensamento eugenista, os “problemas sociais” deveriam ser encarados de forma biologizada e racializada. Ou seja, a pobreza e suas sequelas sociais como expressões mais visíveis da questão social, tinham suas supostas determinações explicadas na raça⁵⁹ e na fisiologia dos indivíduos sociais que compunham as chamadas “classes perigosas” — formadas majoritariamente pela população negra ex-escravizada e pelos “mestiços” advindos do “cruzamento étnico-racial” entre pretos e imigrantes brancos. Assim, diante o aprofundamento da questão social nas primeiras décadas do século XX, a concepção eugenista de superioridade racial manteve e ressignificou a dominação de classes. Transitando social e historicamente da oposição entre colonizador/senhor e nativo/escravizado para o antagonismo entre burguesia e trabalhador no desenvolvimento das relações capitalistas de produção e reprodução social sob herança da formação social brasileira⁶⁰.

Dessa forma, acreditando na necessidade de limpeza étnico-racial como solução para os “problemas sociais” do Brasil no bojo do desenvolvimento capitalista, o estímulo à imigração branca dos excedentários europeus cumpriu uma dupla tarefa: servir como força de trabalho assalariada para a devida expansão do

⁵⁹ Em contraponto à concepção biologicista de raça, Ianni (2004, p.23) citado por Machado (2015), aponta: “A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A raça não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. Racionalizar uns e outros, pela classificação e hierarquização, revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder”;

⁶⁰ “No capitalismo, a superioridade racial assume um caráter de exploração e opressão da burguesia sobre o proletariado, oriundo do sistema escravocrata e de imigrantes recém aportados no país.” (MACHADO, 2015, p.111);

capital em substituição progressiva a mão de obra negra estigmatizada; e possibilitar um saneamento moral das classes trabalhadoras através de seu branqueamento e suposto “aprimoramento racial”. Entretanto, contrariando os pressupostos racistas do pensamento eugenista, a mistificada miscigenação entre negros e brancos para “clarificar” e ajustar moral e socialmente as chamadas “classes perigosas”, resultou no aprofundamento da estigmatização sociorracial daqueles sujeitos oriundos de um compósito étnico-racial entre pretos e brancos.

Além da estratégia eugenista para a interpretação dominante da particular questão social à brasileira, o movimento higienista⁶¹ se apresentou enquanto uma alternativa viável para lidar preventivamente e “curar” as chagas sociais das “classes perigosas”, tendo em vista, inclusive, as limitações do trato eugenista com o “problema social” brasileiro. Devido ao crescimento da pauperização das classes subalternas e do acometimento de doenças epidêmicas vinculadas às determinações sociais da saúde⁶² no processo de urbanização, era preciso racionalizar respostas às refrações da questão social junto da difusão de um padrão de subjetividade para moralizar e normatizar os comportamentos e costumes das classes populares conforme as necessidades de desenvolvimento do capital industrial. Então, sob o pensamento higienista, frações das classes dominantes em parceria com o Estado e a Igreja trataram de sanear moralmente e politicamente os territórios “adoecidos” das classes perigosas, principalmente o espaço da favela, por meio de práticas “pedagógico-coercitivas” direcionadas na contramão dos hábitos populares tidos como bárbaros, arcaicos, desordeiros, libidinosos e difusores da preguiça ao trabalho.

O combate à “periculosidade” das classes subalternas para a garantia de uma sociedade ordeira e saudável aos olhos das classes dominantes, passou tanto pelos pressupostos de domesticação dos pretos e mestiços para impedir uma possível “africanização” do Brasil, como por táticas de disciplinamento da conduta

⁶¹ “O higienismo foi uma matriz intelectual com ênfase nos comportamentos culturais, visando a normatização das condutas sociais, os costumes, a cultura sendo que, em certos momentos, se atrelavam aos debates da miscigenação brasileira.” (MACHADO, 2015, p.118);

⁶² Sobre o debate das determinações sociais do processo de saúde-doença, consultar Donnangelo (1979);

“baderneira” e “adoecedora” dos brancos pobres recém importados da Europa. O binômio repressão e caridade representado pela ação articulada entre o Estado e a Igreja tratou de lidar com a dinâmica da luta de classes no país como uma patologia social passível de tratamento e cura. Assim como a pobreza e as mazelas sociais presentes na vida social das classes populares encontravam explicação na “natureza” subalterna dessas classes despossuídas, a resistência negra e a rebeldia operária, na demonstração pública da luta de classes através das lutas sociais, eram traduzidas pelo pensamento conservador como sintomas do adoecimento social da sociedade brasileira que, se não controlados, poderiam cronificar uma desarmonia social que travaria o progresso da sociedade.

No entanto, como a dinâmica da luta de classes, necessariamente, não pressupõe uma inter-relação de harmonia entre as classes fundamentais e suas derivações de classe no conjunto da produção e reprodução capitalista e, conseqüente, não imprime uma “natureza” passiva das classes exploradas e expropriadas pelo capital diante o movimento da realidade, o contexto brasileiro das primeiras décadas do século XX foi marcado pelo acirramento dos conflitos sociais. Segundo Castelo et al. (2020), com o agravamento dos interesses históricos entre capital e trabalho no desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira, as lutas sociais das classes trabalhadoras eclodiram na arena nacional através de reivindicações econômicas e políticas que contrariavam os anseios das frações de classe do bloco dirigente — este, inclusive, se encontrava permeado pelo afunilamento de tensões e disputas de poder entre as próprias frações proprietárias.

As duas décadas iniciais do século XX, foi um período de turbulência social, oriunda das transformações ocorridas: a abolição da escravatura, a imigração européia, a migração de camponeses e antigos escravos para as cidades. Esses acontecimentos agregavam as mudanças econômicas promovidas pela industrialização nascente, que agravaram as tensões sociais e colocaram em crise a legitimidade do regime republicano. (MACHADO, 2015, p.114)

3.2. *Particularidades históricas da luta de classes no Brasil entre 1930 e o pré-1964*

Enquanto expressão do direcionamento político e econômico do país sempre decidido pelo “alto”, ou seja, unilateralmente pelas classes dominantes, conforme Skidmore (1982), o ano de 1930 foi figurado pela conspiração despótica que levou Getúlio Vargas a chefiar o executivo brasileiro. O que alguns chamaram de Revolução de 1930, foi na verdade um golpe⁶³ armado que fraturou o recente desenvolvimento institucional e republicano do Brasil. Importante destacarmos que, esse processo de crise política nacional, tendo como desfecho imediato o golpe de 1930, sofreu rebatimentos de um contexto internacional de crise econômica — a crise de 1929⁶⁴, qual mencionamos anteriormente neste trabalho.

Desprovidas historicamente de valores democráticos, as classes dominantes internas, em uma disputa intraclasse⁶⁵ pelo poder político, se digladiaram ameaçadoramente, inclusive, fortificando as rivalidades regionalistas. Com a saída vitoriosa dos segmentos dominantes liberais sustentados por milicos de distintas patentes, e com apoio de latifundiários ambiciosos, o resultado conspiratório foi composto pela articulação entre nacionalistas autoritários e constitucionalistas liberais que, mesmo com diferenças de posições em relação ao desenvolvimento da nova dinâmica política do país, tinham unidade através do aspecto elitista de dominação e, portanto, eram totalmente avessos à qualquer veio democrático-nacional.

⁶³ No ano de 1930, “os militares mais graduados, haviam deposto o governo legal do Presidente Washington Luís (1926-1930), com isso impedindo-o de dar posse ao candidato (Júlio Prestes) que, pelos resultados oficiais, havia derrotado Vargas na eleição presidencial de março”. (SKIDMORE, 1982, p.21);

⁶⁴ Enquanto reflexos dessa crise mundial, “os países latino-americanos, cujas economias eram baseadas na exportação de produtos agrícolas e importação de produtos industriais, entram em crises políticas e levam à queda vários de seus governantes. É também o caso do Brasil.” (ROSSI e GERAB, 2009, p.32);

⁶⁵ O que pode ser verificado, detalhadamente, na belíssima obra de Thomas E. Skidmore, intitulada “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”, publicada pela editora Paz e Terra, como consta nas referências bibliográficas deste trabalho;

Assim, mesmo com suas diferenças, as classes dominantes do país eram unânimes no quesito antipopular. E, como já mencionamos, tremiam de aversão só de ouvir falar em potencialidades que almejavam uma efetiva democratização da sociedade brasileira. Ainda que muito residuais nesta época, os segmentos democrático-populares, especificamente os comunistas, representavam ameaças ao ideário tradicional das classes dominantes. Como nos diz Skidmore (1982), a junta militar que destituiu o último presidente da República Velha, antes de conceder o governo aos desmandos de Vargas, em 27 de outubro daquele ano de golpe, publicou um manifesto apelando para que a população brasileira ficasse de olhos bem abertos com aqueles temerários que primavam pela desordem social.

[...] os elementos perniciosos à ordem social procuram infiltrar no meio operário ideias nocivas à paz pública. Essa preocupação de interceptar qualquer agitação proletária — uma força de potencial desprezível no Brasil da década de 30 — tornou-se mais marcante nas cogitações de quase todos os setores da elite política tradicional depois da instalação do Governo Vargas. (ibidem, p.29)

Pelo receio às classes “perigosas”, sendo o movimento operário o mais potencial para difundir esse “perigo iminente”, o governo golpista de Vargas alçou como uma de suas primeiras medidas políticas a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC)⁶⁶, visando o enquadramento da classe trabalhadora e o controle de uma de suas principais entidades representativas em crescimento — o sindicato. Agora, o tratamento às expressões da questão social, diferente do entendimento do ex-presidente Washington Luís, estaria envolvido por medidas estatais de “concessão” de direitos trabalhistas e sociais, sem perder de vista o caráter diretamente coercitivo e controlador do Estado. Atendendo certas reivindicações mais básicas do movimento operário brasileiro, ao passo em que ocorre uma refuncionalização institucional do Estado, inaugura-se no país o início do que Santos (1979) denominou como *cidadania regulada*⁶⁷ — da qual trataremos no

⁶⁶ “Apresentado por seu organizador e primeiro titular, Lindolfo Collor, como o Ministério da Revolução e vendido aos trabalhadores e empresários, como um antídoto para a luta de classes, muito mais apropriado seria chamá-lo Ministério da Contrarrevolução.” (LEMOS, 2014, p.116);

⁶⁷ “Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cuja raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. [...] A

próximo item deste trabalho. O movimento “modernizador” do Estado, sob o governo Vargas, ao passo em que cede algumas reivindicações do movimento operário, ao mesmo tempo, impõe o controle dos processos organizativos e de mobilização dos trabalhadores com a criação da oficialidade sindical. Essa condição em que o Estado colocava para ceder parte da pressão do movimento operário, atrelava as entidades sindicais à estrutura institucional-burocrática estatal. Segundo Rossi e Gerab (2009), a condição dos sindicatos oficiais, ou seja, a condição para serem reconhecidos pelo Estado, imputava uma relação em que o âmbito estatal poderia intervir diretamente nos sindicatos caso fosse desobedecida, por exemplo, a proibição de promoção de atividades político-ideológicas por parte das entidades de trabalhadores reconhecidas, exigindo então, que o sindicato se constituísse enquanto um instrumento de colaboração com o Estado.

Esse caminho de novas exigências para a organização sindical, tentando coibir a natureza conflitiva dos sindicatos, apassivando-os e aparelhando-os ao Estado, além de limitar suas mobilizações e articulações⁶⁸, tinha o objetivo de repelir do sindicalismo perspectivas nacional-democráticas, assim como as vertentes anarquista e comunista. No entanto, mesmo com as severas restrições organizativas impostas pelo Estado, as forças de esquerda no país não esmoreceram.

Conforme Skidmore (1982), após a Constituição de 1934, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional para continuar o exercício da presidência da república até a próxima eleição que se daria de forma direta, em 1938. Entretanto, as forças democráticas e de esquerda, ainda mais descontentes com o cenário político e econômico do país, organizaram uma frente popular em

cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei. (SANTOS, 1979, p.75);

⁶⁸ O Estado, [...] proíbe a formação de organismos unitários, assim como impede a organização nos locais de trabalho; quer dificultar tanto o acesso das direções sindicais às bases, quanto a efetiva participação dessas nos seus órgãos de classe, além de garantir a pulverização sindical, pois quanto mais dividida mais fraca.” (ROSSI e GERAB, 2009, p.35);

oposição ao que representava o governo Vargas. Essa frente denominada de Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁶⁹, protagonizada pelos militantes comunistas do PCB, propunha uma ruptura com o autoritarismo e o elitismo da sociedade brasileira, aspirando uma democratização do país a partir de uma perspectiva de soberania nacional e antilatifundiária. Foi um movimento, mesmo que rápido e embrionário, que expressou a articulação de segmentos progressistas e de trabalhadores em prol de uma construção democrático-nacional de força política em oposição às demais forças sociais presentes na dinâmica da luta de classes no Brasil até então. Ao mesmo tempo em que as ideias da ANL ganhavam adeptos, as classes dominantes procuravam prevenir o estouro de uma potencialidade popular e democratizante na arena política do país. Assim, segundo Skidmore (1982), o Congresso Nacional, edificado por forças massivamente conservadoras, aprovou no ano de 1935, uma Lei de Segurança Nacional, que concedia poderes ao governo federal para reprimir severamente possibilidades que anunciassem politicamente a "subversão" da ordem. A esperteza de Vargas acionou tal dispositivo legal repressor enquanto resposta a um discurso⁷⁰ inflamado de Luís Carlos Prestes⁷¹, um comunista de forte liderança da frente popular ANL. O que acabou provocando, enquanto resposta do governo desgostoso com tal ousadia, o fechamento da ANL e a perseguição e prisão de militantes. O que demonstra, mais uma vez, sob o pensamento autoritário das classes dominantes, a intolerância a tendências populares e democratizantes no jogo político.

⁶⁹ "Subitamente parecia que a esquerda havia ganho vida. Mais de 1.600 sedes locais da ANL, haviam brotado até fins de maio de 1935. Os elementos progressistas dentro da classe média estavam finalmente se unindo aos sindicatos trabalhistas militantes para apoiar um programa radical. A plataforma da ANL, anunciada em fevereiro, pedia o cancelamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas estrangeiras e a liquidação do latifúndios." (SKIDMORE, 1982, p.41);

⁷⁰ Conforme Skidmore (1982), tal discurso do comunista Prestes vocalizava que: "[...] o Brasil precisava era de um governo popular que fosse realmente revolucionário e anti-imperialista. [...] e terminou com o grito: Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora." (p.42);

⁷¹ Para maiores informações sobre Luís Carlos Prestes, desde a formação da Coluna Prestes na década de 1920 à sua posição de grande liderança comunista no Brasil, consultar Prestes (2006);

Com esse cenário aberto, de ilegalidade das mobilizações da frente popular que condensava os setores de esquerda e progressistas, os militantes mais radicais do PCB equacionaram, enquanto tática de luta social, o enfrentamento armado⁷² em prol da libertação nacional. Então, munidos de tática belicosa, no mesmo ano de 1935, um grupo de militantes de esquerda operou uma emboscada e assassinaram oficiais de alta patente das forças armadas, iniciando a chamada Intentona Comunista. No entanto, o levante armado se encerrou rapidamente, assim como começou. Quando expandiram as suas ações diretas, de Natal e Recife para o Rio de Janeiro, inclusive, tentando mobilizar setores progressistas de dentro das forças armadas, foram descobertos pelas forças governistas, e o início de uma revolta armada foi severamente interrompido e dizimado. Disso, Getúlio Vargas soube utilizar muito bem para suas jogatinas políticas e de interesse pessoal. Agora, podendo provar a existência de uma “conspiração armada de esquerda” para derrubar o governo, apelando para o fantasma do iminente comunismo, Vargas conseguiu justificar a necessidade de colocar em ação, novamente, a Lei de Segurança Nacional, e o Congresso aprovou o estado de sítio no país, conferindo altos poderes ao executivo federal para reprimir severamente os subversivos vermelhos.

Sob o alarde do anticomunismo, os movimentos de esquerda foram brutalmente destroçados, restando a esses os porões da clandestinidade ou das prisões. E utilizando desse contexto de temor às classes perigosas, em uma trama bem articulada, Vargas conseguiu fazer com que o Congresso Nacional renovasse o estado de sítio no país. Com amplos poderes, o presidente, então, articulou politicamente a sua continuidade, preparando o terreno para a concretização de mais um golpe. Novembro de 1937, emerge o Estado Novo — ditadura que se prolongará até o ano de 1945, ano de respiro democrático.

⁷² “[...] um levante armado funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista.” (SKIDMORE, 1982, p.43);

Com as forças democráticas imobilizadas, e pelo apelo nacional do anticomunismo, os setores mais reacionários da sociedade acreditavam que, sob o Estado Novo, teriam condições para florescer o que almejavam desde o início daquela década de 1930. Especificamente, os integralistas⁷³ acreditaram que agora seria o tempo de seus quadros serem acionados para a construção de um novo país. No entanto, o ditador Vargas não estava disposto a compartilhar sua vitória golpista. Junto com a dissolução dos partidos políticos na segunda fase da Era Vargas, a Ação Integralista Brasileira (AIB) também foi diluída. Em reação a isso, um grupo de integralistas, com apoio de outros opositores de Vargas, tentaram uma investida armada sobre o ditador populista, mas não obtiveram êxito. Assim, sob a mesma justificativa em relação à Intentona Comunista de 1935, Vargas reprime, também, o movimento integralista, por mais que o ditador tivesse um forte flerte com a podridão fascista.

Devido ao caráter totalitário e narcísico da ditadura varguista, o integralismo foi suprimido enquanto movimento político de caráter público e organizado⁷⁴. No entanto, suas ideias de sustentação fascista não foram eliminadas da dinâmica nacional, tendo em vista a celebração permanente do autoritarismo, que se expressa, complementarmente, na própria ditadura do Estado Novo. O autoritarismo enquanto componente da formação social brasileira, assim como já mencionamos, agora, nutrido de traços fascistizantes, será estendido historicamente à vida nacional para além da autocracia varguista. O que tonifica, historicamente, o caráter de parcelas mais reacionárias e impositivas das classes dominantes nacionais.

Durante a ditadura varguista do Estado Novo as classes populares continuaram a ter seus instrumentos autônomos de organização e mobilização cerrados.

⁷³ De caráter fascista, “a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político que agiu no Brasil de 1932 a 1937, procurou usar todos os recursos do imaginário histórico brasileiro somado ao clima nacional e internacional da década de 1930 para criar seu projeto de poder. Com uma retórica nacionalista o movimento tinha em Plínio Salgado o seu líder. Uma parte significativa de suas simbologias eram um abrasileiramento das que Benito Mussolini e Adolf Hitler estavam utilizando.” (SILVA, 2005, p.63);

⁷⁴ Foi suprimida a organização integralista publicamente declarada. No entanto, posteriormente, segmentos integralistas sob a ainda direção de Plínio Salgado organizaram uma legenda partidária denominada Partido de Representação Popular (PRP), conforme menciona Skidmore (1982);

Segundo Medeiros (1995), em contrapartida aos movimentos de esquerda, o período estadonovista contou com o apoio da Igreja Católica, mesmo com certas divergências, e abriu caminho para o desenvolvimento dos Círculos Operários enquanto instrumentos de disputa e condução política das classes populares e movimentos de trabalhadores à luz da Ação Social Católica⁷⁵.

Em um momento que combinava-se a incisiva violência no campo, repressão nas cidades e táticas de pulverização e cooptação de aspirações democrático-populares em todos os quadrantes da dinâmica nacional, sentindo os efeitos conjunturais dos últimos anos do Estado Novo, Vargas tentou edificar uma nova base política, conforme menciona Skidmore (1982).

Durante os dois últimos anos do Estado Novo (1943-1945), Vargas teve suficiente largueza de visão para perceber que a sua ditadura não poderia sobreviver à guerra. O seu fascismo, ainda que de segunda mão, estava condenado a ser sacudido pela derrocada próxima do fascismo na Europa, para a derrota do qual o Exército brasileiro estava contribuindo com uma força expedicionária. Assim sendo, em 1943, Vargas apoiou os esforços de um de seus lugares-tenentes de maior confiança, o Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, que começou a propor as bases de um novo movimento político. Vargas estava prevendo o momento em que o sistema político seria reaberto, e o poder repousaria no processo eleitoral. (ibidem, p.62)

A construção dessa nova base política⁷⁶, visando a alteração da correlação de forças políticas e sociais, se assentava em uma tríade: a necessária expansão da previdência social, objetivada, naquele momento, enquanto medida mais populista do que econômico-social; conseqüentemente, a ampliação da estrutura sindical corporativista, e um controle institucional “consensual” dos sindicatos em benefício aos interesses políticos de Vargas; e, por fim, a edificação de um partido político⁷⁷ de

⁷⁵ Sobre o relacionamento do Estado e Igreja neste período, incluindo a discussão sobre os Círculos Operários e outros organismos político-eclesiásticos como a Juventude Operária Católica (JOC), discutiremos no próximo capítulo deste trabalho ao tematizar o Serviço Social no Brasil;

⁷⁶ Ainda conforme Skidmore (1982);

⁷⁷ Além da estratégica fundação do PTB, Vargas também participou ativamente da articulação em torno de uma segunda legenda partidária-eleitoral, o Partido Social Democrático (PSD), em 1945, que condensava uma rede de setores das classes dominantes simpáticas ao processo estadonovista e assentadas sobre a política tradicional brasileira. Conforme menciona Skidmore (1982), o PSD era composto pelos de “dentro”: políticos, burocratas, latifundiários e industriais;

cunho trabalhista⁷⁸ que tivesse como bandeira o crescimento industrial do país a partir de um sentimento de nacionalismo econômico⁷⁹, articulado com a defesa de ampliação de direitos trabalhistas — aprofundando a *cidadania regulada* pelo trabalho formal-legal. Assim, antes de ser derrubado pelas articulações dos de cima em 1945, Vargas promoveu uma série de reformas liberalizantes, convocando eleições diretas para o final daquele ano, viabilizando anistia aos presos políticos e liberdade de organização partidária, inclusive a legalização do PCB, rumo à uma redemocratização pelo “alto”. Também, importante mencionar, segundo Skidmore (1982), que em março de 1945 sob a ambiência da já anunciada reabertura do sistema político, as ruas do Rio de Janeiro foram ocupadas por protestos do movimento estudantil dirigido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em defesa da redemocratização. Algo que publicamente contribuiu para o tensionamento em vistas da redemocratização, mesmo que tal manifestação dos estudantes foi respondida com muita repressão policial — o que resultou na morte de dois estudantes que compunham o ato em favor das liberdades democráticas.

Segundo Pinheiro (2014), com o fim do Estado Novo⁸⁰ abria-se então o percurso de redemocratização do país. No entanto, mesmo com a retomada, um tanto quanto fraturada, do regime democrático, isso não significou um caminho largo para o pleno desenvolvimento das aspirações nacional-democráticas das classes subalternas. Mesmo sob regras do jogo democrático, a dimensão do autoritarismo

⁷⁸ “Como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem às dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária, que se denominaria Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB representava o esforço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas, à esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente.” (SKIDMORE, 1982, p.82);

⁷⁹ Por mais que Vargas vinha se aproximando política e economicamente dos Estados Unidos, tendo em vista o contexto mundial, segundo Pinheiro (2014);

⁸⁰ “O abalo da estabilidade e segurança do regime estado-novista se deu fundamentalmente em decorrência de fatores externos: a mudança na correlação de forças militares e políticas no cenário internacional após a vitória do Exército soviético em Stalingrado, favorecendo a formação de uma opinião pública mundial antifascista, e as pressões do Governo Roosevelt para obter o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, que contava com o apoio da ala americanófila, liderada por Osvaldo Aranha, dentro do próprio governo varguista.” (PINHEIRO, 2014, p.24);

das classes possuidoras ainda se fazia presente, inclusive, não sendo abandonado aquele sentimento anticomunista à brasileira.

No contexto de “abertura” democrática do país, estava em jogo qual projeto político de democracia sairia vitorioso. De um lado, tinha-se o processo de democratização inaugurado por Vargas, que assegurava de certa forma espaço e participação política para setores sociais até então excluídos, embora o que Vargas pretendia era manter-se no poder. Enquanto que, do outro lado, apresentava-se o projeto dos liberais opositores ao Estado Novo, preconizando uma democracia liberal elitista, temerosa da liberdade e da organização efetiva da sociedade civil e da participação popular. Segundo alguns estudiosos do período, o combate ao autoritarismo, por parte da oposição liberal, não era porque esta fosse a favor de um regime democrático para atender às reivindicações das classes populares. Na realidade, desejava para si o poder do qual era mantida relativamente afastada devido à grande concentração de poder político do regime varguista. (ibidem, p.29)

Sob um contexto internacional de derrota do nazi-fascismo na Europa e ascensão norte-americana, a ambiência político-social brasileira contava com um clima de exaltação democrática, despertando em vários setores da sociedade um sentimento antifascista, que não era peculiarmente brasileiro, tendo em vista as novas condições internacionais do pós Segunda Guerra Mundial. A alteração da correlação de forças da luta de classes no plano internacional, como mencionamos, rebateu para a conjuntura brasileira, principalmente em relação às disputas entre as classes dominantes, que agora, se aproximaram hegemonicamente dos interesses dos Estado Unidos. Mas é inegável admitir que esse contexto também trouxe implicações para a dinâmica da organização e mobilização popular no Brasil.

Agora, sob um regime democrático no país, e com a saída do PCB da ilegalidade⁸¹, as aspirações populares e democratizantes tiveram uma singular vazão através dos comunistas, especialmente sob a liderança do então preso político desde 1936, Luís Carlos Prestes, que agora havia sido solto pela anistia política, concedida antes da queda de Vargas. Conforme Pinheiro (2014), a partir desse

⁸¹ “[...] a anistia geral, de 1945, e o novo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao Partido Comunista reorganizar-se como força política. A atmosfera de triunfo sobre o fascismo, no exterior, baseado numa aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética, e da qual o Brasil havia participado, ajudou a ressuscitar a reputação do Partido Comunista dentro do país.” (SKIDMORE, 1982, p.87);

momento, o PCB deu um salto de crescimento quantitativo, mas também, qualitativo em seu trabalho de base, quando começou a ganhar as ruas, as fábricas, os bairros populares e, com isso, também, expandiu-se a imprensa popular⁸² sob direção dos comunistas. Além da marcante agitação popular, o início da redemocratização contou, segundo Mattos (2009), com uma retomada ativa do movimento sindical — com destaque para os operários —, em um cenário de ebulição de novas entidades sindicais e aumento de trabalhadores sindicalizados, que em apenas um ano, de 1945 a 1946, quase dobrou de tamanho. Esse ascenso imediato do movimento sindical resultou na necessidade de uma organização que pudesse direcionar de forma articulada o processo de luta no mundo do trabalho. Assim, foi criado já em meados de 1945 o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)⁸³, que logo foi substituído, em 1946, pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), ambas hegemonicamente dirigidas pelos comunistas e com presença de trabalhistas do PTB. Porém, essa capacidade de unidade sindical foi interrompida quando, em 1947, o governo “democrático” do General Dutra, sob os ventos internacionais da Guerra Fria, baixou a severa repressão aos movimentos sociais e populares, culminando no encerramento dos trabalhos da CTB e de outras organizações da classe trabalhadora, como apontaremos abaixo.

Antes de se romper a sanha repressiva do primeiro governo à luz da “redemocratização”, é importante mencionarmos que, entre 1945 e 1947, as forças populares dinamizaram sua capacidade organizativa e de mobilização, mesmo que ainda embrionária, estando o PCB como fio condutor privilegiado desta dinamização social. Pinheiro (2014) nos elucida que nesse tempo de respiro democrático do

⁸² “Surgiram inúmeros jornais comunistas em vários estados: Tribuna Popular, fundado em 22 de maio, no então Distrito Federal; Hoje, em São Paulo; O Momento, na Bahia; Folha do Povo, em Pernambuco; O Estado de Goiás, em Goiânia (GO); O Democrata, no Ceará; Tribuna Gaúcha, em Porto Alegre (RS); Folha Capixaba, em Vitória (ES); Tribuna do Povo, em São Luís (MA); Tribuna do Pará, de Belém; Jornal do Povo, da Paraíba; O Democrata, de Campo Grande, Mato Grosso; Jornal do Povo, de Belo Horizonte (MG); Voz do Povo, Caxias do Sul (RS); Jornal do Povo, em Aracaju (SE); Voz do Povo, em Maceió (AL). Como órgão oficial, reapareceu A Classe Operária, em 09/3/1946.” (PINHEIRO, 2014, p.28);

⁸³ “A tarefa do MUT é desenvolver a educação democrática do proletariado, lutar pela liberdade sindical, estimular a sindicalização de todos os setores trabalhistas, apoiar as reivindicações gerais da classe operária e, principalmente, fazê-la compreender na prática as vantagens de sua unidade.” (MUT, nº1, Rio de Janeiro, 1945, p.1 apud MATTOS, 2009, p.79);

imediate segundo pós-guerra, a atuação político-social da principal organização que vocalizava e dava condução aos interesses históricos das classes trabalhadoras e populares — o PCB, se apresentava em duas faces articuladas: nas ruas e fábricas, junto do povo trabalhador e dos anseios populares; e na vida política das eleições burguesas.

Gozando de liberdade de organização política, portanto, de legalidade partidária, o PCB se inseriu no sistema político-eleitoral da democracia burguesa, na busca de uma unicidade nacional para, legalmente e pacificamente, atingir uma completa democratização da sociedade brasileira, conforme escreve Skidmore (1982). Seguindo essa tática pelas vias eleitorais, o PCB escolheu Iedo Fiúza, ex-prefeito da cidade de Petrópolis-RJ, como candidato à presidência da república pelo partido. Fiúza, por mais que se orientava por uma perspectiva democratizante não era comunista. Assim, Skidmore (1982) faz menção à um posicionamento público do então secretário-geral do PCB durante àquelas eleições: “como esclareceu Prestes, em um discurso da campanha, no Recife, em fins de novembro, o PCB acreditava que o Brasil ainda não estava pronto para um governo comunista. O erro de novembro de 1935 não deveria se repetir” (p.88).

Afinal, neste momento, os comunistas compreendiam que a sociedade socialista somente seria alcançada após profundas reformas democratizantes da ordem do capital, garantindo soberania nacional para o país e rompendo com a dominação externa, aniquilando o latifúndio e a concentração de poder político, em vistas de uma necessária expansão econômica nacional em termos democratizantes. Justificados por tal compreensão, uma “tática de cautela” nas lutas sociais deveria ser adotada para viabilizar a estratégia de unidade nacional enquanto correia de transmissão para a democratização reformista da sociedade do capital. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a greve enquanto um instrumento legítimo de luta da classe trabalhadora, naquele momento, os comunistas não à aconselhavam enquanto uma via tática para o adensamento da democracia, tendo em vista a necessidade de uma certa estabilidade política para a viabilização da tática da unidade nacional enquanto meio para a democratização da sociedade brasileira. No entanto, devido às sequelas da questão social, que não tinham sido

razoavelmente respondidas no início daquela década de 1940 com as “concessões” do Estado Novo, estouraram diversas greves pelo país logo após a retomada do regime democrático, junto com a ascensão do movimento operário, como vimos acima. Fazia-se necessário que o principal sujeito organizador e educador das classes trabalhadoras, daquele momento, pensasse em meios para canalizar a indignação popular, ou seja, estratégias que pudessem politizar as expressões da questão social e conduzir para processos de organização popular autônoma em favor do desenvolvimento da tomada de consciência político-reivindicatória e, progressivamente, de classe.

Juntamente com as investidas no campo das disputas eleitorais, assim como já mencionamos acima, os comunistas se debruçaram na mobilização e organização popular das massas trabalhadoras e oprimidas, em locais de trabalho e moradia, e para isso, alçaram um instrumento de organização popular inédito em potencialidade no que se diz respeito a história das lutas populares no Brasil — os Comitês Populares Democráticos. Mas antes de falarmos sobre esse novo instrumento de organização e mobilização das camadas populares, é preciso destacar que, assim como nos diz Pinheiro (2014), na estratégia de luta política dos comunistas a organização sindical possui centralidade, tendo em vista que é no sindicato, enquanto instrumento de luta coletiva dos trabalhadores e que atua na regulação da compra e venda da força de trabalho, ou seja, nas relações de exploração do trabalho, que se encontra o primeiro momento da capacidade de coalizão de classe dos trabalhadores em prol do desenvolvimento de sua união enquanto classe, assim como mencionamos no item 2 deste trabalho em referência à Marx (1985). Pois bem, voltamos à Pinheiro (2014):

Desse modo, os sindicatos unidos seriam a espinha dorsal da democracia brasileira. Porém, para trilhar o caminho de reconquista dos sindicatos, o PCB precisaria primeiramente conquistar os trabalhadores, penetrando nas fábricas, nas empresas, nos bairros, e garantir sua representatividade junto a eles, expandindo-se das fábricas e dos bairros para os sindicatos. A projeção do PCB no meio operário era condição para se tornar uma força política capaz de disputar a liderança da revolução democrática, entendida como uma etapa histórica indispensável para a realização do socialismo. Assim, os organismos do Partido, como o MUT e os Comitês Populares Democráticos, faziam parte da estratégia comunista de revolução

democrática, direcionados não apenas no sentido de mobilização, organização e educação do proletariado, mas também no de fortalecimento e ampliação da ligação dos trabalhadores com o Partido Comunista. (ibidem, p.35)

Nesse sentido, a constituição dos Comitês Populares Democráticos foi fundamental para que, de baixo para cima, e por meio da atividade autônoma das classes populares, pudesse emergir o embrião de democratização da sociedade, com potencialidade de adensar a reivindicação de ruptura com as tradições autoritárias, tirânicas e heteronômicas da sociedade brasileira. E assim, com uma sociedade reformada, em que as classes populares tivessem a possibilidade de se consolidarem na participação ativa da vida política do país, abriria-se uma maior capacidade para o percurso progressivo de um desenvolvimento nacional e democrático para o Brasil. Essa estratégia de organizar o povo, comungada entre os comunistas, deveria abarcar o conjunto de forças democráticas, comunistas ou não, em prol daquela estratégia de unidade nacional. Foi então que, a partir de 1945, sob forte influência dos comunistas, colocaram-se em ação esses instrumentos de luta das classes populares, principalmente nos bairros, vilas populares e favelas, mas também nos locais de trabalho enquanto alicerce para a organização sindical.

Serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. (...) Na luta pela União Nacional precisamos concentrar nossos esforços, antes e acima de tudo, na organização das grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo. É a organização sindical do proletariado urbano e rural o instrumento por excelência capaz de fazer dos assalariados em geral cidadãos ativos, patriotas conscientes e democratas esclarecidos em condições de defender seus interesses de classe e de participar (...) na vida pública da nação. "Organizar o povo para a democracia". (PRESTES, s/d, pp. 113-114 apud PINHEIRO, 2014, p.36)

Ainda a partir dos grifos de Pinheiro (2014), constata-se que, essencialmente, foi a partir dos processos mobilizadores e organizativos nos locais de moradia e de trabalho das classes populares, em que os Comitês Populares Democráticos constituíram a "articulação entre a *pequena política* do dia a dia e a *grande política*

da vida política nacional” (p.34). Assim, a intervenção dos Comitês girava em torno de reivindicações locais em relação à condições de vida e trabalho das camadas subalternas, buscando respostas a tais necessidades tanto pela via coletiva de cooperação entre pares, como, sobretudo, através da denúncia pública e política de suas condições de vida, direcionando essas reivindicações para o âmbito do Estado. Assim, as reivindicações econômico-imediatas ecoavam em uma luta unitária entre os segmentos democráticos da sociedade por amplos direitos de cidadania. Ou seja, as ações populares e democráticas, por meio dos Comitês, não se limitavam ao circuito restrito de pautas meramente econômicas como melhores condições de infraestrutura dos bairros ou melhores condições imediatas de trabalho, se expressavam, substancialmente, em potencialidade política de democratização efetiva das relações sociais, mesmo que no marco da ordem capitalista.

Ainda, a capacidade organizativa dos Comitês Populares Democráticos ia além de critérios associativos por locais de moradia e de trabalho. Mesmo que estes eram critérios majoritários em relação à estrutura organizativa dos Comitês, pelo seu objetivo ampliado de democratização nacional, também fazia parte da dinâmica desses instrumentos de base a formação de núcleos que tematizavam questões diversas, desde que estas estivessem à luz de uma perspectiva democratizante⁸⁴. Como foi o caso do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, do Comitê Democrático dos Evangélicos, do Comitê do Ensino Leigo e do Comitê de Mulheres Pró-Democracia, como escreve Pinheiro (2014).

Além do desenvolvimento da mobilização organizada das classes populares por melhores condições de vida e trabalho⁸⁵, como elencou Pinheiro (2014), os

⁸⁴ “[...] podem participar homens e mulheres de todas as tendências políticas, filosóficas ou religiosas, claro que com a exclusão dos fascistas. Assim podem figurar nos Comitês católicos, protestantes, espíritas, maçons, democratas, liberais, conservadores, empregados e patrões, enfim todos os patriotas [...]” (Tribuna Popular, p. 2, 01/06/1945 apud COSTA, 2015, p.92);

⁸⁵ “[...] oferta de serviços públicos, como iluminação, saneamento básico, transporte público; [...] luta contra a carestia de vida e a carência de artigos de primeira necessidade e as causas das mesmas; [...] questões relacionadas à saúde popular, [como] saneamento, profilaxia, leitos hospitalares, pronto-socorro, postos de saúde, serviço dentário, farmácia, vigilância sanitária; [...] luta pela maior eficiência dos estabelecimentos de ensino do bairro, públicos ou particulares, luta contra o analfabetismo – sendo de lembrar a conveniência da alfabetização visando as eleições –, luta pela ‘vulgarização’ de noções científicas, criação de

Comitês Populares Democráticos viabilizaram um ascenso de ativa participação política dos estratos sociais até então marginalizados no cenário cívico-político do país. Culminando em um processo curto, porém ascendente, de politização da vida urbana, esses instrumentos de luta popular mediaram o desenvolvimento educativo das classes trabalhadoras para a formação de uma consciência-em-si em níveis reivindicatórios elevados. Conforme Duriguetto e Montaño (2011), “a consciência-em-si desenvolve uma crítica imediata, vivencial, espontânea, a partir da experiência direta dos sujeitos, sem conseguir desvelar as leis da ordem do capital” (p.103). No entanto, mesmo que a experiência dos Comitês não possibilitaram, imediatamente, e pelas circunstâncias histórico-conjunturais, a construção de uma consciência de classe das camadas populares e trabalhadoras, é inegável que tal experimentação organizativa proporcionou uma elevação da *consciência imediata*⁸⁶ e *individual* para uma *consciência reivindicatória*⁸⁷ e coletiva. Disso, despertou em significativos segmentos das classes populares uma volição coletiva de democratização nacional a partir de um processo político-educativo promotor e promovido pela marcha reivindicatória que se contrapunha às piores tradições da formação social brasileira. Mas vale ressaltar, assim como dissemos no item 2 deste trabalho, que a elevação do nível de consciência social e política não pode ser configurada como um etapismo progressivo e ascendente — é necessário considerar as condições histórico-conjunturais que envolvem o processo histórico-social.

bibliotecas e, sobretudo, “incrementação metodizada” dos estudos sobre o Brasil, seu povo, seus problemas econômicos, culturais, políticos, sociais, visando a politização dos associados do comitê e da população do bairro; [...] apoio vigilante do comitê ao cumprimento da legislação trabalhista e das leis de assistência social e, evitando uma política divisionista das ‘classes nacionais progressistas’, promover reuniões conjuntas entre patrões e empregados, industriais, comerciantes e consumidores, de proprietários e inquilinos, médicos, farmacêuticos e clientes, donas de casa e empregadas domésticas, policiais e moradores, etc.” (PINHEIRO, 2014, p.41);

⁸⁶ “Desenvolve-se na vida cotidiana um nível de consciência individual e imediato, no qual seu entorno, seus interesses particulares e seus atos são vivenciados e interpretados. [...] Desenvolve-se aqui o que Gramsci trata como senso comum, uma forma rudimentar de conhecer o mundo, que o concebe de maneira desagregada e desistoricizada, e que pensa a realidade como algo já dado e independente do sujeito.” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.101);

⁸⁷ “A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma identidade e uma consciência reivindicatória, que deriva numa ação grupal reivindicatória.” (Ibidem, p.103);

Desse curso, era preciso generalizar e expandir os anseios populares democratizantes em todos os quadrantes da vida nacional. Assim, a dimensão cultural foi acionada como instrumento de educação do povo pelo próprio povo. Os movimentos sociais de base lançavam mão, naquele momento, de várias atividades culturais enquanto meio de educação popular, vide exemplo do teatro amador, do cinema e de exposições populares diversas. Mas, pela situação de alto índice de analfabetismo⁸⁸ da sociedade brasileira, a educação de adultos ganhou centralidade nas tarefas político-pedagógicas dos Comitês Populares Democráticos. Afinal, como os analfabetos não tinham direito ao voto, a tática de alfabetização em massa serviria para que as classes populares pudessem participar da vida político-eleitoral, no sentido daquela já mencionada estratégia de unidade nacional em vistas à democratização da sociedade brasileira.

Obviamente, por mais que a alfabetização de adultos seria importante para a formação de eleitores das classes populares, isso também serviria para canalizar certos interesses de parte da burguesia interna, especialmente a recém nascida burguesia urbana e industrial, na correlação de forças entre os de cima. Inclusive, a questão do analfabetismo foi uma preocupação política e econômica das classes dominantes internas, sendo desenvolvido, posteriormente, significativos programas institucionais de governo para tal finalidade. Mas nesse mérito entraremos mais a frente.

Nesse momento, o que preocupava os segmentos democráticos em relação à alfabetização de adultos, sobretudo aos comunistas, passava sim pela necessidade de alistamento de um eleitorado⁸⁹ das camadas populares, adensando uma

⁸⁸ “A ênfase dada à questão da alfabetização de adultos pelos Comitês Populares decorreu da constatação de existir 54,68% de analfabetos na população adulta brasileira, a partir justamente da idade em que os indivíduos devem participar ativamente da vida econômica e política do País.” (PINHEIRO, 2014, p.43);

⁸⁹ “Entre as tarefas eleitorais atribuídas aos Comitês Populares estavam: 1) Organizar cursos rápidos de alfabetização – para ambos os sexos – de futuros eleitores, sem nenhuma preocupação quanto aos candidatos que os mesmos iriam escolher; 2) Alistar o maior número possível de mulheres; 3) Demonstrar por todos os meios – palestras, impressos, volantes, comícios, propaganda individual, etc. – a natureza secreta do voto. Mostrar praticamente que seria impossível saber em quem votou o eleitor.” (Tribuna Popular, 3/7/1945, p. 5 apud PINHEIRO, 2014, p.44);

democracia participativa, porém, ia além disso. A preocupação central seria a qualificação deste eleitorado, ou seja, através da formação político-pedagógica do Comitês Populares Democráticos, almejava-se tornar esses novos eleitores, advindos do povo, capazes de identificar e decidir alternativas eleitorais que representassem a grande almejada estratégia de unidade nacional em prol da democratização da sociedade e do progresso social e econômico para o país. Ou seja, a intenção primordial da alfabetização popular promovida pelos Comitês girava em torno da educação das massas populares para a democracia. Por isso, os próprios comunistas, enquanto força social vocalizadora das vontades populares, acreditavam que o “progresso no setor da educação estaria indissolúvelmente ligado e dependente do desenvolvimento geral da própria sociedade” (PINHEIRO, 2014, p.72).

Desse modo, o desenvolvimento do trabalho nos Comitês Populares Democráticos de alfabetização de adultos pela via da educação popular “teve como referência o estudo ‘*A situação do ensino no Brasil*’ (1945), de autoria de Paschoal Lemme, trabalho redigido a pedido de Luiz Carlos Prestes” (Ibidem, p.43). Tal estudo demonstrou além do alto índice de analfabetismo nacional, sua presença desigual nas distintas regiões do país, tendo destaque para a região nordeste — vide exemplo do estado de Alagoas que contava com 77,40% de sua população em condição de analfatismo. Também, a partir do estudo de Lemme, Pinheiro (2014) consultando a imprensa comunista da época, retrata que em Pernambuco, particularmente na região de Recife, foi elaborado pelos Comitês Populares Democráticos um plano de alfabetização de adultos que contava com a projeção de cerca de 200 escolas populares. Em Fortaleza, no Ceará, os Comitês planejavam estabelecer escolas noturnas de alfabetização em diversos bairros populares, tendo como público alvo trabalhadores adultos, mas também crianças. Diante esse cenário de intervenção educativa pelos Comitês Populares Democráticos, por mais que a consequência de seus resultados se expressaria no alistamento eleitoral das camadas populares em vistas ao alargamento da democracia, Pinheiro (2014) afirma que tais experiências de educação popular ultrapassaram os limites de uma questão

eleitoral. Assim, chega a apresentar uma declaração da presidente da Comissão de Intercâmbio de Alfabetização dos Comitês Populares, Frida Ciornai:

A campanha de alfabetização não é, como muitos supunham, uma campanha eleitoral; ela é, inegavelmente, uma campanha altamente patriótica, e que deve ser, agora, mais do que nunca, uma bandeira de luta dos Comitês Democráticos, pois ensinando a ler às nossas massas populares analfabetas, estaremos lutando pela União Nacional, de que tanto necessita o nosso querido Brasil, e lutando pelo esmagamento total e definitivo dos remanescentes do nazifascismo que ainda existem espalhados pela nossa terra. (Tribuna Popular, 9/1/1946, p. 5 apud PINHEIRO, 2014, p.45)

Além de tamanha efervescência social nas cidades, a marcha democratizante promovida pelos anseios populares encontrou correspondência no meio rural, inclusive, onde ainda se encontrava a maioria da população brasileira, oprimida pelo latifúndio e suas oligarquias. A partir dos grifos de Pinheiro (2014), destacamos que, devido às severas limitações colocadas pelo Ministério do Trabalho para o sindicalismo rural, as forças democráticas, sob hegemonia comunista, conseguiram promover um instrumento de organização camponesa capaz de driblar, mesmo que momentaneamente, as restrições de mobilização campesina impostas pelos interesses das classes latifundiárias. Criadas como associações de camponeses e de cunho não trabalhista, as Ligas Camponesas⁹⁰ faziam analogia aos Comitês Populares Democráticos que se desenvolviam no perímetro urbano, numa clara tentativa de realizar a intenção que vinha desde a rápida existência do Bloco Operário Camponês (1928-1930) — a coalizão entre camponeses e operários.

Contudo, essa potencialidade política edificada em torno dos movimentos sociais de base popular e sindical no início de retomada do regime democrático-liberal no país não poderia ser processada, assim como não se processou, de forma consensual perante a luta de classes peculiar de um país de capitalismo dependente e marcado por traços singulares de sua formação social,

⁹⁰ Referenciado em Santos (2005), Pinheiro (2014) relata que “a partir do final de 1945, os comunistas criaram Ligas Camponesas por vários pontos do país. Exemplos: as Ligas Camponesas de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga, em Pernambuco; Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinana, no Estado de São Paulo; Nova Iguaçu e São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro; Jacarepaguá e Vargem Grande, no então Distrito Federal; Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, em Goiás. Mencionando também a região do Triângulo Mineiro e no Paraná.” (p.93);

aqui já caracterizados. Como já argumentamos anteriormente, as classes dominantes internas, anexadas de aptidão autoritária e antipopular, não admitiram passivamente o desencadeamento de uma generalização democrático-nacional no país, seguindo sua tradição elitista e aristocrática.

Nesse sentido, a ascensão política do PCB entre 1945 e 1947, tanto pela via eleitoral⁹¹ como pela organização popular através dos Comitês Populares Democráticos, colidiu com os interesses conservadores e autoritários das classes dominantes internas em uma conjuntura internacional de Guerra Fria, como mencionamos anteriormente. Assim, imprimiu na sociedade brasileira tanto uma disputa educativa das classes populares como uma repressão direta aos instrumentos de organização e mobilização democrático-popular. A disputa educativa das classes populares se encontrou na construção de programas e políticas educacionais do Estado⁹², com influência do imperialismo norte-americano, de modo a promover uma educação alfabetizadora que atendesse aos interesses do desenvolvimento capitalista e atuasse na correlação de forças das classes dominantes e da luta de classes — algo que se deu principalmente, mas não

⁹¹ A partir de Braga (2003), Pinheiro (2014) ilustra que a rápida e significativa conquista eleitoral do campo comunista em 1945 e 1947 foi acompanhada pela defesa de propostas parlamentares como: “a autonomia sindical, o direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e sargentos, a implantação do parlamentarismo, a extinção do cargo de Vice-Presidente da República, a laicidade do ensino nas escolas públicas, a ampla liberdade de crença e o livre exercício de cultos, a instituição do divórcio, a reforma agrária, a participação dos trabalhadores no lucro e na gestão das empresas, a proibição do trabalho a menores de 14 anos e do trabalho noturno em indústrias insalubres a menores de 18 anos, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, a concessão do direito de greve aos funcionários públicos, a proibição aos parlamentares de aceitarem comissões ou empregos remunerados em empresas privadas estrangeiras logo após o término dos mandatos ou o exercício de cargos governamentais, a supressão da necessidade de censura prévia para a publicação de livros e periódicos, a eleição dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do alto comando das Forças Armadas pela Câmara dos Deputados, a assistência do Estado para as mães solteiras.” (p.92);

⁹² “Em certa medida, a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), lançada em 1947, não deixou de representar uma resposta dada – ou foi usada como tal – pelo governo Dutra ao movimento alternativo de educação popular apresentado pelos Comitês Populares Democráticos e pela Universidade do Povo. Um momento singular de enfrentamento entre o “novo” e o “perigoso” no campo da educação.” (PINHEIRO, 2014, p.57);

exclusivamente, no meio rural⁹³. Ao mesmo tempo, e acompanhada da incidência ideológica “anticomunista” da política educacional oficial nesse momento, as experiências de alfabetização e educação popular através dos Comitês Populares Democráticos e das Ligas Camponesas foram repelidas pelo cenário de forte repressão⁹⁴ do Estado. Inclusive, após o PCB ter obtido uma significativa participação nos resultados eleitorais de 1947, a repressão e perseguição ao partido e aos segmentos operários e democrático-populares foi intensificada, culminando, mais uma vez, na ilegalidade do PCB⁹⁵ sob a justificativa de segurança nacional, pois o partido era acusado de servir aos interesses da União Soviética ao passo em que o governo brasileiro se articulava cada vez mais no plano internacional com os Estados Unidos — ou seja, com o campo capitalista na Guerra Fria.

O “perigo comunista” era considerado real por setores expressivos, geralmente situados no topo da estrutura social. (...) Afinal, os comunistas não eram fantasmas. Embora o comunismo nacional não fosse a expressão do que havia de mais forte no movimento revolucionário mundial, também não se pode desprezar sua capacidade de atuação. Significativamente, os momentos de maior mobilização anticomunista se deram em contextos de crescimento da influência do PCB. (MOTTA, 2002, p.280 apud PINHEIRO, 2014, p.96)

Acompanhando a citação acima, consideramos que na segunda metade da década de 1940, devido a sobreposição das forças sociais dirigidas pelas classes

⁹³ “A educação das classes populares, principalmente do meio rural, é uma constante da política educacional brasileira após o Estado Novo e a 2ª Grande Guerra Mundial. No bojo da guerra fria, no final da década de 1940, é bastante forte a influência norte-americana na reorganização da escola primária rural brasileira. Através do então INEP e posteriormente com o PABAE [Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar], são vários os cursos, nas sedes dos municípios, para as professoras que atuavam no meio rural, e muito explícita nos programas desses cursos a ideologia da segurança nacional, totalmente manipulada contra o inimigo comunista.”(FÁVERO, 2006, p. 24 apud PINHEIRO, 2014, p.94).

⁹⁴ “Tanto no campo ideológico, no qual os órgãos de imprensa desempenharam importante papel da propagação das representações anticomunistas, como por meio da repressão, aplicada de diferentes formas, com maior ou menor sutileza, objetivando reprimir os mais combativos e mostrar aos inconformados passivos os riscos contidos em qualquer ensaio de conspirar contra a ordem estabelecida.” (PINHEIRO, 2014, p.46);

⁹⁵ “Fora incluído na Constituição de 1946 um dispositivo legal mediante o qual os partidos ‘antidemocráticos’ poderiam ser impedidos de participação aberta da política. A cláusula foi invocada pelos procuradores do governo e o PCB foi declarado fora da lei, por decisão judicial em 1947. Esta atitude foi apoiada, sem causar surpresa, pelo Exército, que havia sido um bastião da ideologia anticomunista oficial [...]” (SKIDMORE, 1982, p.93);

dominantes que lastrearam o anticomunismo na dinâmica nacional e internacional, a perspectiva democratizante e popular dirigida pelos comunistas em prol da suposta unidade nacional foi inviabilizada e derrotada, mesmo nesse importante íterim de desenvolvimento de experiências político-pedagógicas dos Comitês Populares Democráticos, das Ligas Camponesas e de fortalecimento do movimento sindical de caráter operário. Ao passo em que o veio democrático-popular se espalhava e ganhava, rapidamente, fôlego político, as classes dominantes alinhadas aos interesses do imperialismo norte-americano, respaldadas pela oficialidade reacionária das Forças Armadas e temerosas da expansão democratizante pelas classes subalternas, trataram de suspender esse embrionário processo utilizando-se de fortes medidas coercitivas.

Desse modo, a história nos demonstra que as investidas repressivas e autoritárias do Estado e das classes dominantes foram aguçadas pela germinal ascendente perspectiva democrático-popular que reivindicava reformas substanciais para a efetiva democratização nacional dentro da ordem — o que era incompatível com o caráter autoritário, patrimonialista, antinacional e dependente das burguesias internas. Assim, isolados politicamente e sob forte repressão, os comunistas decidiram abandonar a tática da unidade nacional para a efetivação democrática e, inicialmente, se envergaram para uma radicalização política de libertação nacional pela via da luta armada, sem desprezar a luta eleitoral da democracia burguesa. Sob essa roupagem mais radical, foi planejada a criação de Comitês Democráticos de Libertação Nacional enquanto instrumento organizativo de luta e enfrentamento das camadas exploradas e oprimidas. No entanto, pelas circunstâncias histórico-conjunturais, não há registros de que nesse momento tal experiência foi colocada em prática, segundo Prestes (2010b) apud Pinheiro (2014).

Assim, mesmo assumindo inicialmente uma posição política mais radicalizada e menos conciliatória com as forças que os comunistas julgavam como progressistas, incluindo a “burguesia nacional” — frações das classes dominantes que supostamente estavam envoltas por uma perspectiva nacionalista —, pela correlação de forças da luta de classes que impossibilitava a almejada tática de radicalização política dos segmentos democráticos-populares naquele momento, o

PCB teria de optar por duas saídas: manter e colocar em prática sua radicalização mas pressupondo seu isolamento político em um cenário de repressão e perseguição; ou manobrar sua tática para a defesa das liberdades democráticas sem o acionamento do aspecto radical de libertação nacional pela “derrubada do governo”. Decidindo certamente pela segunda alternativa, os comunistas durante os anos seguintes endossaram a luta anti-imperialista e democrático-nacional pela via da mobilização sindical.

No campo sindical, os comunistas, postos na ilegalidade pelo fechamento do PCB e afastados das direções sindicais, [...] renegavam a política de aliança com os trabalhistas, que haviam exercitado no fim do Estado Novo, e defendiam a atuação paralela aos organismos sindicais oficiais, por meio de comissões de base do trabalhadores das empresas e de entidades intersindicais criadas apesar da legislação que as proibia. (MATTOS, 2009, p.87)

Portanto, o que se processou até o final do governo Dutra foi a inviabilidade de radicalização política pelas forças democráticas e populares. O que se estendeu durante os próximos governos até o final da década de 1950 — passando por Vargas novamente, Café Filho⁹⁶ e Juscelino Kubitschek. Conforme Pinheiro (2014), por mais que a década de 1950 contou com um significativo reaparecimento político do movimento operário⁹⁷ em um cenário de repressão e controle pelo Estado, somente a partir de 1958 que as lutas sociais ganharam um novo fôlego político diante o início de expressividade da retomada dos movimentos sociais populares — estes que canalizaram suas ações principalmente em torno da educação popular.

Durante a década de 1950, inicialmente com a eleição de Getúlio Vargas para reassumir a Presidência da República, as disputas políticas do aparelho estatal e da

⁹⁶ Ocupando o mais alto cargo do Executivo Federal por pouquíssimo tempo, “o Vice-Presidente Café Filho prestou juramento como Presidente da República, imediatamente após o suicídio de Vargas. [...] Organizou um novo gabinete que incluía diversos líderes identificados com a UDN.” (SKIDMORE, 1982, p.190);

⁹⁷ “Levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952. Em destaque nesses anos, as lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro da virada de 1952 para 1953; e em São Paulo em 1953 (em meio a uma greve que atingiu também metalúrgicos, gráficos, marceneiros e pedreiros...), os têxteis, numericamente ainda a maior categoria do operariado industrial, enfrentaram o patronato, as decisões contrárias da Justiça do Trabalho e a repressão violenta das autoridades policiais. Entre esses movimentos, o de maior repercussão da conjuntura foi a chamada greve dos 300 mil em São Paulo.” (MATTO, 2009, p.87);

condução econômica do país se prolongaram entre as classes dominantes, segundo Skidmore (1982). Entre os partidos políticos da ordem, como o PSD, PTB⁹⁸ e UDN⁹⁹, e os oficiais das Forças Armadas, havia a disputa entre nacionalistas e reformistas contra “entreguistas” e conservadores, mesmo que durante o jogo de interesses políticos os campos opostos da elite política se articulavam taticamente sem diluir suas diferenças. Os setores mais conservadores se referiam tanto à aristocracia agrária como boa parte do alto escalão das Forças Armadas, enquanto os liberais chamados de “entreguistas” primavam pela modernização capitalista do país à luz da internacionalização econômica em alinhamento com o imperialismo norte-americano. Já o campo de reformistas e nacionalistas empunhavam bandeiras por um desenvolvimento econômico e social do país de forma mais autônoma, se articulando estrategicamente com setores democrático-populares na defesa de reformas sociais democráticas e soberania nacional.

Inclusive, como os comunistas apontavam o governo Vargas enquanto “entreguista” disfarçado de nacionalista moderado por suas medidas econômicas em diálogo com os Estados Unidos¹⁰⁰, após o suicídio de Vargas provocado por uma “campanha subterrânea dos grupos internacionais que aliaram-se às dos grupos nacionais” (VARGAS, 1954, s/p apud SKIDMORE, 1982, p.180), o PCB redirecionou sua postura “de ‘derrubada de Vargas’, uma vez que paradoxalmente Vargas tinha sido “derrubado” pelos chamados ‘entreguistas’, articulados com os setores

⁹⁸ Por mais que o PTB se apresentava como um partido trabalhista, assumia posições mais progressistas em relação à perspectiva nacionalista e era próximo de parte do movimento operário, o consideramos como um *partido da ordem* tanto pela sua origem getulista como pela sua história de ausência de defesas radicalmente democráticas, assim como registramos na nota 69 deste trabalho;

⁹⁹ Segundo Skidmore (1982), a União Democrática Nacional foi um partido político de direita que aglutinava os constitucionais liberais enquanto uma frente de oposição à Getúlio Vargas, criada em meados de 1944;

¹⁰⁰ Aqui recordamos da “Comissão Mista Brasil — Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico”, iniciada em 1951. “Os estudos técnicos e as sugestões de medidas por parte da comissão eram destinados, conforme suas próprias palavras, a criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos, públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessários para promover o desenvolvimento econômico. [...] A comissão declarou, francamente, que os seus projetos foram concebidos de maneira a serem tecnicamente adaptados às exigências de instituições financeiras estrangeiras, tais como *Export-Import Bank* e o *Bank for International Reconstruction and Development*.” (SKIDMORE, 1982, p.125-126);

representativos dos interesses dos grandes monopólios estrangeiros” (PRESTES, 2010b apud PINHEIRO, 2014, p.103). Assim, o PCB engrossou as fileiras das forças progressistas nacionais, incluindo a unidade tática com os trabalhistas do PTB — o que pode ser ilustrado pelo trecho do Manifesto do Comitê Central do PCB publicado em 1954 após a morte de Vargas:

Nós, comunistas, lutamos pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo norte-americano, pela entrega das terras dos latifundiários gratuitamente aos camponeses, pela derrocada do atual regime de latifundiários e de grandes capitalistas e sua substituição pelo regime democrático-popular, mas estendemos a mão a todos os patriotas que conosco queiram dar um passo ao menos na luta contra a atual ditadura americana e a favor de medidas que redundem em benefício do povo, na luta em defesa da Constituição, na luta pelas liberdades democráticas, pela realização de eleições livres e pelo registro eleitoral do Partido Comunista, na luta contra a carestia da vida, contra a política de preparação para a guerra e contra a venda do Brasil aos trustes norte-americanos. (Imprensa Popular, 5/9/1954, p. 1 apud PINHEIRO, 2014, p.103)

Desse modo, o PCB enquanto força política que representava de forma organizada os anseios populares de democratização da sociedade brasileira, pela ruptura com suas tradições autoritárias, dependentes, subservientes e assentadas no latifúndio, restabelece a aliança com a burguesia “nacionalista” e seus segmentos reformistas para tensionar o aprofundamento da democracia nacional. Seguindo a restauração da articulação com os setores progressistas do país, os comunistas, a partir da segunda metade daquela década de 1950, aderiram a onda do nacional-desenvolvimentismo, apesar de não ser uma posição oficial do PCB, como escreve Prestes (2010b) apud Pinheiro (2014). Concebendo a conquista da sociedade socialista por meio da revolução “etapista”, acreditavam que o desenvolvimento econômico e social do país deveria preceder a vitória socialista e pavimentar o seu caminho, desde que esse desenvolvimento econômico fosse direcionado a partir de uma perspectiva nacional-democrática e que abrangesse melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora, mesmo que ainda no seio da ordem que explora o trabalho alheio. Então, imersos na ilusão desenvolvimentista e se articulando em uma frente de forças progressistas, os comunistas apoiaram amplas coligações eleitorais a fim de derrotar àquelas forças que entregavam o país nas mãos do capital internacional. Como menciona Pinheiro

(2014), o PCB chegou a apoiar tanto figuras da ala não latifundista do PDS como segmentos mais progressistas da direita UDN. No entanto, pela proximidade com as massas trabalhadoras, o PTB e suas coligações foi o segmento em que os comunistas mais se aproximaram, principalmente no final da década, com Leonel Brizola à frente de uma vertente trabalhista mais ousada em anti-imperialismo.

Mas como o PCB ainda se encontrava na ilegalidade e os ventos do anticomunismo sopravam no país diante o contexto de Guerra Fria, os militantes vermelhos tiveram grandes dificuldades em suas ações e atividades públicas, mesmo gozando de forte influência (não oficial) no movimento operário, no sindicalismo rural e em outras organizações de caráter popular. Inclusive, após a chapa presidencial de Juscelino Kubitschek (PDS) e João Goulart (PTB) ter dificuldades para tomar posse diante a acusação golpista da direita liberal, que apontava Goulart como simpatizante dos comunistas — ou até mesmo uma espécie de “peronista” que, como Vice-Presidente da República, instalaria um governo “sindicalista”, como escreve Skidmore (1982) —, o governo de Kubitschek (1956-1961) não poupou esforços para realizar declarações e demonstrações públicas de anticomunismo. Tendo em vista que seu vice, conhecido popularmente como Jango¹⁰¹, apesar de próximo do movimento sindical e ser um petebista, não tinha nada de comunista¹⁰². Skidmore (1982) retrata que “para tranquilizar os fanáticos anticomunistas das Forças Armadas” (p.212), nos primeiros anos do governo desenvolvimentista de Kubitschek, o Presidente, numa clara demonstração de anticomunismo, ordenou o fechamento de organizações sindicais e populares sob

¹⁰¹ Conforme Skidmore (1982), o temor da proximidade de Goulart com o movimento sindical já havia sido ensaiada, anteriormente, quando Getúlio Vargas, em seu governo populista no início de 1950, teve de exonerar Jango do cargo de Ministro do Trabalho por pressões reacionárias da oposição anti-getulista apoiada pelas Forças Armadas;

¹⁰² “[...] Kubitschek e Goulart esforçaram-se para reassegurar posições centristas e demonstrar que o temor de seus inimigos era infundado. Goulart negou qualquer ligação com os comunistas, pecado de que sempre o acusavam. O Partido Trabalhista Brasileiro reafirmou sua natureza democrática e repudiou a sugestão de que o endossamento da chapa Kubitschek-Goulart pelo Partido Comunista envolvesse qualquer barganha política. [...] Goulart contribuiu com sua parte da alusão frequente às suas crenças anticomunistas. Em maio de 1958, visitou os Estados Unidos, onde repetidamente afirmou aos americanos os seus pontos de vista democráticos. [...] nas eleições para o Congresso em outubro de 1958 ele novamente desmentiu que houvesse cooperação entre comunistas e o Partido Trabalhista.” (SKIDMORE, 1982, p.196; p.213);

influência dos comunistas: o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, da Liga de Emancipação Nacional, da “Federação de Mulheres, as Associações Femininas (originadas, em grande parte, dos Comitês Populares Democráticos), a União dos Portuários, a Associação de Defesa dos Direitos do Homem e várias outras entidades” (Imprensa Popular, 23/5/1957, p. 6 apud PINHEIRO, 2014, p.57), como diversas sedes da União dos Trabalhadores Favelados, no Rio de Janeiro, conforme Costa (2015). Ações de repressão e controle ao movimento sindical e popular não foram somente episódios isolados daqueles anos. Durante todo o governo, principalmente entre 1958-1959, não era surpresa que greves e mobilizações de trabalhadores fossem reprimidas e declaradas como ilegais. Ainda, segundo Pinheiro (2014), no ano de 1957, a Escola do Povo, anteriormente fundada como Universidade do Povo¹⁰³ em 1946 pela ambiência dos Comitês Populares Democráticos e que resistiu à onda repressiva do governo Dutra, foi fechada pela polícia política naquele contexto obscurantista, e alguns meses depois seu fechamento foi referendado por decreto presidencial¹⁰⁴. Consultando, mais uma vez, a imprensa de esquerda da época, Pinheiro (2014) apresenta a posição conflitante dos comunistas com tais atitudes do governo Kubitschek:

[...] o governo do sr. Kubitschek se qualifica ante a nação como um governo inimigo da cultura. [...] mandou os seus beleguins invadir a Escola do Povo – uma verdadeira universidade popular – para esvaziar suas salas de aula, empastelar sua biblioteca, lacrar suas portas e impor o silêncio aos mestres. Arbitrariamente uma escola foi transformada em túmulo da cultura e isto em pleno governo do homem que prometeu ao povo exatamente o contrário (Imprensa Popular, 7/3/1957, p. 3 apud PINHEIRO, 2014, p.57).

¹⁰³ “A Universidade do Povo foi fundada em 29 de março de 1946, na então Capital Federal, tendo sido registrada no Registro de Títulos e Documentos do Cartório do 2º Ofício, livro no 2 de Sociedades Civis, sob o no de ordem 435, de 31 de maio de 1946.” [...] A iniciativa de constituição de uma universidade popular partiu da Comissão de Divulgação, Propaganda e Cultura do MUT Nacional, articulada com os Comitês Populares, trabalhadores, intelectuais e artistas, que se aglutinaram em torno do programa mínimo lançado pelo PCB – o que não necessariamente significava uma adesão ao Partido.” (PINHEIRO, 2014, p.51);

¹⁰⁴ “Em maio, o Procurador da República propôs a ação de dissolução da Escola do Povo, que no final de fevereiro já havia sido arbitrariamente invadida e fechada pela polícia. O pretexto da ação centrou-se nas ligações mantidas entre a Escola do Povo e o PCB, além de que seus professores estariam fichados no DOPS como perigosos militantes comunistas.” (Ibidem, p.57);

Além das demonstrações de anticomunismo do Presidente Kubitschek¹⁰⁵, segundo Skidmore (1982), para viabilizar o seu Plano de Metas sob o slogan de promover cinquenta anos de desenvolvimento para o país em cinco, o governo desenvolvimentista recorreu à cooperação com o grande país capitalista do norte da América em sua política externa. O que além de ter causado um maior endividamento do país, também aumentou a subserviência nacional aos interesses do imperialismo, tão combatido pelos comunistas e algumas forças nacionalistas. A Operação Pan-Americana (OPA), proposta em 1958, foi o grande exemplo dessa maior tentativa de aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Para que o país pudesse ascender de uma posição subdesenvolvida rumo ao seu suposto desenvolvimento, o governo Kubitschek, em diálogo com o Presidente norte-americano Eisenhower, propôs a OPA como medida de cooperação de investimentos internacionais em setores estratégicos dos países do continente americano. No entanto, os Estados Unidos deram maior atenção aos latino-americanos somente após a instalação da Revolução Cubana (1959) — já nos últimos anos do governo Kubitschek no Brasil. Foi então que a dominação imperialista estadunidense sobre a América-Latina se abateu extensivamente através da Aliança para o Progresso¹⁰⁶, a partir de 1961 — um programa de nítida difusão da propaganda anticomunista¹⁰⁷ no seio latino-americano.

Em meio a esse cenário que se delineou, mesmo sofrendo com a sanha repressiva das classes dominantes e do Estado, a partir de 1958, as classes populares da cidade e do campo colocaram em marcha uma nova onda de mobilizações democráticas pelo Brasil. De acordo com Skidmore (1982), no meio

¹⁰⁵ No entanto, por mais que, pela conjuntura, Kubitschek reprimia os movimentos sociais enquanto um típico reformista conservador na gerência do Estado, conforme Netto (2014), o governo Juscelino não perseguiu seus opositores e, a partir de 1958, não impediu deliberadamente a marcha comunista de lutar pela reconquista da vida legal;

¹⁰⁶ Sobre a Aliança para o Progresso, consultar Silva (2008);

¹⁰⁷ "Na década de 1960, o comunismo e os movimentos de esquerda da América Latina eram alguns dos principais obstáculos a serem superados pelos Estados Unidos. O controle sobre o continente latino-americano, fonte de matéria-prima e de mão de obra, assim como local de escoamento de produtos de consumo, assumia importância fundamental para os estadunidenses. Em vista disso, os estrategistas norte-americanos elaboraram um plano para conter o avanço de movimentos revolucionários, atribuindo à Aliança para o Progresso a função de atuar como veículo desse conflito." (SILVA, 2008, p.27);

rural, principalmente na região nordeste do país, que passava por uma grande seca potencializadora da dramatização da miséria, viu-se uma nova eclosão das Ligas Camponesas e do sindicalismo rural sob o estímulo da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que havia sido criada no ano de 1954 — e que, posteriormente, foi decisiva para a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, como nos elucida Netto (2014). Sob significativa direção dos comunistas, os movimentos de camponeses potencializaram suas reivindicações por terra pela via da reforma agrária, e nesse contexto de crescimento dos sindicatos rurais foram empunhadas diversas reivindicações dos trabalhadores do campo por melhores condições de trabalho. Em relação às bandeiras de luta camponesa, Pinheiro (2014) cita uma análise do histórico comunista Gregório Bezerra sobre a intervenção do PCB no meio rural neste momento de efervescência campesina:

A luta que tratávamos no campo não objetivava somente a sindicalização, mas incluía salário mínimo, reformas de base (principalmente a reforma agrária radical), aplicação da legislação trabalhista na zona rural e outras reivindicações imediatas que sempre tinham prioridade, tais como salário igual para trabalho igual, pagamento em dinheiro, abolição do vale para o barracão, jornada de trabalho de oito horas, pagamento de horas extras, assistência médica, hospitalar e dentária (pois, para esse fim, era descontada uma taxa da folha de pagamento do trabalhador, sem que este usufrísse de tais benefícios), aviso-prévio no caso de despejo, indenização por tempo de serviço prestado ao patrão, pagamento na boca do cofre pelas benfeitorias realizadas pelo trabalhador e por seus familiares na propriedade patronal. Todos esses direitos eram burlados pelos empregadores rurais. (...) Essas vítimas da burguesia rural não tinham a quem apelar. Estavam amordaçadas e atoladas até a garganta nos feudos dos engenhos, das usinas e dos latifúndios. Tinham medo dos capatazes, dos feitores, dos gerentes e dos patrões, dos soldados da polícia, do delegado, do promotor, do juiz, etc. Era necessário despertá-los, encorajá-los, esclarecê-los, uni-los e organizá-los nos sindicatos ou em qualquer organização de massa. E foi o que fizemos, apoiados no ascenso democrático do país (BEZERRA, 2011a, p.515 apud PINHEIRO, 2014, p.109).

Junto da crescente mobilização camponesa que, inclusive, se entendeu para os primeiros anos da década de 1960¹⁰⁸, com a radicalização de suas lutas através de

¹⁰⁸ “Em novembro de 1961 realizou-se, em Belo Horizonte, um Congresso Nacional de Camponeses, tendo Francisco Julião como principal figura. Em princípios de 1961, Julião e uma centena de líderes camponeses estiveram em Cuba para as celebrações de 1º de

inúmeras ocupações de terras passíveis de reforma agrária, acontecia também uma ascendente dos movimentos populares e sindicais nas cidades. Conforme Mattos (2009), por mais que os primeiros anos do governo kubitschek contou com uma grande alta no poder de compra do salário mínimo devido a aceleração do crescimento industrial, no final da década e na entrada dos anos de 1960 era latente o aumento do custo de vida e as perdas salariais¹⁰⁹ dos trabalhadores urbanos. O que ocasionou uma nova ebulição do movimento operário e a mobilização das massas trabalhadoras contra a queda do poder aquisitivo. Rossi e Gerab (2009) apontam que a conjuntura de mobilização sindical desse momento se expressou na criação da Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), em 1958, na cidade do Rio de Janeiro — uma organização de articulação sindical congênere do Pacto de Unidade Sindical (PUI) que operava em São Paulo desde o último governo Vargas. Assim como ambas organizações de articulação sindical acima mencionadas tinham significativa influência dos militantes do PCB, mas também contavam com a presença de outras lideranças sindicais como os trabalhistas, a mobilização sindical e operária se estendeu de forma articulada entre o final de 1950 e os primeiros anos de 1960. De acordo com Rossi e Gerab (2009), seguindo essa perspectiva de luta sindical mais unitária entre as forças progressistas, no ano de 1961, a partir do estabelecimento de aliança, o PCB e o PTB conquistaram a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) e dirigiram uma greve geral no setor que resultou em importantes vitórias sindicais, mesmo sofrendo severa repressão — o que levou à prisão de diversos agitadores sindicais. No desenrolar dessa ascendente sindical, Netto (2014) nos lembra que tal conjuntura também foi singularizada pela criação de organizações de trabalhadores não

Maio. Após o Congresso de Camponeses, de novembro de 1961, violência da zona rural tornou-se mais frequente e os posseiros lutavam contra os especuladores que tentavam expulsá-los da terra que ocupavam e sobre as quais adquiriram direitos de usucapião. Atos de violência tornaram-se frequentes em Minas Gerais, no Estado do Rio e em vários Estados do Nordeste.” (SKIDMORE, 1982, p.279);

¹⁰⁹ “A principal causa das perdas salariais era a inflação decorrente do aumento das emissões e do endividamento do Estado (interno e externo) necessário à sustentação dos altos investimentos públicos previstos pelo Plano de Metas do governo Juscelino. [...] Os dados da época demonstram também que crescimento econômico e superação das desigualdades não eram sinônimos, pois, em 1960, os 70% mais pobres da população brasileira detinham 20% da renda nacional, contra os 40% apropriados pelos 6% mais ricos.” (MATTOS, 2009, p.90-91);

reconhecidas pela estrutura sindical oficial do Estado, como foi o caso exemplar do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962.

Além de ter sua política centrada na organização operária e incidir fortemente nas lutas sociais do campo, nesse ínterim de agitação popular do final de 1950, o PCB também empenhou esforços na organização de associações de bairros pelo país, que reativaram reivindicações¹¹⁰ importantes dos históricos Comitês Populares Democráticos, segundo Pinheiro (2014). Além disso, estimulando a frente de luta institucional que nunca havia renegado por completo, o PCB, mesmo na ilegalidade, voltou a ocupar cargos legislativos¹¹¹ utilizando como manobra política legendas partidárias aliadas, como o PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), nas eleições entre 1958 e 1963. Foi o tempo dos comunistas caminharem taticamente para a participação em frentes político-eleitorais heterogêneas, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)¹¹², de modo a conduzir gradualmente a retomada de espaços

¹¹⁰ “[...] investindo na luta pelo ‘direito à cidade’ (*Le droit à la ville*) – para usar uma expressão concebida por Henri Lefebvre –, ou seja, uma luta para satisfazer e expandir necessidades e possibilidades dos cidadãos, especialmente os mais pobres. Uma luta que visou a conquista do saneamento básico, do transporte, da escola, do posto de saúde, do policiamento, do acesso aos meios de comunicação (correios, telefone), do esporte, do lazer, da moradia, da iluminação pública e domiciliar [...]” (PINHEIRO, 2014, p.109);

¹¹¹ “Como, por exemplo, ocorreu nas eleições de 1958 em Garanhuns (Pernambuco), quando os comunistas elegeram três dos sete vereadores da cidade. Ou ainda nas eleições de 4/10/1959, em que os comunistas obtiveram importante “vitória popular” em muitos municípios paulistas nas eleições de 4/10/1959, elegendo vereadores em Sorocaba, Ribeirão Preto, Limeira, Rio Claro, Marília, Andradina, Araçatuba, Jundiaí, Santo André, Rio Preto, Pompéia, Garça, Birigui. Sendo que na capital, foram eleitos diversos vereadores com o apoio dos comunistas, enquanto o PTB teve sua votação aumentada, em relação às últimas eleições municipais, de cerca de 45%.” (Novos Rumos, n. 34, 16 a 22/10/1959, p. 11 apud PINHEIRO, 2014, p.110); “No mesmo ano, nas eleições gaúchas de 8/11, a votação atribuída aos candidatos à vereança diretamente apoiados pelos comunistas quase duplicou com relação à votação alcançada nas eleições estaduais de 1958”, sendo os mais significativos aumentos nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Caxias do Sul.” (idem, n. 42, 11 a 17/12/1959, p.9 apud PINHEIRO, 2014, p.110); “Nas eleições de 7/10/1962, o PCB conseguiu, por meio de outras legendas, eleger deputados federais e estaduais. Prestes declarou, após as eleições, que 17 dos 409 deputados federais eleitos pertenciam ao PCB (SANTANA, 2001, p. 98 apud PINHEIRO, 2014, p.110);

¹¹² “A FPN, iniciativa nacionalista que sucedeu à Liga de Emancipação Nacional, caracterizada por uma expressiva heterogeneidade, reunia o apoio de setores diversos e de políticos de extração partidária diferenciada: socialistas, católicos, comunistas, petebistas e udenistas-nacionalistas. As entidades que se faziam representar pela FPN eram a UNE, os diversos sindicatos e outras organizações da sociedade civil com as Ligas Camponesas. [...] O desenrolar dos acontecimentos levou a FPN a encampar a proposta de reformas de base, especialmente a da reforma agrária.” (NEVES, 1989, p.68);

políticos que lhes foram apartados diante os assombros anticomunistas. Entretanto, as forças conservadoras e de direita, reforçando a posição anticomunista constante, revigoraram os ataques aos comunistas e a todos aqueles progressistas que mantinham articulação com a ilegal organização vermelha. O que pode ser notado em declarações direitistas e conservadoras na imprensa da época, como a seguinte passagem citada por Pinheiro (2014):

Os comunistas estão infiltrados em todos os partidos. Suas preferências, porém, são pelo PSB e pelo PTB. Para o primeiro mandam minorias intelectuais vigilantes. Para o segundo, o acervo sindical. [...] Pensar que os comunistas desistiram de atuar nos parlamentos, é uma ingenuidade: infiltraram-se. E quem mais lucrou, numericamente, foi o PTB. [...] Os comunistas, no PTB, agem muito mais, porém, nas bases partidárias, eficientíssimos nos desvãos do sindicalismo (Diário da Noite, 7/9/1959, p. 3 apud PINHEIRO, 2014, p.110).

A postura das forças conservadoras em assemelhar qualquer posição progressista e mais democrática com uma trama comunista era tanta que, após a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República em 1961, houve uma grande conspiração direitista conduzida por importantes figuras da UDN, como Carlos Lacerda, e boa parte da oficialidade das Forças Armadas, para impedir que João Goulart, até então eleito Vice-Presidente, assumisse a chefia do Executivo Federal, conforme detalha Skidmore (1982). Justificavam os conspiradores que a impossibilidade de Jango assumir a Presidência do país se daria por motivos de segurança nacional, associando o trabalhista e herdeiro político de Vargas aos temerários comunistas. A situação que beirou à uma guerra civil só foi amenizada quando as forças conservadoras do Congresso Nacional e das Forças Armadas concordaram com a posse de Goulart retirando-lhe poderes sob a aprovação de um sistema parlamentarista — o que Netto (2014) caracteriza como um “golpe branco”. A supressão do Ato Adicional do Congresso que instituiu o parlamentarismo no Brasil somente aconteceu após a realização de um plebiscito que aprovou o retorno do presidencialismo em 1963. O que foi precedido por uma política cautelosa de Jango no governo, mas sem deixar de cultivar em certa medida forças de esquerda, principalmente no que se refere ao movimento operário, que manifestava publicamente pela descontinuidade do parlamentarismo, como afirmam Rossi e

Gerab (2009). Afinal, segundo Netto (2014), o restabelecimento de poderes à Jango com o retorno do sistema presidencialista através de plebiscito, ao mesmo tempo em que parecia conferir ao “governo uma nova legitimidade e uma larga base política e social” (p.45), também possibilitaria um caminho mais aberto para que o governo seguisse com a agenda política das chamadas Reformas de Base¹¹³.

Entretanto, a conspiração golpista contra Jango era permanente, pois o trabalhista desprovido de qualquer pretensão comunista, endossava a tese das reformas de base para o desenvolvimento econômico e social do país. Postura que contrariava tanto os anseios de maior dominação do imperialismo norte-americano sobre as terras latinas, como conflitava com o caráter reacionário, antipopular e “entreguista” da maioria das classes dominantes internas. Encurralado politicamente desde o início de sua posse como Presidente, Jango operou uma guinada mais à esquerda entre 1963 e o início de 1964, de modo a insistir com mais firmeza da necessidade de reformas de base para o Brasil. Algo que, junto de outros fatores internos e externos importantes, provocou o estopim para sua derrubada, através do golpe civil-militar de 1964¹¹⁴.

No entanto, a defesa por reformas de base para o país não era algo exclusivo que partia da figura política de Jango, mas de um conjunto de forças políticas heterogêneas de caráter nacional-democrático, ou nacional-reformista como menciona Netto (2014). Desse modo, mobilizações em torno de tais reformas nortearam as lutas populares no território nacional entre o final de 1950 e o início da

¹¹³ “Desde o início de sua presidência, em 1961, Jango insistira sobre a necessidade de reformas estruturais no Brasil. Mencionou diversos setores necessitados de reformas — tais como educação e habitação. Referia-se mais insistentemente, porém, a modificações do sistema fiscal e da estrutura agrária.[...] As reformas poderiam ter originalmente a intenção de eliminar um novo tipo de engarrafamento no processo de desenvolvimento econômico. A reforma agrária, por exemplo, poderia ser defendida tomando-se por base o fato de que um arcaico sistema de de propriedade rural impedia qualquer aumento da produção agrícola. [...] Era também possível alegar a urgência das reformas, sob o pretexto de que os frutos do crescimento econômico já alcançados deveriam ser distribuídos de maneira mais equânime.” (Skidmore, 1982, p.289). Assim, as reformas de base poderiam viabilizar a condução de um projeto de desenvolvimento nacional a partir de uma perspectiva mais democrática em relação à participação política e econômica das classes populares, historicamente marginalizadas da vida nacional;

¹¹⁴ Sobre os prelúdios do golpe civil-militar de 1964 e seu desenvolvimento sob a ditadura que durou 21 anos no país, consultar Netto (2014);

década seguinte. Nesse período, os movimentos sociais da classe trabalhadora articularam suas reivindicações através das reformas de base enquanto construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento para o Brasil — podendo ser denominada como projeto nacionalista-democrático ou até mesmo democrático-popular. Essa unidade democrático-popular, a partir das reformas de base, além de envolver segmentos nacionais da pequena burguesia, também incluía as lutas das Ligas Camponesas, as mobilizações operárias e diversos movimentos populares como as organizações de cultura e educação popular. Inclusive, com forte influência do PCB, as forças progressistas observavam a luta pela democratização da educação como componente indispensável para a independência nacional das amarras latifundistas e imperialistas. Assim, segundo Pinheiro (2014), na ambiência das bandeiras por reformas de base, a educação popular volta à cena de modo a pretender viabilizar o processo de democratização social, com ênfase nas atividades de alfabetização de adultos. Já que, conforme Skidmore (1982), os processos de alfabetização das massas faziam parte das proposições das reformas de base — o que “poderia mudar radicalmente o equilíbrio político e, por conseguinte, abrir o caminho para outras profundas modificações na estrutura social” (p.289). Isso não quer dizer que a alfabetização de adultos era somente uma preocupação daquelas forças sociais que compartilhavam os anseios pelas reformas de base. Programas e campanhas de alfabetização iniciados no seio do Estado foram grande alvo de disputas políticas e ideológicas, mesmo que, historicamente, a perspectiva de educação popular se sobressaiu às intenções conservadoras e das classes dominantes naquele momento.

Em relação aos movimentos de cultura e educação popular que se desenvolveram na conjuntura brasileira entre 1958 e 1964, por mais que foi decisiva a atuação dos comunistas nos processos de educação popular voltados para a alfabetização de adultos — algo que se iniciou com as experiências dos Comitês Populares Democráticos na segunda metade de 1940 —, outros sujeitos¹¹⁵ de

¹¹⁵ “Os diversos grupos lançavam-se ao campo da atuação educativa com objetivos políticos claros e mesmo convergentes, embora cada um deles enfocasse o problema à sua maneira e mesmo lutassem entre si. Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos da ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

caráter progressista compartilharam a nova cena com os militantes do PCB. A partir de então, segundo Pinheiro (2014), objetivando a conscientização do povo sobre suas condições de vida e pela primazia da divulgação da cultura popular, novas e extensivas experiências de educação popular foram construídas pelos comunistas, por segmentos nacionalistas, alguns liberais e os católicos “influídos pelos novos rumos abertos pela reflexão de filósofos cristãos europeus e pelas transformações que se anunciavam na doutrina social da Igreja” (PAIVA, 2003, p.258 apud PINHEIRO, 2014, p.150). Inclusive, segundo Netto (2014), o baixo clero da Igreja Católica e parte do apostolado leigo tiveram importante participação em tal tendência reformista e progressista da conjuntura, “visíveis principalmente na Juventude Universitária Católica (JUC), que, em 1962/1963, deu origem à Ação Popular (AP)” (p.52) — organizações destacadamente presentes em processos de educação popular e difusão da cultura popular, como nos lembra Pinheiro (2014). Mas em relação aos processos que envolvem a atuação da Igreja, seja em relação à Hierarquia ou ao apostolado leigo e, principalmente, no que diz respeito à chamada esquerda católica, nos deteremos mais à frente no desenvolvimento deste trabalho.

Organizados pelos setores heterogêneos de veio nacional-democrático e popular acima comentados, e assumindo o protagonismo de construção e difusão da cultura e educação popular na ambiência de um “momento de renovação e de mobilização do mundo da cultura” (NETTO, 2014, p.46), ainda de acordo com Pinheiro (2014), mencionamos: o precursor Movimento de Cultura Popular (MCP)¹¹⁶,

Além disso, fortemente influídos pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. Para tanto, a educação parecia um instrumento de fundamental importância”. (PAIVA, 2003, p. 258 apud PINHEIRO, 2014, p.150);

¹¹⁶ Sobre o MPC, “[...] afirma-se que o movimento popular não gera um movimento cultural qualquer, mas gera, precisamente, um movimento de cultura popular, em que os interesses culturais do movimento popular têm um caráter específico. A saber: exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltada para as massas e destinadas a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular. Portanto, a demanda por uma consciência popular adequada ao real, acompanhada pelo projeto de transformá-lo, é uma característica do movimento popular, porque está assentado em três pressupostos: somente o povo pode resolver seus problemas; esses problemas se apresentam como uma totalidade de efeitos que não pode ser corrigida senão pela supressão de suas causas radicadas nas estruturas sociais vigentes; o instrumento para efetuar a transformação projetada é a luta política guiada por

criado em 1960; a campanha de alfabetização “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”¹¹⁷, sob influência do MCP e das ideias do educador Paulo Freire; o Movimento de Educação de Base (MEB)¹¹⁸, com destaque para a sua segunda fase, quando dela ocorre um ensaio heterodoxo dos programas de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, conforme Ammann (2013); o Centro Popular de Cultura (CPC)¹¹⁹ da UNE, que teve seu crescimento pelo país através das experiências da UNE Volante; dentre outros movimentos culturais e voltados à educação popular.

Esse período de uma nova efervescência político-social dos movimentos sociais da classe trabalhadora e das lutas populares no Brasil, se expressou enquanto determinação política da questão social mediante as inúmeras, crescentes e latentes refrações da contradição histórica entre capital e trabalho, sob contornos das particularidades da dinâmica da luta de classes no país e suas interlocuções com o contexto internacional. Diante o cenário agudo de desigualdades sociais e

ideias que representam adequadamente a realidade objetiva.” (MCP/Plano de ação para 1963. In: FÁVERO, 1983, p. 91 apud PINHEIRO, 2014, p.156);

¹¹⁷ “Criada em Rocas [*Natal-RN*], um bairro portuário de grande tradição política. Essa campanha começou em fevereiro de 1961 e foi extinta pelo golpe militar de 1964. Dois anos depois do seu início, contou nove acampamentos construídos – Rocas, Carrasco, Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó. [...] Conforme documento da Campanha de 1963, a alfabetização deveria ser o centro e marco inicial de toda obra de cultura popular, uma vez que não se entendia qualquer tipo de cultura que não estivesse em evolução, em progresso, e a alfabetização de um povo seria marco inicial para o seu progresso.” (Cultura Popular e Pé no Chão. Comunicação ao I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular. In: SOARES e FÁVERO, 2009, p. 141 apud PINHEIRO, 2014, p.158-159);

¹¹⁸ O MEB (1961) “[...] deriva da experiência de alfabetização pelo rádio iniciada pelo Serviço de Assistência Rural (SAR) da Arquidiocese de Natal [...]” (AMMANN, 2013, p.119). Ao longo de sua expansão com forte penetração no meio rural, o MEB pode ser caracterizado por duas fases sob a “diferença fundamental [...] no antagonismo do vínculo orgânico que seus intelectuais estabelecem. Vinculando-se às classes ou frações de classe no poder, os intelectuais da sociedade harmônica perpetuam as relações de dominação que impedem a participação da classe trabalhadora nos processos decisórios da sociedade brasileira; vinculando-se às classes subalternas, os intelectuais do MEB (2ª fase) tentam modificar o equilíbrio de forças no seio do bloco histórico e contribuir para uma possível hegemonia das aludidas classes.” (ibidem, p.123);

¹¹⁹ Segundo Netto (2014), o CPC da UNE surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no início dos anos de 1960, e seus idealizadores tiveram forte influência do MPC. “[...] o CPC produziu peças teatrais, filmes e músicas apresentados em sindicatos, ruas e praças das cidades e do interior do país, mobilizando intelectuais e artistas que posteriormente se tornariam conhecidas personalidades da vida cultural brasileira [...]” (p.264). Além disso, as atividades do CPC e suas organizações congêneres que atuam por todo o país, foram rotacionadas também para as experiências de alfabetização através das práticas de educação popular;

disparidades econômicas profundas, as camadas subalternas, através de seus meios de mobilização e organização, colocaram para a arena pública e política o conflito de interesses entre as classes sociais opostas e seus segmentos. Tanto no campo como na cidade, as classes populares tiveram a possibilidade, mesmo que ainda embrionária, de experimentar a potencialidade de experiências coletivas que foram articuladas por práticas políticas e tarefas educativas, sob o manto da educação popular de aspecto reformista. Algo que, assim como já dissemos, se inicia na segunda metade dos anos de 1940 através dos Comitês Populares Democráticos e das Ligas Camponesas, sob a direção dos comunistas, mas que, pelos ditames conservadores das piores tradições da formação social brasileira, sempre na espreita e de prontidão para imobilizar qualquer tentativa de democratização real da vida nacional, essa potencialidade política edificada em torno da educação popular e da mobilização democrático-reformista somente conseguiu retomar a cena com mais intensidade no final de 1950 e início de 1960, quando, coletivamente e através do estabelecimento de maiores alianças entre setores heterogêneos, conseguiram difundir e prolongar manifestações que endossavam mudanças profundas e concretas para o desenvolvimento do país, por meio da luta político-cultural e popular.

No contexto de transição dos anos de 1950 para a década de 1960, assim como a ebulição das lutas sindicais e as insurgências dos movimentos camponeses estavam sintonizadas e impulsionadas pelo acirramento da luta de classes e na contra-tendência de preservação e aprofundamento dos fundamentos históricos das assimetrias sociais, políticas e, principalmente, econômicas do Brasil, o afluxo sócio-político das camadas populares encontraram vazão nas mobilizações sociais de caráter reivindicatório, educativo e cultural, enquanto maneira articulada de enfrentar as mazelas sociais de uma organização societária que, além de as produzir, as intensificam pela impositiva dinâmica de desenvolvimento social e econômico do país, defendida com unhas e dentes pelas classes dominantes mais conservadoras, atrasadas e subservientes ao grande capital. Dessa forma, Pinheiro (2014) recorrendo ao jornal *Novos Rumos*, de 1962, exemplifica a necessidade de

surgimento do pioneiro MCP em detrimento da problemática social brasileira que se expressa na produção econômica e social das refrações da questão social:

O Movimento de Cultura Popular nasceu da miséria do povo do Recife. Da desurbanização geral de suas paisagens mutiladas. De seus mangues cobertos de mocambos. Da lama dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome. Ele é, assim, uma resposta dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria, objetivando a valorização do homem, a desalienação da nossa cultura e a emancipação econômica e social do país (Novos Rumos, n. 156, 2 a 8/2/1962, p. 5 apud PINHEIRO, 2014, p.155).

Na esteira desses processos populares mobilizados e organizados em contraface à dinâmica conservadora de desenvolvimento capitalista no país e suas consequências mais imediatas ou mediatas para a vida nacional, mesmo que a efervescência popular e democratizante não colocava, imediatamente, a ordem do capital em xeque, devido ao caráter reformista do campo nacional-democrático em que se encontravam as forças populares, o entusiasmado fervor democratizante, mais uma vez, preocupava e ameaçava os interesses das classes dominantes e das forças conservadoras e reacionárias. Sob o pensamento de Florestan Fernandes, Netto (2014) retrata que a disputa pelo desenvolvimento social e econômico do país, que se adensou pela onda nacional-democratizante e de estouro das lutas populares, remetia-se que “os limites de uma democracia restrita estavam sendo forçados, para abrir o passo a uma democracia de participação ampliada” (p.48). Mas como já sinalizamos ao longo do trabalho, o caráter reacionário e antipopular das classes dominantes internas, que se sintetizava na histórica volição anticomunista das forças de direita no país, não permitiu que a via nacional-democratizante de desenvolvimento para o Brasil pudesse se processar historicamente.

A primeira vez em que surgiu a possibilidade de passarmos de uma democracia restritiva para uma democracia de participação ampliada, entre 1945 e 1964, eclodiu o processo contrarrevolucionário mais violento da história da República. Nesse período, quase se deu o aparecimento e a implantação de uma democracia de participação ampliada no País. Todavia, os chamados “donos do poder”, minorias localizadas estrategicamente nas várias estruturas da sociedade brasileira, barraram a consolidação do Estado de direito. [...] De fato, nunca superamos o estágio de uma democracia restrita (FERNANDES, 2011, p. 327, apud PINHEIRO, 2014, p.182)

Acionando diversos aparelhos privados de hegemonia¹²⁰ para manutenção da ordem social profundamente desigual e inerente às piores tradições da formação social brasileira, as classes dominantes contaram com o apoio da grande imprensa e de organizações conservadoras que difundiam as ideias de anticomunismo, como: “[...] a Ação Democrática Parlamentar; a Campanha da Mulher Democrática; a Frente da Juventude Democrática; e [...] a reacionaríssima Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (mais conhecida como TFP) [...]” (NETTO, 2014, p.49). Além delas, a direita, articulada com o imperialismo norte-americano, também mobilizou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), sempre com pretexto de combater o perigo vermelho do comunismo, assumindo uma suposta posição de defesa da democracia, mas que na verdade redobravam esforços para prevenir e impedir o aprofundamento democrático no país, combatendo a perspectiva nacional-democrática e perseguindo os movimentos populares.

E como, cada vez mais, a indignação popular se alastrava na vida nacional e era canalizada em diferentes formas organizadas de combate às injustiças sociais, à exploração econômica e à dominação política — precisamente, sob formas dos já mencionados movimentos populares e sindicais — as classes dominantes e suas forças¹²¹ lograram êxito em “golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a reinserção mais subalterna no sistema capitalista [...]” (NETTO, 2015, p.31). Assim, o campo nacional-reformista sofreu uma derrota histórica quando, em 1964, as forças conservadoras e de direita, sob patrocínio dos interesses estadunidenses, acionou o braço corecitivo do Estado de maneira conspiratória e golpista, impondo o que Florestan Fernandes denominou como a

¹²⁰ Categoria criada pelo marxista italiano, Antonio Gramsci, em que Duriguetto e Montañó (2011) comentam: “[...] hegemonia para Gramsci não equivale à pura dominação, mas à direção social baseada num certo consenso e aceitação dos setores subalternos. [...] A sociedade civil é composta por Aparelhos Privados de Hegemonia, ou seja, organismos sociais aos quais se adere voluntariamente e que representam os interesses dos atores (particularmente as classes) que a compõem.” (p.45);

¹²¹ Que além de contar com o apoio da Hierarquia da Igreja Católica e o fundamental sustentáculo das Forças Armadas, “aglutinavam os grandes proprietários fundiários, o grosso do empresariado, os banqueiros, estratos da pequena burguesia, pequenos proprietários e as empresas imperialistas atuantes no país [...]” (NETTO, 2014, p.53);

autocracia burguesa no Brasil — um regime de ditadura civil-militar que possibilitou a modernização conservadora do capital no país e neutralizou os movimentos sociais da classe trabalhadora que edificavam a perspectiva democrático-popular para sociedade brasileira.

Dessa forma, o golpe de abril de 1964 demarcou, precisamente, as estruturas autoritárias e conservadoras que assolam a dinâmica da luta de classes no país, reforçou o caráter antidemocrático e antinacional do Estado brasileiro e, pela amálgama antipopular e elitista das classes dominantes, estancou, por longos anos, a potencialidade da organização e mobilização popular por libertação nacional e ampliação democrática. No entanto, o que não foi possível de ser suprimido do conjunto das relações sociais, foi a própria condição estrutural de conflitividade entre as classes opostas em uma sociabilidade acirrada na exploração, dominação e opressão.

Assim como já demonstramos ao longo deste trabalho, a sanha autoritária e repressora das classes possuidoras e de suas forças conservadoras sempre esteve presente na vida nacional, mesmo que adquirindo novos contornos pela dinâmica histórica da luta de classes. E da mesma forma, a potencialidade insurgente das classes trabalhadoras e populares, imersas em tal contexto desfavorável, se apresenta de maneira ineliminável na sociabilidade do capital, singularizada pelas condições que estruturam a formação social e econômica do Brasil. As experiências dos movimentos e mobilizações populares da classe trabalhadora no Brasil, aqui comentadas, expressam as ações sociopolíticas daqueles que sofrem diretamente com a produção das desigualdades sociais, e se colocam em movimento enquanto processo constituinte e constitutivo da determinação política da questão social.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRACORRENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA: notas sobre a institucionalização da profissão do Brasil

Antes de adentrarmos nas ações do Serviço Social brasileiro na contrafação dos movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora e suas camadas subalternas, é preciso compreender historicamente o significado social desta profissão no conjunto das relações sociais da sociedade burguesa, e as determinações de seu processo de institucionalização no Brasil em meio à dinâmica da luta de classes.

4.1. Prelúdios sobre a profissão na realidade brasileira

Assim como já discutimos no início do segundo item deste trabalho sobre a determinação político-econômica da questão social, reforçamos que, com o processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, especificamente na fase monopólica do capital, a contradição estrutural entre capital e trabalho se agudizou de tal forma, que a produção social extensiva das desigualdades de classe exigiu das classes dominantes e do Estado burguês novas maneiras de intervenção sócio-política e econômica, para além da coerção direta e da ajuda caritativa. Nessa dinâmica de ebulição das expressões da questão social, tanto pela situação econômica objetiva de maior exploração do trabalho e de aumento da pauperização da classe explorada, como pela publicização da luta de classes através das organizações e lutas sociais da classe trabalhadora na defesa de seus interesses de classe mais elementares, Iamamoto e Carvalho (2014) retratam que o consequente aparecimento de “novas necessidades sociais e novos impasses” (p.83) na dinâmica da ordem burguesa, passou “a exigir profissionais especialmente qualificados para o seu atendimento, segundo os parâmetros de racionalidade e eficiência inerentes à sociedade capitalista” (ibidem). Foi nesse processo que o Serviço Social, sob herança conservadora de suas protoformas gestadas no seio da Igreja Católica, passou a ser requisitado institucionalmente

enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, de modo a atuar junto às expressões da questão social, participando da reprodução das relações sociais capitalistas, no bojo da expansão urbano-industrial da sociedade, e com espaço majoritário de atuação profissional no âmbito estatal.

Recorrendo ainda à indispensável produção de Iamamoto e Carvalho (2014), em meio ao desenvolvimento industrial do capitalismo e sob a gestação de novas determinações e expressões da questão social, no acirramento do antagonismo entre as classes fundamentais desse modo de produção da vida social, reafirmamos a inerente imersão do Serviço Social no bojo da reprodução das relações sociais¹²² tipicamente capitalistas, especialmente no que se refere à reprodução material e espiritual da força de trabalho e à reprodução da ideologia da classe dominante e seu controle social, político e econômico sobre a ordem do capital. Partindo da compreensão marxista sobre o processo de reprodução social das relações desta sociedade enquanto reprodução de seu modo de vida, os referidos autores pontuam que tal dinâmica social imbrica no desenvolvimento das lutas sociais entre as classes fundamentais que participam do processo de produção social da sociedade capitalista, tendo em vista o relacionamento contraditório entre tais classes sociais que vivem sob constante disputa de interesses estruturalmente antagônicos. Dessa forma, percebemos que o Serviço Social ao participar do processo de reprodução das relações sociais, atua sobre a basilar contradição entre capital e trabalho que sustenta a atual ordem societária. Assim, enquanto uma profissão que se insere na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo e que se debruça sobre a reprodução das relações sociais capitalistas, o Serviço Social é transpassado pelas contradições desta sociedade de classes fundamentalmente divergentes. Como a reprodução das

¹²² “[...] a reprodução das relações sociais não se restringe à reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção (instrumentos de produção e matérias-primas). A noção de reprodução engloba-os, enquanto elementos substanciais do processo de trabalho, mas, também, os ultrapassa. Não se trata apenas de reprodução material no seu sentido amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção da sua globalidade, envolvendo, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.78);

relações sociais do atual modo de produção pressupõe a reprodução de suas características fundantes no movimento histórico do real, mais uma vez reafirmamos que a reprodução das relações sociais presume a reprodução da ineliminável contradição entre a classe dominante e a classe despossuída e explorada. E como o Serviço Social atua na reprodução das relações sociais, sua natureza profissional, essencialmente, é polarizada pelo conflito estrutural entre as classes sociais historicamente opostas. Dessa forma, por mais que o Serviço Social, enquanto uma profissão inscrita sob o estatuto do assalariamento, tende a aderir ao hegemônico pensamento conservador das classes proprietárias e que exploram o trabalho alheio, não se pode eliminar a conflitividade de interesses de classes que é situado no significado social desta profissão. Afinal, conforme Iamamoto e Carvalho (2014), o Serviço Social além de atender requisições do capital para a reprodução das relações sociais, também, e neste mesmo processo social, responde a certas necessidades do pólo oposto na luta de classes. Sob essa perspectiva, os autores afirmam que o Serviço Social:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.82)

Mesmo que o fazer profissional do Serviço Social, ao atuar na reprodução das relações sociais, conseqüentemente, reproduz as condições de conservação dessas relações próprias da dinâmica capitalista, vimos que as respostas da profissão não se configuram, exclusivamente, enquanto ações direcionadas à atender os interesses das classes dominantes. Por ser envolvida pela insuprimível contradição entre capital e trabalho, a intervenção profissional, responde a necessidades e interesses de ambas as classes. E nesse processo, a depender da vinculação

teórico-política de seus agentes profissionais e da correlação de forças sociais e institucionais em que estão inseridos, a profissão, no bojo de sua autonomia relativa, conta com a potencialidade de poder fortalecer uma ou outra extremidade da luta de classes. Assim, mesmo com as condições estruturais desfavoráveis, o agir profissional do Serviço Social, imerso na contradição entre as classes, pode, por exemplo, potencializar¹²³ certas necessidades das classes trabalhadoras e subalternas, ao mesmo passo que responde a determinados interesses das classes dominantes. No entanto, a institucionalização do Serviço Social no Brasil, a partir de meados da década de 1940, não foi caracterizada pela potencialização dos interesses das classes subalternas, na relação contraditória que transpassa a profissão. Pelo contrário, neste momento, a vinculação profissional se deu a partir da sobreposição dos interesses das classes dominantes, de conservação da ordem e de ajustamento social, em detrimento das reivindicações de classe das camadas exploradas e subalternas.

Essa vinculação conservadora do Serviço Social em suas primeiras décadas de desenvolvimento profissional, encontra sua explicação nos fundamentos históricos da profissão, inseridos na peculiaridade da conjuntura política e histórica desse período. Para compreendermos como, institucionalmente, o Serviço Social brasileiro foi requisitado enquanto “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (ibidem, p.101), necessariamente, precisamos recorrer às protoformas da profissão no Brasil.

Segundo os grifos de Castro (2011), relembramos que a origem do Serviço Social foi estabelecida no interior da Ação Católica¹²⁴, enquanto parte do processo

¹²³ “O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos em diversas esferas: nas condições materiais, sociais, políticas e culturais da vida de seus usuários; em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens; em seus comportamentos e valores; em seu modo de viver e de pensar; em suas formas de luta e organização; e em suas práticas políticas de resistência.” (YAZBEK, 2018, p.48);

¹²⁴ “A Ação Católica (e, por extensão o Serviço Social) pretende-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja — incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais -, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista.” (CASTRO, 2011, p.48); “[...] em 1929, o Papa Pio XI lança a Ação Católica — AC — que proporciona uma aproximação maior da

conhecido como Reação Católica¹²⁵. O que se desenhava no plano internacional, também se expressou na conjuntura brasileira a partir das particularidades históricas do desenvolvimento capitalista no país. Enquanto a Igreja já havia perdido significativo poder político e econômico com os processos revolucionários da burguesia europeia face à queda do Antigo Regime, no Brasil, com o desenvolvimento das relações burguesas de produção, as forças coloniais foram enfraquecidas e, com elas, a Igreja teve de se adaptar às mudanças da correlação de forças. Rotacionando sua intervenção político-religiosa para a perspectiva de recristianização da ordem burguesa, a Igreja, no país, empenhou esforços para reassumir prerrogativas que, em certa medida, estavam sendo diluídas em meio ao desenvolvimento republicano do Brasil, que apregoava a laicidade do Estado — algo que se adensou a partir da década de 1920, com o acirramento da luta de classes.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2014), inicialmente, no Brasil, a preocupação latente do campo clerical hierárquico sob o movimento de reação, se referia a proposta liberal de afastamento da influência da Igreja sobre o Estado e, conseqüentemente, sobre os mecanismos práticos e ideológicos de “ordenamento dos costumes” (CASTRO, 2011, p.49). Assim, sob seu movimento de reforma social, tendo como objetivo o restabelecimento da “noção de Nação Católica” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.152), a estratégia da Igreja assumiu, primeiramente, “um caráter altamente elitista e visava ampliar, principalmente, sua área de influência

hierarquia com os leigos com o objetivo de controlar suas ações e direcioná-las para o fortalecimento da Igreja na sociedade. Lançada para o mundo todo e defendida pelo Papa como urgente e insubstituível, a AC chega ao Brasil na década de trinta do século XX com o objetivo de envolver os leigos na ação evangelizadora como apóstolos oficiais.” (AÇÃO CATÓLICA, 1938, p.117-120 apud BARBOSA, 2007, p.43).

¹²⁵ “A análise clássica de Gramsci aponta para o fato de que, após as Contrarreformas, os Estados nacionais europeus são forçados a conceder aos movimentos políticos e ideológicos burgueses uma parcela substancial do anterior monopólio ideológico mantido pela Igreja. [...] Ante a desagregação da Sociedade Civil tradicional e o declínio de sua influência [...], a Igreja Católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando à reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massas, visando ao controle e enquadramento da população católica. A partir da aglutinação de suas forças, da concentração de suas fileiras, pretende a hierarquia resistir ao assalto da reforma protestante e laica e, pelo cerco do Estado Liberal, restabelecer, por meio da estratégia do domínio indireto, sua antiga hegemonia.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.150);

entre as frações de classes do bloco dirigente e nas frações subordinadas que a ela se aliavam” (ibidem, p.154). Dessa forma, para prevenir abalos em seu domínio e ampliar seu influxo, a mobilização do laicato foi acionada a partir da conformação de uma “aristocracia intelectual” que, além de agitar a opinião pública católica, também, poderia agir contra “o anticlericalismo, o positivismo e o laicismo das instituições republicanas” (ibidem, p.153), estabelecendo, por exemplo, mecanismos como: escolas e universidades católicas; jornais católicos; e diversas formas de organização da população católica, de modo a reincidir politicamente na vida nacional.

Reagindo à secularização, a tônica da movimentação reformista católica que se delineou no país, versou pela defesa de um regime político forte que possibilitasse a autoridade máxima do Estado na garantia da ordem — desde que mantido o seu relacionamento privilegiado com a Igreja. Assim, o caráter profundamente autoritário do Estado brasileiro foi reforçado pelas posições do alto clero, desde a primeira fase da reação católica, ainda na República Velha. O que resultou no estreitamento do relacionamento entre a Igreja e o Estado, principalmente através do histórico apoio da primeira aos segmentos da burguesia agrária, que ainda era hegemônica no governo, até 1930. Mas cabe ressaltar que, tal estreitamento de relação, se expandiu fortemente após o fim da República Velha, quando a Igreja logrou êxito em legitimar suas intenções perante a sociedade, mediante a parceria requisitada com o Estado e as classes dirigentes, sob uma nova correlação de forças entre o bloco dominante.

Sob o cultivo antidemocrático e antiliberal, a Igreja, até então, se preocupou em reconquistar os espaços que se escapavam por entre os dedos, através da mobilização de intelectuais¹²⁶ católicos e conservadores para interpretar a realidade brasileira, de modo a estrategiar sua incidência junto ao bloco das frações de

¹²⁶ “Figura central durante essa fase será Jackson de Figueiredo, fundador da revista *A Ordem* e presidente eterno do Centro Dom Vital. [...] Sua inspiração é encontrada da ultradireita europeia, da Action Française de Charles Maurras, Danoso Cortés, Lamennais, Louis Veuillot; sua fundamentação ideológica em Joseph de Maistre, De Bonald, da doutrina da ordem sobrenatural. Seu nacionalismo assumirá o caráter de lusofobia e de condenação do capitalismo internacional, identificado aos judeus e maçons.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.154);

classes que dominavam o poder, assim como mencionamos. Dessa maneira, houve, a princípio, uma omissão mediante as refrações da questão social¹²⁷ no país. O que pode ser justificado, em certa medida, tanto pelo escoramento nas tradições autoritárias e antipopulares da formação social brasileira e de suas classes dominantes, como pela incipiente organização da classe trabalhadora que, mesmo com o desenvolvimento das lutas operárias em confronto com a burguesia industrial nascente, ainda não configurava, na arena política do país, uma significativa ameaça à sustentação autoritária da dominação burguesa e, portanto, à garantia da ordem. Afinal, até o começo da década de 1920, para a Igreja, o espectro do comunismo, enquanto predador da ordem e da harmonia social, que maculava a família e a propriedade privada, e que encontrava nas formas de rebelião operária a potencialidade de difundir suas “falsas ideias”, era uma problemática europeia e que ainda não preocupava fortemente a realidade brasileira. Mesmo que, como vimos, a volição anticomunista das classes dominantes brasileiras e dos segmentos conservadores não foi inaugurada após a fundação do Partido Comunista no país, em 1922. Historicamente, o anticomunismo esteve presente na formação social do Brasil, enquanto característica antipopular e autoritária das classes concentradoras de poder econômico e político.

No entanto, a preocupação da Igreja com as aludidas “classes perigosas” sob influência dos “subversivos ateus” — os comunistas — foi nitidamente colocada em cena através da abertura de uma nova conjuntura política e econômica, a partir do golpe civil-militar de 1930¹²⁸. O que compõe a “atualização” do caminho de reação católica, que ampliou sua intervenção social diretamente relacionada com a questão social e as novas configurações do Estado e da luta de classes.

As alterações no poder político e na dinâmica econômica de desenvolvimento capitalista no Brasil, com o adensamento da industrialização e o ascendente processo de urbanização, que foram acompanhadas por uma maior estratificação

¹²⁷ “As análises, pouco frequentes, sobre a situação do proletariado, assumem apenas o caráter de contestação das penosas condições de trabalho a que eram submetidas mulheres e crianças, e de crítica moralista à promiscuidade entre sexos nas oficinas e à desagregação da família.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.155);

¹²⁸ Do qual tratamos, brevemente, no item anterior deste trabalho — com ênfase sobre os aspectos político-conjunturais desse processo;

social entre as classes não proprietárias, com ênfase no desenvolvimento emergente do proletariado, exigiu das heterogêneas frações das classes dirigentes e das forças conservadoras a ampliação dos mecanismos e estratégias de integração social. Além da marcante repressão à organização popular, enquanto mecanismo de controle social, o Estado, então, assumindo um caráter corporativista¹²⁹, buscou disciplinar as classes populares e trabalhadoras diante o contexto de crescimento da organização proletária, face ao aumento das expressões da questão social. Dessa forma, ainda segundo Iamamoto e Carvalho (2014), como a intervenção corporativista do Estado centrou-se na generalização da legislação sindical e trabalhista, complementarmente, foi necessária a edificação de uma ampla ofensiva ideológica de integração social, que, inclusive, englobou os estratos sociais da pequena burguesia assalariada. E para isso, a parceria com a Igreja Católica foi fundamental.

A conjuntura política e social presente naquele momento — a crise de hegemonia entre as frações burguesas e a movimentação das classes subalternas — abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social. Ela será chamada a desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo regime e com ele disputará arduamente a delimitação das áreas e competências de controle social e ideológico. Passada a primeira fase de reconhecimento da nova situação, a Igreja abandonará a posição contemplativa e se lançará a uma mobilização sem precedentes em sua história social. Seu objetivo será a conquista de sólidas posições da sociedade civil, através das quais procurará implementar projeto de restauração de sua ação normativa sobre a sociedade. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.165)

Assim, de forma articulada com o controle do Estado sobre as organizações de trabalhadores e com a difusão ideológica de “proteção ao trabalho” por parte do corporativismo estatal, a Igreja mobilizou amplamente o movimento leigo para incidir junto à opinião pública. Enquanto o Estado propagava as idéias de estar, supostamente, acima dos interesses particulares das classes sociais, enquanto um mediador da garantia da ordem, articuladamente, a Igreja tratou de alastrar no conjunto da sociedade a visão cristã de progresso e tranquilidade social. Por mais

¹²⁹ Pontuamos também, que a nova organização corporativa do Estado foi canalizada para lidar com a instabilidade de interesses das frações das classes dirigentes — como discutiremos no item anterior deste trabalho;

que a Igreja e o Estado possuíam projetos corporativos distintos, a parceria entre eles foi elementar para o controle da vida social neste processo histórico. Afinal, o Estado necessitava de um poderoso instrumento de convencimento ideológico para a manutenção e reprodução da ordem, e a Igreja almejava o seu grande objetivo de recristianização da ordem.

Em troca de reassumir privilégios e conquistar outros novos, a Igreja, por ter uma grande proximidade e entrada no conjunto da população, majoritariamente católica, se movimentou para disputar ideologicamente as classes trabalhadoras, com atenção especial aos seus estratos mais marginalizados. Assumindo uma postura de respostas cristãs para as expressões da questão social no país, a Igreja criou um arsenal de instituições e organizações para articular o movimento leigo sob a Ação Católica Brasileira (1935). De forma a conduzir as intervenções do movimento leigo na dinâmica nacional, a hierarquia católica, a partir de seus agentes intelectuais, se baseou nas encíclicas papais *Rerum Novarum*¹³⁰ (Papa Leão XIII, 1891) e *Quadragesimo Anno*¹³¹ (Papa Pio XI, 1931), para difundir seu discurso

¹³⁰ “[...] a encíclica é uma clara resposta à situação da classe operária e a agudização da luta de classes [na Europa]. Eis como a igreja se encontrava na urgente necessidade de fixar uma posição que reforçasse a coesão ideológica de sua hierarquia e dos seus membros. Daí que a encíclica assumisse a forma de um documento político, tentando se constituir numa proposta articuladora da conciliação entre as classes, reafirmando a condição de exploração da classe operária e apelando à reflexão dos capitalistas e do Estado sobre os riscos morais e políticos da sua conduta voraz. A encíclica é também uma resposta ao pensamento e às propostas de ação socialistas, mediante a qual se busca colocar o discurso religioso acima das classes sociais recorrendo à autoridade suprema da religião e fazendo um apelo para que as coisas terrenas dos homens se submetam ao poder divino. A encíclica, finalmente, traça formas de ação para as classes e o Estado e, em particular, para a própria estrutura organizativa da igreja, sustentando a colocação da reforma social como instrumento político para enfrentar os problemas da época.” (CASTRO, 2011, p.59);

¹³¹ Segundo Castro (2011), em comemoração aos quarenta anos da *Rerum Novarum* (1891), essa encíclica papal, enquanto continuidade dos pressupostos de sua encíclica “matriz”, se apresentou de forma mais radical em meio a conjuntura histórica que se edificou após a Revolução Russa (1917) e a crise de 1929. Com objetivo de orientar a Ação Católica, “[...] a mensagem da Igreja, através da *Quadragesimo Anno*, enfatizou a recuperação dos aspectos técnicos para a eficiência do trabalho assistencial, chamando ao estudo, o que resultou especialmente renovador da América Latina, onde se fez necessário que a igreja estimulasse diretamente a criação de centros de formação superior incubidos de difundir os conhecimentos requeridos para superar as limitações técnicas do trabalho artesanal tradicionalmente voluntário.” (p.64);

doutrinário diante a ebulição imanente da questão social e da luta de classes no país, assim como escreve Castro (2011).

Constituindo as estratégias de viabilização da saída harmônica e de “paz social” para a sociedade — que orientavam as referidas encíclicas papais —, a Igreja, sob a perspectiva do humanismo cristão, buscou operar o “tratamento” das expressões da questão a partir de preceitos morais e doutrinários no exercício da ajuda aos pobres e no enquadramento desses segmentos. Não se limitando a ações caritativas que desempenhava desde o período colonial, quando ainda gozava de forte incidência na direção cultural da sociedade oligárquica, agora, as ações da Igreja tiveram de se expandir para dar concretude a inalcançável conciliação entre as classes sociais e, conseqüentemente, para o estabelecimento da suposta harmonia social no seio da sociabilidade burguesa.

Além de sua forte presença na dinâmica político-eleitoral do pós-30 com a Liga Eleitoral Católica¹³², a ação política da Igreja, versando sobre a mobilização do apostolado social, centrou-se também na expansão de instituições assistenciais, como a Associação de Senhoras Brasileiras e a Liga das Senhoras Católicas¹³³, ambas criadas na década anterior, ainda na primeira fase de reação católica, quando a rudimentar mobilização do apostolado laico começou a ser centralizada pela Confederação Católica (1922). Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a ampliação dessas instituições assistenciais foi marcada pela distinção com a caridade tradicional, pois, agora, já se defendia a concepção de assistência preventiva aos pobres e desalentados, de modo a responder e amortecer conseqüências econômicas e morais do desenvolvimento capitalista. Afinal, o desenvolvimento capitalista de conotação liberal, para a Igreja, além de provocar a opulência exacerbada das classes proprietárias, o abandono da solidariedade cristã, e a

¹³² “Partindo de um programa mínimo, que englobava algumas das principais reivindicações da Igreja — indissolubilidade do casamento, ensino religioso facultativo nas escolas públicas e assistência religiosa facultativa às classes armadas, hospitais e prisões — o movimento laico será lançado a uma imensa campanha de mobilização do eleitorado católico.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.170);

¹³³ Criadas respectivamente, em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, e em 1923, em São Paulo, a Associação de Senhoras Brasileiras e a Liga das Senhoras Católicas, junto do “militantismo católico, constituem as bases organizacionais e humanas mais importantes para a emergência da profissão [Serviço Social] no Brasil.” (IAMAMOTO, 2013, p.22);

desagregação da família, também seria a “porta de entrada” para o amaldiçoado comunismo, ao passo em que o liberalismo provocava os “desequilíbrios” sociais. Dessa forma, sob a defesa do comunitarismo cristão, servindo de alternativa para a manutenção da ordem capitalista, as Obras Sociais foram desenvolvidas para atender certas necessidades da população em situação de pauperização e, neste processo de atenuação da pobreza e seus reflexos sociais enquanto problemas de desajustamento, essas instituições também atuaram na dimensão ideológica e moral dos segmentos atendidos, enquanto necessidade de integração social.

Essa ampla mobilização do laicato, tanto no desenvolvimento das Obras Sociais, que se iniciaram na década de 1920 e se expandiram na entrada do decênio seguinte, como na conformação de organizações destinadas a organizar segmentos sociais católicos para a difusão da nova Doutrina Social da Igreja, além de ser uma demonstração de força da hierarquia perante o Estado e a nova correlação de forças das classes dominantes, também foi imprescindível perante o crescimento organizativo do operariado urbano, diante o acirramento da luta de classes. Afinal, para a Igreja, a potencialidade insurgente do proletariado abalaria severamente o funcionamento ordinário da sociedade e, com isso, submergiria a ordem social em constante desequilíbrio. Portanto, prezando pelos ensinamentos das referidas encíclicas papais, o movimento laico se dirigiu a disputar os contingentes de trabalhadores, livrando-lhes, supostamente, do caminho do “mau” e da desordem, e os recolocando nos trilhos da vontade divina de “amizade entre as classes” para o progresso social.

Devido ao crescimento industrial da economia brasileira e a expansão do operariado na década de 1930, era inegável a emergência e o desenvolvimento das lutas sociais dos trabalhadores enquanto constitutivas da luta de classes. Como vimos, as lutas sociais são reflexos mais visíveis da determinação política da questão social, pois a contradição entre capital e trabalho não se expressa somente no econômico. Enquanto parte de um mesmo processo, essa contradição estrutural, ao passo em que ela é produzida pelas relações de produção, potencialmente, ela é publicizada politicamente através das lutas sociais. Então, perante o contexto já mencionado de modificações políticas e econômicas a partir da década de 1930 no

país, houve um aprofundamento das expressões da questão social e, de modo consequente, uma efervescência das organizações e mobilizações operárias. Importante recordar, assim como já discorremos no item anterior deste trabalho, que a peculiaridade nacional de tal ebulição operária possuía contornos externos. Além de toda precedente movimentação proletária internacional, o desenvolvimento da organização operária no Brasil foi estabelecido sob fortes influências imigrantes de veio anarcossindical e comunista. Dessa forma, para prevenir o prolongamento dessas influências tidas como subversivas, a Igreja se fez presente na disputa de mentes e corações operários, condenando qualquer pretensão proletária que se destoasse de sua Doutrina Social. Além da organização dos Círculos Operários¹³⁴, que, posteriormente, em 1937, deu origem a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC)¹³⁵, a hierarquia orientou as frentes de intervenção dos organismos da Ação Católica a atuarem educativamente e moralmente junto a classe trabalhadora, em especial aos pobres. Pois, a partir da perspectiva reformista assumida pela Igreja, a correção moral e social do homem seria a solução para os desequilíbrios causados pelos “exageros” da sociedade capitalista. Dessa maneira, a presença do clero e de seu apostolado social nas vilas operárias e territórios populares também se expandiu fortemente, de forma a enquadrar as classes trabalhadoras e marginalizadas no funcionamento “harmônico” da sociedade e, por conseguinte, livrando-as do perigo vermelho do comunismo ateu, como orienta a encíclica *Divinis Redemptoris* (Papa Pio XI, 1937).

Também, em oposição ao crescimento do movimento operário e às insurgências populares advindas do maior tensionamento da questão social, a

¹³⁴ “Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. [...] Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista.” (KORNIS, s/d, s/p);

¹³⁵ “Em 1937, na tentativa de organizar um movimento nacional unificado, o padre Brentano promoveu no Rio de Janeiro o primeiro congresso nacional circulista. Nessa ocasião foi constituída formalmente a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC), composta de 34 círculos, com 31 mil membros espalhados em cinco estados. O congresso decidiu ainda fundar círculos operários em todos os centros de trabalho, como organização básica para todas as realizações do programa católico nos campos econômico e social por parte do operariado.” (ibidem);

hierarquia posicionou politicamente a ampla mobilização do apostolado social sobre o arranjo das forças de direita, inclusive, com forte proximidade à Ação Integralista Brasileira. Por mais que esse posicionamento político e ideológico do movimento católico teve referência ao bom relacionamento da alta cúpula da Igreja com experiências autoritárias e corporativistas da Europa, como o caso do fascismo italiano, Iamamoto e Carvalho (2014) chamam a atenção para a origem de classe do apostolado laico no Brasil, que foi mobilizado neste período. Participe das classes abastadas, boa parte do apostolado laico, ao agir sob a reformada Doutrina Social da Igreja, “está objetivamente servindo à manutenção e reforço do domínio de sua própria classe e/ou das classes a que se alia” (ibidem, p.229).

Sob todo esse contexto de desenvolvimento da sociedade capitalista no Brasil, em que a Igreja participa e se movimenta ferrenhamente para reassumir e, até mesmo, ampliar prerrogativas abaladas, que o Serviço Social brasileiro é gestado enquanto um “setor” da Ação Social Católica. As protoformas da profissão no Brasil, então, foram intimamente vinculadas ao reposicionamento do bloco católico na luta de classes que se desenhava com o processamento da sociedade burguesa¹³⁶. Inicialmente, com inspiração nas experiências francesas e italianas de reordenamento da Igreja, agentes laicos do movimento católico operacionalizaram o Serviço Social sob a perspectiva de intervenção social e política que o clero assumia na sociedade brasileira. Assim, o embrionário Serviço Social brasileiro originou-se através da ação doutrinária, na busca de realinhar as massas aos anseios reformistas da Igreja, que se sintetizavam na construção do comunitarismo cristão enquanto alternativa para manutenção da ordem do capital. E para isso, respondendo moralmente e ideologicamente as expressões da questão social, com enfoque na pobreza, fez-se necessário permear as classes populares para discipliná-las e, com isso, legitimar o reposicionamento político da Igreja e obter ampla base social para que a hierarquia pudesse pressionar social e politicamente a reconquista e extensão de suas prerrogativas.

¹³⁶ Segundo Netto (1996), a emergência e o desenvolvimento do Serviço Social se constituem “decididamente antimodernos: a profissão nasceu e se desenvolveu como parte do programa da antimodernidade, reagindo à secularização, à laicização, à liberdade de pensamento, à autonomia individual etc.” (p.118);

O Serviço Social não pode, assim, ser visto apenas a partir do desenvolvimento do prisma assistencial e caridoso da ideologia e prática católicas. Se os procedimentos materiais desenvolvidos durante muitos anos pelo Serviço Social pouco se diferenciaram daqueles pejorativamente denominados caridade tradicional, ganham, no plano político, um sentido explícito, e maior eficiência. O componente modernizador em que se constituiu o apostolado social dará um conteúdo novo a devoção e caridade cristã. O missionarismo doutrinário, que começa a atuar através e tendo por base o equipamento assistencial desenvolvido pela Igreja e pela filantropia, não se caracterizará apenas como uma forma nova de caridade. Mas, principalmente, como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.227)

Com a emergência do Serviço Social no âmago do bloco católico, seus agentes pioneiros, fundamentalmente, foram grupos de mulheres da alta sociedade, que estavam ligados ao apostolado social, seja através da educação religiosa seja por meio da atividade nas Obras Sociais centralizadas pela Igreja. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a origem de classe desses segmentos femininos do apostolado social, que esteve envolvido com as protoformas da profissão no Brasil, incidiu sobre a qualidade do discurso desempenhado nas atividades junto à população atendida. Para além dos valores cristãos, a conduta paternalista e autoritária desses grupos pioneiros na intervenção do Serviço Social, também era conferida pela própria ideologia das classes a que essas precursoras pertenciam — as classes abastadas. O que acabava por legitimar “uma superioridade natural em relação às populações pobres” (ibidem, p.229), e validar sua ação benevolente e moral aos estratos sociais marginalizados, a partir da “educação familiar e religiosa a que estão sujeitas essas moças da sociedade” (ibidem, p.230).

Ainda durante a década de 1930, por suas transformações econômicas e políticas, foi preciso coesionar a intervenção do apostolado laico e as atividades das Obras Sociais, no disciplinamento das camadas subalternas. Para isso, foi necessário estabelecer uma formação especializada aos agentes do Serviço Social, através da constituição de escolas de formação. Por mais que a criação das primeiras escolas de Serviço Social se deu sob a tutela e direção da Igreja, como a

pioneira escola de São Paulo (1936) — criada pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS)¹³⁷ —, as demandas de instituições estatais por força de trabalho técnica e especializada a lidar com os chamados “problemas” ou desajustes sociais, impulsionaram o processo de surgimento e desenvolvimento de centros formativos para habilitar agentes do Serviço Social. Mesmo que, ainda, essas demandas estatais eram um tanto quanto tímidas, e só se ampliaram na década seguinte. Ao modo em que as expressões da questão social se acentuavam e eram visibilizadas pelas lutas sociais da classe trabalhadora, era preciso equacionar, nos moldes de eficiência técnica e racionalidade do capitalismo, respostas necessárias à luta de classes.

Dessa maneira, quando o Estado começa a requisitar a intervenção institucional do Serviço Social a partir da segunda metade da década de 1930¹³⁸, o inicial processo de desenvolvimento de centros de formação técnica e especializada de Serviço Social teve de se adaptar às novas exigências e condições da realidade brasileira. Sem perder a dimensão doutrinária da Igreja no âmbito do ensino especializado em Serviço Social, a base de recrutamento desses modernos agentes sociais foi diversificada, contando também, agora, com funcionários de instituições do Estado e com segmentos subalternos, como alguns quadros da pequena burguesia urbana — quase todos ainda inseridos na religiosidade católica. Ainda prevalecendo a herança conservadora da gênese do Serviço Social no Brasil, a ampliação do alistamento de novos quadros e o caráter de sua formação técnica, foram embebidos em métodos interventivos de disciplinamento das classes

¹³⁷ “[...] considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica — especialmente da primeira — de tornar mais efetiva e dar maior rendimento as iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicato.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 178);

¹³⁸ No ano de 1938, sob o Decreto-lei nº.525 de 01 de julho daquele ano, “estatui a organização nacional do Serviço Social, enquanto modalidade de serviço público com o estabelecimento de organismos (no nível nacional, estadual e municipal) de direção, execução e cooperação, e cria junto ao Ministério da Educação e Saúde o Conselho Nacional de Serviço Social, com as funções de órgão consultivo do governo e das entidades privadas, e de estudar os problemas do Serviço Social.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014 p.264);

populares, tendo como influência inicial o ideário franco-belga¹³⁹. A dimensão doutrinária e moral, presente na qualificação desses agentes, não foi um impasse para as demandas do Estado e, posteriormente, também das empresas capitalistas, por força de trabalho especializada a lidar no âmbito da reprodução das relações sociais. Pelo contrário, a manutenção velada de concepções marcadamente autoritárias e paternalistas, sob o perfil de moças bondosas e que tinham como virtudes o convencimento moral e a educação valorativa, era funcional para as necessidades e interesses das classes dominantes no exercício do controle social e na divulgação da ideologia dominante.

Ainda desprovido de uma teorização suficiente que pudesse sustentar as novas requisições do caráter técnico e especializado do Serviço Social, o desenvolvimento da profissão, neste período, foi contornado por exigências que buscaram ressignificar pressupostos gestados nas protoformas do Serviço Social brasileiro — algo que, inclusive, acompanhou o desenvolvimento profissional por longas décadas. Desse modo, Iamamoto e Carvalho (2014), retratam que o perfil dos agentes que desempenhariam as atividades tecnicamente especializadas junto às expressões da questão social, necessariamente deveriam conter qualidades como:

[...] ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. [...] seria necessário também uma vontade firme, perseverante, que sabe ser condescendente sem transgredir como que é essencial, que sabe esperar mas não desistir, que sabe suportar sem se abater; que é capaz de impor sem impor. (p.234-235)

¹³⁹ Segundo Yazbek (2018), neste momento, envolvido com o pensamento de bases doutrinárias, o Serviço Social “vai encontrar no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (século XVII) o tomismo e o neotomismo (retornado no final do século XIX do pensamento tomista de Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier da Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo), bases para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.” (p.52);

Até aqui, a manutenção destacada da dimensão moral para as atribuições profissionais do Serviço Social, além de ser uma herança de suas bases constitutivas, também diz respeito à fragilidade, ou à ausência, de alicerces teórico-metodológicos na formação e na intervenção do agente profissional. A sustentação técnica da formação e da intervenção profissional era, então, justificada meramente a partir da prática de seus agentes, que se “qualificava” no trato cotidiano e individualizado com a população “cliente”. Dessa maneira, era imprescindível que a prática dos agentes do Serviço Social estivesse coroada pelo aspecto do julgamento moral¹⁴⁰ e, a partir da vinculação com o pensamento conservador europeu, deveria agir com destreza sobre a consciência, os comportamentos e o modo de vida em geral das classes marginalizadas.

Com o avolumar ascendente do proletariado urbano diante o desenvolvimento industrial da sociedade brasileira enquanto motor da acumulação capitalista, despontaram as variadas expressões da questão social, e com elas abriu-se uma dinamização das lutas sociais da classe trabalhadora¹⁴¹, de modo a tornarem públicas e políticas as desigualdades de classe, que se apresentavam de forma mais perceptível no aviltamento das condições de trabalho e na degradação das condições de vida das classes dominadas¹⁴². Assim, como apontamos no item anterior deste trabalho, o Estado, mesmo mantendo indubitavelmente seu braço coercitivo para reprimir ativamente a movimentação sócio-política e reivindicatória das classes despossuídas, pela amplitude dos desdobramentos capitalistas e da correlação de forças entre as classes dirigentes, principalmente a partir da década de 1940, teve de intervir no conjunto do processo de reprodução das relações sociais. Além de tangenciar pela tentativa de institucionalização das lutas sociais

¹⁴⁰ “[...] o julgamento moral do proletariado se sobrepõe às constatações sobre as causas da miséria e do pauperismo. Dessa forma, o julgamento moral tem por base o esquecimento das bases materiais das relações sociais.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.245.);

¹⁴¹ Aqui, recordamos do surgimento, em 1943, do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), sobre o qual já apresentamos na seção anterior, sob referência de Mattos (2009);

¹⁴² “Verifica-se o fato aparentemente paradoxal de, num período de grande expansão industrial em que o emprego urbano atinge nível extremamente elevado relativamente aos períodos anteriores, o salário real dos trabalhadores urbanos tenha acentuado declínio, na mesma medida em que pioram suas condições de trabalho, aumentando o ritmo e a intensificação da exploração.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.259);

para dentro do próprio Estado, com a generalização das legislações de “proteção ao trabalho” e, junto delas, com a cooptação do movimento sindical, o Estado brasileiro, sob a ditadura varguista, colocou em prática “a primeira campanha assistencialista de âmbito nacional, que tomará forma através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) [...]”¹⁴³ (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.259).

Segundo Honorato (2012), além de cumprir sua missão primária de assistência junto às famílias dos soldados brasileiros envolvidos na Segunda Guerra Mundial, a LBA, em sua constituição, representou o reposicionamento do Estado frente a pauperização e a miséria das classes populares e marginalizadas. Afinal, os segmentos sociais mais empobrecidos, envolvidos no caudal da superpopulação relativa, eram excluídos da recente “cidadania regulada” pelo trabalho formal. Dessa maneira, o Estado precisava agir sobre as sequelas sociais mais agravantes da questão social, tendo em vista o prolongamento das expressões da miséria diante o desenvolvimento urbano, que escapava do controle do capital e do próprio Estado. Os pobres e miseráveis se multiplicavam e se concentravam nos territórios populares e favelados, além de sua presença na vida urbana “enfeiar” a aparência das cidades. Assim, mesmo sendo previsto desde sua fundação, a LBA, a partir de 1944, reorientou sua direção e ação para o suporte assistencial, técnico e financeiro a comunidades pobres que necessitavam de melhorias sociais e habitacionais.

No bojo da movimentação estado-novista, tanto para responder institucionalmente às sequelas sociais produzidas pelo modo de produção capitalista e pavimentar o caminho de reprodução da sociabilidade burguesa, como obter apoio

¹⁴³ “O surgimento da LBA [1942] terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para apoio ao ‘esforço de guerra’ promovido pelo governo, e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. [...] Para os soldados mobilizados serão patrocinados diversos serviços de promoção e lazeres (cantinas, espetáculos etc.). [...] Da assistência às famílias dos convocados, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente para suprir sua atividade básica e em seguida visando a um programa de ação permanente. [...] Constituindo-se da primeira campanha assistencial de nível nacional, a Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.266-267);

imediate das massas naquele período de Segunda Guerra Mundial, foram criadas as grandes instituições socioassistenciais no país, em que, decisivamente, o Serviço Social foi chamado a atuar profissionalmente. O que marca, no recente desenvolvimento profissional do Serviço Social, um grande alargamento de seus postos de trabalho. Portanto, com a ampliação das requisições institucionais para o Serviço Social, o vago arsenal teórico e técnico-instrumental até então empreendido sob influência das grandes escolas europeias, não correspondia às exigências postas pelas novas condições da realidade brasileira, que necessitavam racionalizar as respostas necessárias a questão social e a luta de classes. Com isso, ocorre então “uma reorientação da profissão, que, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, avança na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos e sistematizar seu espaço sócio-ocupacional” (YAZBEK, 2018, p.56).

A busca por novas bases teóricas em que o Serviço Social empreendeu, vai encontrar na sociologia conservadora norte-americana o suporte necessário e condizente com as novas exigências das condições modernizadoras da sociedade. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a incidência do positivismo¹⁴⁴ no Serviço Social brasileiro foi inaugurada a partir da realização do Congresso Interamericano de Serviço Social¹⁴⁵, em 1941, nos Estados Unidos. Mas, ao passo em que foram incorporadas as influências positivistas na formação e na intervenção do Serviço Social brasileiro, esse novo universo intelectual não desembocou na ruptura com as perspectivas filosóficas do humanismo cristão. Na verdade, assim como Iamamoto (2013) afirma, o discurso humanista na ação disciplinadora do Serviço Social junto às classes subalternas foi reforçado e atualizado sob as bases teóricas do pensamento conservador positivista. O estabelecimento do que a autora denomina

¹⁴⁴ “A hipótese fundamental da perspectiva positivista é de que a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Seu pressuposto é que essas leis regulam o funcionamento da vida social, econômica e política. [...] O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos. Trabalha, pois, com o imediato, o observado. Contesta o teológico e o metafísico. Busca a regularidade e a invariabilidade. Circunscreve os objetivos em uma perspectiva formalista.” (YAZBEK, 2018, p.57);

¹⁴⁵ Enquanto continuidade da tônica assumida neste Congresso, em 1945, no Chile, ocorreu o 1º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, “[...] que se refere à afirmação da influência norte-americana no Serviço Social Latino-Americano, marco de uma nova hegemonia internacional, que se fez presente com especial vigor da América Latina.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.346);

como um “arranjo teórico-doutrinário”¹⁴⁶, ou seja, a articulação teórica positivista com a perspectiva doutrinária do humanismo, permitiu que o Serviço Social mantivesse sua qualidade messiânica, modernizando e reificando pressupostos técnico-operativos de sua intervenção, para atender as novas requisições do Estado e das classes proprietárias, sob as novas condições da sociedade.

Dessa maneira, a influência teórica norte-americana conduziu a intervenção especializada do Serviço Social a um viés superficial, imediato, individualizante e fragmentado na percepção e ação da realidade, em que o objetivo a ser alcançado seria o ajustamento social dos sujeitos e contextos sociais disfuncionais ao pleno funcionamento coeso da sociedade. E junto disso, sem abandonar a herança moral da profissão, o enquadramento social desempenhado junto às classes populares assumia uma conotação marcadamente psicologista e higienista, como reforça Gomes (2015). A ação educativa e disciplinadora da profissão, centrou seu foco sobre a culpabilização do indivíduo em relação à situação “desregrada” em que vivia, mas também, enfatizou a dimensão da família e da comunidade nas estratégias de intervenção pragmática e ajustadora de “reforma do homem dentro da sociedade” (Iamamoto, 2013, p.33). Para tanto, concebendo as expressões da questão social como patologias sociais a serem tratadas e prevenidas, o caráter modernizador da prática profissional se voltou para a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais” (YAZBEK, 1984, p.71 apud YAZBEK, 2018, p.58).

Desse percurso de tecnificação e burocratização que demarca o desenvolvimento profissional do Serviço Social brasileiro, sem perder de vista a readequação de pressupostos que o acompanham desde sua origem, sua atuação requisitada no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, a partir da

¹⁴⁶ “O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando — na justificativa dessa ação — o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão ‘especial’, voltada para os elevados ideais de serviço ao Homem”. (IAMAMOTO, 2013, p.24);

implantação e crescimento das grandes instituições socioassistenciais no país, foi institucionalmente legitimada pelo Estado e pelas classes dirigentes. Passando assim, a compor os quadros que são institucionalmente contratados para incidir junto às condições materiais e espirituais de reprodução da classe trabalhadora e de seus segmentos mais subalternos, e neste mesmo processo, mediando a manutenção e reprodução da ideologia dominante.

Se o caráter de missão de apostolado social e a origem de classe dos pioneiros conferiam legitimidade à intervenção do profissional, agora essa legitimidade será derivada do mandato institucional, confiado ao Assistente Social, direta ou indiretamente, pelo Estado. A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a “clientela” do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social [...]. Em suma, o Serviço Social deixa de ser instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais. (IAMAMOTO, 2013, p. 36)

Dessa maneira, o Assistente Social passa a ser requisitado institucionalmente para lidar racionalmente, sem abrir mão do aspecto moralizador, com as condições de reprodução social dos amplos contingentes do operariado urbano em seus locais de trabalho e moradia, como dos demais estratos sociais das classes subalternas que adensavam os territórios favelados. Em relação direta ao operariado, a atuação profissional do Serviço Social no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, e, posteriormente, a partir de 1946, no Serviço Social da Indústria (SESI), marcam a entrada da profissão na atuação racionalizada sobre o processo de adequação da força de trabalho às novas necessidades da produção capitalista, e, por conseguinte, nas condições de reprodução material e espiritual dessa força de trabalho em ajustamento à sociabilidade capitalista modernizadora.

Importante destacar que a criação dessas referidas instituições socioassistenciais, SENAI e SESI, geridas pela Confederação Nacional da Indústria, era consequência da necessidade de qualificação e ajustamento da força de trabalho explorada no bojo do desenvolvimento capitalista. Segundo Iamamoto e

Carvalho (2014), como, até então, inexistiam instituições desse tipo, para qualificar e adequar a força de trabalho nacional diante do desenvolvimento das forças produtivas, a alternativa viável para responder às demandas produtivas do movimento do capital era a importação de “força de trabalho portadora das qualificações requeridas” (p.269). Mas devido a dois fatores: o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial; e o fluxo migratório interno, que provocava o inchaço dos maiores centros urbanos do país, impõem às classes industriais e ao Estado a necessidade de absorção de boa parte do crescimento da força de trabalho nacional no mercado de trabalho em ampliação. Mas para isso, seria necessária a sua qualificação e adaptação às necessidades produtivas e de reprodução do capital.

O desenvolvimento da produção capitalista traz consigo novas necessidades objetivas da produção, que geram, por sua vez, necessidades novas que o operariado precisa satisfazer para se reproduzir enquanto Força de Trabalho. A intensificação do ritmo de trabalho, a atenção para a vigilância e manuseio de um número maior de máquinas etc., passam a exigir, concomitantemente, maior especialização e maiores necessidades para a reconstituição e reprodução da Força de Trabalho, como a diminuição da jornada de trabalho, férias etc. O acréscimo de valor da Força de Trabalho gera, por sua vez, a necessidade de conservar os adiantamentos realizados com esse fim. O desgaste da Força de Trabalho produzida deve ser controlado — momento em que a saúde se transforma em uma necessidade social — a fim de diminuir os custos de sua produção. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.271)

Assim, pelas circunstâncias produtivas do capital, o Estado e a burguesia industrial ajustaram qualitativamente as ações políticas e assistenciais de respostas à questão social, agora, sob o aspecto da nova racionalidade capitalista. Neste processo, os Assistentes Sociais foram chamados para auxiliar no gerenciamento do novo comportamento assistencial, executando políticas sociais voltadas para conservação e reprodução física da força de trabalho, mas também, simultaneamente, exercendo o papel sócio-pedagógico de ajustamento social e cultural da classe trabalhadora à racionalidade de desenvolvimento capitalista, incidindo sobre valores, comportamentos e formas de luta e resistência dos trabalhadores. Deste modo, imprescindivelmente, os aspectos morais e cívicos da “formação humana” dos trabalhadores eram adequados concomitantes com a especialização técnica da força de trabalho, para um efetivo ajustamento da classe

trabalhadora às relações de produção e reprodução capitalista. Sobre a “formação humana”¹⁴⁷ do operariado, assim como outros agentes profissionais, os Assistentes Sociais se constituíram como “verdadeiros educadores [...] dos atributos morais e cívicos da juventude operária” (ibidem, p.273), agindo psicossocialmente na vida laboral, pessoal, familiar e reivindicatória dos trabalhadores, para enquadrar essa força de trabalho nas condições materiais e ideológicas de desenvolvimento da sociabilidade burguesa.

Além e através da prática material-assistencial executada pelo Serviço Social, os profissionais se incubiam de suprir as carências morais e psicossociais dos trabalhadores por meio de técnicas sociais que pudessem mediar seu bom desempenho laboral, imersos na complexificação das relações de exploração, estendendo o tratamento social e moral para além das fábricas. Parametrizando o “tempo livre”¹⁴⁸ dos trabalhadores, em seus momentos de descanso da atividade industrial, nas necessidades de reprodução do modo de vida capitalista, o Serviço Social além de penetrar e adequar a organização familiar dos trabalhadores, também buscava prevenir e neutralizar suas potencialidades político-organizativas e reivindicatórias para que não fossem acentuadas, ainda mais, a conflitividade entre capital e trabalho. Tentando, então, minar a “promiscuidade e coeducação” (ibidem, 276) advindas das forças e organizações tidas como subversivas, os Assistentes Sociais, a partir do objetivo institucional para que eram requisitados pelo Estado e pelo empresariado, auxiliavam no apassivamento e cooptação das lutas sindicais, tentando sujeitar os trabalhadores à inércia político-reivindicatória e ao aprofundamento da dominação burguesa.

O meio operário era visto como um dos fatores que contribuíam para desorganização familiar, fosse pela promiscuidade, pela imoralidade,

¹⁴⁷ “As técnicas sociais que acompanham e fazem parte desse investimento no fator humano estão assim voltadas para a inculcação e reforço das determinações subjetivas do trabalho e do trabalhador para a sua produção, conservação e reprodução enquanto mercadoria Força de Trabalho.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.281);

¹⁴⁸ “Esse tempo livre é um tempo em que o proletariado não está produzindo seu salário — isto é, sua subsistência e de sua família —, é o tempo em que o proletariado tem para viver sua própria existência e, concomitantemente, recuperar-se física e mentalmente. O empreendimento de educação e lazeres para as classes populares se volta justamente para a ocupação desse tempo resgatado ao capital. Para ocupá-lo de uma forma que neutralize, que esterilize seu conteúdo de autonomia e relativa liberdade.” (ibidem, p.304);

enfim pela ignorância que, numa visão elitista, revela-se nesse ambiente. [...] O discurso do meio e suas terríveis influências, constituiu –se partir de duas lógicas: uma onde lar seria oposto a rua (lugar que levaria ócio , ao crime , ao vício e à vadiagem) e outra, na qual Serviço Social tentava quebrar laços de solidariedade e reciprocidade — traço marcante do cotidiano das classes populares. (BACKX, 1994, p.89-90 apud MACHADO, 2015, p.319).

Inclusive, segundo Azevedo (1949), citado por Iamamoto e Carvalho (2014), a criação do SESI, enquanto extensão e maior sistematização de parte das atividades assistenciais inicialmente desenvolvidas pelo SENAI, respondeu política e institucionalmente a conjuntura que se abriu com o segundo pós-guerra e o fim do Estado Novo, numa clara “evolução da posição do empresariado relativamente à questão social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.283) naquele período. Como vimos no item anterior deste trabalho, o contexto que se delineou na sociedade brasileira com a redemocratização foi marcado pela exponencial organização e mobilização dos sindicatos de trabalhadores e dos movimentos populares, sob forte influência progressista dos comunistas. Com a maior publicização das expressões da questão social através de sua determinação política, ou seja, com o desenvolvimento das lutas sociais das classes exploradas e subalternas, tornando mais públicos e visíveis os conflitos estruturais de classe e suas expressões, a reação da burguesia industrial e do Estado encontrou na fundação do SESI uma grande possibilidade de contraponto político à movimentação da classe trabalhadora naquele período de ampliação “restrita” das liberdades democráticas¹⁴⁹. Aliás, a grande capacidade do SESI no oferecimento de serviços assistenciais, poderia ser

¹⁴⁹ Azevedo (1949), um conservador militante da Ação Social Católica e atuante na direção do SESI, discorrendo sobre o contexto sócio-político do país e as motivações que conformaram o objetivo assistencial e político-interventivo do SESI, pontua que: [...] o período que então atravessamos era de grandes agitações estimuladas pela redemocratização do país. O Partido Comunista, que tudo prometia às massas explorando-lhes os recalques e misérias, a fim de recolher no fichário para a hora oportuna as mínimas forças individuais restantes e dispersas — tudo fazia para poder contar, mediante uma organização militarizada e bem distribuída, com a energia total necessária para a subversão social visada, que certamente lhe daria o somatório final dos movimentos infinitesimais. Mas, ao mesmo tempo, a ocasião era propícia a um movimento coordenador das atividades assistenciais das indústrias, congregando os esforços, disciplinando e uniformizando os serviços já instalados por iniciativa privada, e distribuindo por todos não só os beneficiários da assistência ao trabalhador, como também os encargos de seus custos, que anteriormente recaíam em pequeno grupo de empresas dirigidas por homens de mais largos horizontes”. (s/p apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.290);

dirigida, assim como era, para a persuasão de trabalhadores e “para a sustentação e articulação de lideranças sindicais pelegas comprometidas com a campanha anticomunista no interior do movimento operário” (ibidem, p.294).

A aptidão autoritária e anticomunista das classes proprietárias e do Estado brasileiro, assim como vimos, mais uma vez aflorada no contexto de mobilização sindical e popular da segunda metade da década de 1940, representou na institucionalização do Serviço Social o reforço do conservadorismo e do disciplinamento social das classes subalternas na dimensão ético-política da profissão. Vinculando sua institucionalização profissional à potencialização dos interesses históricos de manutenção da ordem e controle social do proletariado, o Serviço Social se apresentou na dinâmica da luta de classes como um importante “instrumento político-repressivo” (ibidem, p.297) que, combinando consenso e coerção, pudesse atuar na contracorrente das autônomas organizações e mobilizações da classe trabalhadora. Sob a defesa da suposta “neutralidade” interventiva da profissão, que, nada mais, nada menos, buscava o ilusório bem comum da sociedade e a enganosa “paz social”, a posição de classe assumida por seus agentes profissionais se expressava concretamente nas ações políticas e ideológicas que, apoiados pelo aparato material dos equipamentos assistenciais, executavam sobre as classes exploradas e marginalizadas, compactuando com o discurso toscamente anticomunista¹⁵⁰.

[...] além das transformações na retórica do discurso oficial do Serviço Social, solidifica-se uma adesão ao capitalismo em sua etapa

¹⁵⁰ Como pontuamos no decorrer da seção anterior, o discurso anticomunista que é gestado no seio autoritário da formação social brasileira, e que se desenvolve com o processar da história capitalista no país, se expressa diante qualquer especulação de democratização efetiva da vida nacional por parte das classes subalternas. Afinal, a volição reivindicatória democrática dos movimentos sociais até então, mesmo sob influência do PCB, não apresentava nenhuma construção programática de transformação radical da ordem burguesa. Apesar do contexto internacional de desenvolvimento de Repúblicas Socialistas centralizadas pela Revolução Russa, o ápice reivindicatório do polo do trabalho na luta de classes da realidade brasileira, se referia à uma espécie de ruptura com as piores tradições da formação social e econômica do Brasil, através da construção de um desenvolvimento nacional-democrático para o país, ainda sob o modo de produção capitalista. Assim, esse histórico discurso anticomunista que permeia a realidade brasileira, se reforça e se ressignifica pelas próprias necessidades do desenvolvimento internacional do capital, mesmo não havendo, de forma iminente, qualquer tentativa sólida e articulada de revolução social por parte da classe trabalhadora no país;

de aprofundamento industrial urbano. O desenvolvimento capitalista, visto apenas como desenvolvimento necessário da sociedade, acarretando como preço a ser pago pelo progresso o agravamento da questão social — a negação ideológica de alternativas não capitalistas — estará no centro dessa questão. Permitirá à formação cristã-humanista do Assistente Social fundir-se ao caráter mais social que assume o capital, pondo-o a serviço das instituições que atuam segundo esse novo sentido. Representará também a solidificação da adesão ideológica à racionalidade capitalista, que levará à progressiva substituição do antigo binômio de socialização e controle social, “Igreja-Família”, por um novo trinômio, “Escola-Indústria-Família”. (ibidem, p.282)

Essa adesão objetiva do Serviço Social brasileiro ao capitalismo, que se processa em seu desenvolvimento profissional, além de abranger algumas particularidades que brevemente apontamos, também está envolvida com o processo global de desenvolvimento das relações de produção capitalista e da própria sociabilidade burguesa. Inclusive, neste processo global de expansão e generalização das relações sociais capitalistas, em que o Serviço Social é requisitado enquanto uma profissão especializada na racionalização de respostas às expressões da questão social, a dinâmica própria do movimento do capital é quem possibilita e insere o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo, nos marcos desta sociedade. Então, podemos compreender o exercício profissional do Serviço Social enquanto atividade subsidiária e auxiliar na reprodução material e espiritual da classe trabalhadora, exercendo sobre ela o controle social necessário aos interesses dominantes, a partir do que Costa (2015) e Abreu (2016) escrevem, ambos referenciados pelo pensamento gramsciano, sobre a vinculação dos padrões de sociabilidade com o processo produtivo capitalista¹⁵¹.

¹⁵¹ Segundo os referidos estudiosos, com a inauguração capitalista do padrão de produção e acumulação baseado no taylorismo-fordismo, cujo desenvolvimento assume particularidades específicas na realidade brasileira, e o conjunto das relações sociais transcorreu-se inseparavelmente daquele padrão produtivo. Assim, a nova racionalidade da produção, indo além da introdução de novas tecnologias produtivas, estabeleceu uma nova política de controle social e gerencial do trabalho, incidindo, dessa forma, nas relações de reprodução social. O controle minucioso do tempo de trabalho e, também, da vida dos trabalhadores, para o objetivo da produção em larga escala e aumento da acumulação capitalista, contou com uma engenharia social capaz de externalizar as relações da fábrica para o conjunto das relações de sociabilidade. Para isso, processos educativos e de disciplinamento social, marcadamente enquanto uma “pedagogia industrialista” (COSTA, 2015, p.80), foram alçados para mediar e difundir o processo de reprodução das relações sociais, reforçando a indivisibilidade da sociabilidade com o processo produtivo;

Dessa maneira, por mais que o caráter particular do Serviço Social brasileiro envolve as condições históricas e sócio-políticas de sua origem e desenvolvimento no país, vinculando-se tanto aos valores próprios da Igreja como às piores tradições da formação social brasileira, as exigências postas pela produção capitalista para o padrão de sociabilidade burguês permeiam e transpassam o Serviço Social, quando este é requisitado institucionalmente para participar das engrenagens de reprodução social desta sociabilidade¹⁵².

Assim, como vimos acima, se o Serviço Social brasileiro assume, enquanto atribuição profissional, institucionalmente requisitada pelo empresariado e pelo Estado, a participação nas condições de reprodução material e espiritual do trabalhador, por exemplo, através do SENAI e do SESI, pela função pedagógica e racionalizadora que a profissão é encarregada na reprodução das relações sociais capitalistas, ela também é requisitada extensivamente para intervir junto aos diversos estratos sociais marginalizados das classes subalternas — sejam eles socialmente aptos ou inaptos ao trabalho.

4.2. *Serviço Social e a Fundação Leão XIII: “é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam”*

Como vimos, a entrada da década de 1940 demarcou um reposicionamento do Estado e das classes dirigentes face às condições e necessidades de reprodução social na conjuntura brasileira. Honorato (2012) apresenta que a partir da transição

¹⁵² “O fenômeno estadunidense ampliou-se mundialmente. O padrão taylorista-fordista tornou-se um modo de vida naturalizado e tido como universal. A partir dos anos 1930, quando o Brasil se inseria num projeto de desenvolvimento urbano-industrial iniciava-se o processo de organização de uma pedagogia industrialista, que chegava às políticas públicas [...] — uma efetiva racionalização dos serviços públicos urbanos. [...] Esta racionalização seguia parâmetros ligados à forma de produzir fordista-taylorista, que, paulatinamente, eram absorvidas para diversos âmbitos da vida, inclusive, pelo Estado nas suas políticas públicas. Racionalizar seria expropriar do trabalhador o controle (ainda que parcial) sobre o processo de produção, assim como estabelecer uma moralidade e conduta social de valorização do cotidiano fabril, no que se refere ao controle do tempo de trabalho, forma de aproveitamento do tempo livre, religiosidade, tipo de participação política e fruição cultural.” (COSTA, 2015, p.80);

do terceiro ao quarto decênio do século passado, a ebulição social dos segmentos mais subalternos das classes populares, na demonstração econômica e pública da pauperização e da miséria, demandou do Estado o reconhecimento oficial da onda expansiva dos “focos” de pobreza e, portanto, dos territórios concentradores de miseráveis e desvalidos. Não era mais possível somente reprimir e remover, como no caso dos cortiços¹⁵³ desde o final do século XIX, ou simplesmente ignorar o processo ascendente de favelização dos morros no perímetro urbano.

As consequências do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira já se expressavam de forma latente no aumento da demanda habitacional nas cidades em contraponto à concentração de imóveis pelo capital especulativo, elevando os valores dos aluguéis e conduzindo as massas empobrecidas para o território da favela. Afinal, com o rebaixamento do valor real dos salários, a falta de uma política habitacional adequada ao inchaço dos centros urbanos diante as sucessivas correntes migratórias e, a exígua capacidade e alto preço do transporte público, restava para a população pobre e marginalizada a alternativa de aumentar a ocupação desordenada e “irregular” dos morros mais próximos aos espaços de trabalho.

[...] começava a ser voz corrente que nas favelas não moravam apenas bandidos e prostitutas: moravam também as empregadas domésticas, as lavadeiras, os porteiros, os pedreiros e um conjunto de outras pessoas que sobreviviam do atendimento das próprias demandas cotidianas das classes médias e do capital. (HONORATO, 2012, p.152)

Dessa maneira, o reconhecimento da favela como um problema social e urbano que deveria ser tratado pelas ações do poder público, mesmo mantendo a criminalização social daquele território de despossuídos enquanto expressão do racismo estrutural e do caráter elitista e antidemocrático das classes dominantes e

¹⁵³ “Caracterizado como verdadeiro ‘inferno social’, o cortiço era tido como antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social. Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços; em seguida, uma verdadeira ‘guerra’ que resultou na destruição do maior de todos, o ‘Cabeça de Porco’; e finalmente, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias.” (VALLADARES, 2000, p.7);

suas frações mais reacionárias, representou a preocupação estatal e do capital com os efeitos econômicos e políticos que a existência inegável do fenômeno da favelização provocaria para a própria reprodução do capital. O não reconhecimento social e político da favela, ou a interpretação e intervenção sobre ela somente como caso de polícia, através da expulsão violenta dos favelados de seus espaços de moradia, poderia desembocar no “aumento da pressão sobre os salários, ou mesmo gerar problemas de manifestações políticas indesejáveis no modelo político brasileiro de negação da cidadania” (HONORATO, 2012, p.152), em um contexto que já contava com mobilizações sociais por parte da classe trabalhadora nos maiores centros urbanos do país, especificamente São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do “Movimento pelo congelamento dos aluguéis”, em 1942, como aponta Gohn (2012, p.89).

Tendo em vista a condição favelada como algo significativo da vida urbana e visivelmente presente no crescimento das cidades, foram criadas agências¹⁵⁴ e organismos financiados pelo Estado e por particulares com objetivo de frear o fenômeno de favelização dos centros urbanos, através da própria erradicação da favela. Como exemplo marcante, citamos o caso emblemático do Rio de Janeiro, com a criação da Fundação Lar Operário Fluminense (FLOP)¹⁵⁵, em 1942, e de forma complementar às ações da FLOP, a “Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares na Capital” (HONORATO, 2012, p.145). Seguindo pressupostos parecidos com a FLOP, de expurgo da favela do meio urbano mas combinado com uma política de construção de casas populares, lembramos dos Parques Proletários (PP)¹⁵⁶, entregues oficialmente ao público

¹⁵⁴ Conforme Gomes (2007), “a Fundação Casa Popular, (1946-1964), criada no Governo Dutra, é o primeiro órgão nacional da área de habitação; sua ação, porém, foi limitada, pulverizada, pautada no clientelismo e autoritarismo.” (p.186);

¹⁵⁵ “[...] cabia à Fundação [Lar Operário Fluminense]: a) promover ação social contra as favelas, empreendendo a construção de casas higiênicas e confortáveis, a serem locadas, mediante módico aluguel; b) dar assistência material, moral e espiritual aos habitantes das favelas preparando-os para o novo e melhor nível de vida a que tenham de passar (...) incorporando-os, enfim à classe proletária; c) proporcionar alimentação racional, socorros médicos, hospitalar e assistência judiciária; d) prodigalizar à infância e à juventude educação e instrução.” (HONORATO, 1987, p.134 apud HONORATO, 2012, p.145);

¹⁵⁶ Os Parques Proletários “[...] deveriam abrigar provisoriamente cerca de 300 mil favelados, sendo um estágio de espera até a urbanização de áreas em que os trabalhadores teriam acesso às moradias populares definitivamente urbanizadas. Inaugurados em 1942,

também em 1942. Segundo Costa (2015), a proposta edificada em torno dos PP, para a eliminação do “problema-favela” e dos sintomas sociais dessa “doença urbana”, deveria ser direcionada a partir de uma política de urbanização adequada aos olhos do capital: que articulasse condições de infraestrutura urbana higiênicas na promoção de moradias populares, mesmo que provisórias, e educação da vida cotidiana para a reintegração social e remodelamento dos hábitos sociais daqueles destinados aos Parques Proletários.

Ainda de acordo com Costa (2015), para o favelado ingressar nos Parques Proletários, ele deveria passar por uma investigação de sua vida pessoal e profissional, conduzida por Assistentes Sociais. Pela forte influência da Igreja no gerenciamento dos PP, as profissionais de Serviço Social, alinhadas com os valores das protoformas da profissão e respondendo às requisições institucionais do contratante, além de verificar a ficha criminal, o vínculo de trabalho e a referência ideológica do candidato e sua família, também deveria atuar na orientação sobre os ganhos e gastos financeiros das famílias, na educação e escolarização dos membros dos PP, e na “intensa fiscalização sobre a vida cotidiana dos moradores” (COSTA, 2015, p.88). Também, era atribuído às Assistentes Sociais que policiassem as formas de organização política dos moradores, tendo em vista, inclusive, a fundação de um Comitê Popular Democrático dos Parques Proletários, na segunda metade dos anos de 1940, como aponta o referido pesquisador sob referência de Oliveria (2014).

Após a conquista do apartamento, o jovem das favelas, segundo Victor Moura, deveria *ser reeducado e despertado o seu espírito associativo através dos clubes operários e a ação de assistentes sociais*. Estimulava-se a organização política e religiosa dos moradores, desde que estivessem alinhados ao espírito da Igreja Católica e das diretrizes administrativas do Parque. (COSTA, 2015, p.88, *grifos nossos*)

ao todo foram 3 Parques Proletários construídos (Gávea, Caju e Leblon), abrigando cerca de 4 mil moradores das favelas: Capinzal, Largo da Memória, Praia do Pinto e Jockey Club. Contudo, a promessa de moradias permanentes, devidamente urbanizadas, não se tornou realidade e muitos continuaram morando nos parques e outros acabaram mudando devido à pressão da especulação imobiliária.” (COSTA, 2015, p.86);

Nesse contexto de criação de políticas públicas voltadas para a construção de habitações populares no enfrentamento da favela e enquadramento social das classes subalternas, tornava-se imprescindível o conhecimento acerca dos territórios e seus ocupantes que sofreriam a intervenção planejada das agências subsidiadas pelo Estado e forças conservadoras. Esse necessário diagnóstico da favela, envolvendo os aspectos humanos, sociais, econômicos, políticos e de infraestrutura, para subsidiar a ação operativa sobre o território favelado e seus sujeitos, deveria ocorrer para o efetivo atendimento dos interesses do capital, seja na viabilização de respostas assistenciais para reprodução da força de trabalho superexplorada e seu devido enquadramento social, seja na prevenção da expansão da favela para que não fossem afetadas áreas de interesse do capital imobiliário.

A partir de Valladares (2000), Gomes et al. (2012) recorda de dois estudos pioneiros que envolveram a questão das favelas em meio a conjuntura de urbanização dos anos de 1940. Além do “relatório do médico Victor Tavares de Moura [*proponente dos Parques Proletários*], publicado parcialmente em 1943, intitulado Favelas do Distrito Federal” (p.136, *grifos nossos*), Gomes et al (2012) destaca “o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro no ano anterior (1942), com o título *Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela*” (p.136, *grifos nossos*), de natureza etnográfica. Recorrendo a Honorato (2012), podemos verificar em um trecho do trabalho de Maria Hortência a preocupação dos profissionais de Serviço Social da época com o fenômeno da favela, tendo em vista a requisição profissional por parte do Estado para lidar com essa questão, que também interessava ao poder público:

A favela é um problema econômico como é, por exemplo, tuberculose. Evidentemente parece fácil externar conceitos a respeito de um e de outro, e ainda agora a reunião do Rio, de um Congresso de Urbanismo, tornou oportuna a revivescência de uma velha ambição de acabar com as habitações anti-higiênicas espalhadas pelos morros. Essas realmente enfeiam a cidade. Muito pior e mais grave, porém, do que sua contribuição para turbar a majestade estética da Capital do Brasil, está a circunstância de encerrarem as favelas um ou vários problemas econômicos e sociais, de maior amplitude. (SILVA, 1942, p.35 apud HONORATO, 2012, p.156-157)

Este último estudo, apesar de ser caracterizado pelo julgamento moral e alinhado à ideologia dominante de estigmatização da pobreza naquele período, representou uma análise descritiva da situação das favelas à luz da prática do Serviço Social nestes territórios, expandida profissionalmente a partir da segunda metade daquela década por intermédio da Fundação Leão XIII. Valladares (2000) recorda que, antes mesmo do início da intervenção sistemática do Serviço Social no interior das favelas, “as assistentes sociais sabiam que era fundamental conhecer a população para realizar um trabalho social eficaz (p.21)”. Citando o pioneiro trabalho de Maria Hortência, Valladares (2000, p.21) apresenta:

A primeira vez que o Serviço Social tentou resolver o problema do Largo da Memória foi em outubro de 1940. A assistente social da Prefeitura, formada pelo Instituto Social, D. Maria Luiza Fontes Ferreira, que muito se interessava pela questão das favelas, pensou aí construir um Centro Social que se instalaria num barraco, bem ao alcance dos favelados. *Para basear seu plano em dados concretos, realizou um minucioso recenseamento dos habitantes do Largo da Memória, auxiliada por funcionários da Prefeitura.* (SILVA, 1942, p. 43 apud, *grifos nossos*)

Outro trecho do Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Hortência que merece destaque, é uma passagem em que a autora realiza uma descrição da favela e da pobreza naquele período, sendo realista ao seu tempo como pioneira. Apesar do discurso moral, próprio de sua época, a precursora detalha:

No Rio, cidade de coloridos e galas exuberantes, a luz forte que ressalta a graça inconfundível de uma natureza inigualável faz da favela um grito ainda mais dissonante, que se destaca na afinação maravilhosa de tanta riqueza e tanta graça. [...] Talvez seja por isso que nossas favelas pareçam mais miseráveis e sórdidas do que todas as outras. [...] É uma pobreza tremenda que se abriga naqueles barracos remendados, um abandono assustador que confrange o coração dos que penetram neste mundo à parte, onde vivem os renegados da sorte. [...] Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de miséria e privações; não é sua culpa se antes dele os seus padeceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e mandingas. [...] É de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cismando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar? [...] Para que ele o consiga, é preciso antes de mais nada curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de conforto

indispensável ao desenvolvimento normal da vida. (SILVA, 1942, p.7-8/p.62-63 apud VALLADARES, 2000, p.22)

Conforme Honorato (2012), devido a ausência de investigações sistemáticas que pudessem especificar e qualificar o “problema” da favela, e a carência de agentes profissionais para a operacionalização técnica do trabalho a ser empreendido junto às sequelas sociais do desenvolvimento urbano-industrial, o Prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, empenhou esforços para a criação da Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944)¹⁵⁷, atualmente Faculdade de Serviço Social da UERJ. E para dirigir a primeira Escola laica, oficial e gratuita do Rio de Janeiro, a pioneira Maria Esolina Pinheiro¹⁵⁸ foi convidada.

Se observarmos com mais vagar a sua criação, perceberemos que a Escola Técnica determinava o funcionamento dos cursos de assistente social, educador familiar, visitador social, nutricionista e puericultura. Ora, temos aí duas tendências claras: a primeira, visivelmente vinculada à questão da saúde pública (nutrição e puericultura); e a segunda, com as preocupações de intervenção social (assistente social e educador social), além de definir o curso de Visitador Social — equivalente ao criado pela Igreja em São Paulo e no Rio de Janeiro — como de nível técnico, bem como o de educador social, sendo o de assistente social, superior. [...] Existe uma ruptura fundamental entre os visitadoras sociais — posteriormente, assistentes sociais — gerados pela Igreja para o trabalho caritativo e missionário, redefinidos pela Doutrina Social, como o da PUC de São Paulo, e os curso de Serviço Social surgidos no Estado Novo, para o atendimento à nova lógica política do país. (HONORATO, 2012, p.147)

Tanto para exercer sua função pedagógica¹⁵⁹ no disciplinamento das classes subalternas e marginalizadas, como para racionalizar os recursos materiais-assistenciais “necessários” a responder as incômodas e mais visíveis expressões da questão social, que o Serviço Social brasileiro foi mobilizado profissionalmente para atuar nos territórios favelados — locais de moradia e

¹⁵⁷ “[...] foi sendo gestada desde 1939, transformando-se em faculdade em 1944, como desdobramento das ações do Juizado de Menores e do Laboratório de Biologia Infantil do Distrito Federal. [...] Tendo entre seus professores intelectuais públicos como Alceu Amoroso Lima e Roberto Lira.” (HONORATO, 2012, p.149).

¹⁵⁸ Sobre os contributos profissionais da Assistente Social pioneira, vinculada ao movimento da “Escola Nova” e, portanto, defensora da laicidade da formação e direção social da profissão no Brasil, consultar Machado (2015);

¹⁵⁹ Esta, ainda referenciada no conservadorismo, no ajustamento moral e na “ajuda” psicossocial, como afirma Abreu (2016);

resistência de parcela importante do que Marx (2017) caracteriza como “superpopulação relativa”. Se pouco antes o Serviço Social era requisitado para atuar nos Parques Proletários, agora, a profissão era chamada para agir sistematicamente no interior das favelas¹⁶⁰. Tal mobilização profissional ocorreu, inicialmente, através da Fundação Leão XIII (FLXIII)¹⁶¹, a partir de 1947, na cidade do Rio de Janeiro — um dos dois maiores centros urbanos receptores do fluxo migratório do país até então. O propósito dessa instituição socioassistencial, que requisitou profissionalmente os Assistentes Sociais, se referia ao oferecimento de políticas e serviços assistenciais nas favelas cariocas, para responder ao crescimento populacional e às implicações econômicas, políticas e culturais da favelização¹⁶², como afirma Costa (2015). Cabe aqui destacar, que era no contexto social e de vida dos segmentos marginalizados das favelas¹⁶³ em que as expressões

¹⁶⁰ “As variadas formas de expressão da articulação entre dinâmica socioespacial e desenvolvimento produtivo, evidenciadas desde o final do século XIX, fomentaram, então, reflexões contundentes em áreas do conhecimento tais como a geografia, a história e a arquitetura. Porém, à medida que tal saber foi adensado e divulgado, a atenção aos conflitos sociais estimulou a contribuição de outras ciências nos estudos da produção do espaço. O Serviço Social também se inseriu neste processo no decorrer de seu amadurecimento enquanto profissão estabelecida no bojo da dinâmica de afirmação do capitalismo.” (GOMES et al, 2012, 134);

¹⁶¹ Em 1947 “[...] oficializada por Decreto-lei da presidência da república — como primeira grande instituição assistencial que tem por objetivo explícito uma atuação ampla sobre os habitantes das favelas, que já nesse momento concentram parcela importante da população pobre dos grandes centros urbanos industriais. O âmbito de atuação dessa instituição — resultado de convênio entre a Prefeitura do Distrito Federal, Ação Social Arquidiocesana e fundação Cristo Redentor — serão as favelas da cidade do Rio de Janeiro (capital federal à época) [...]” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.298);

¹⁶² Sobre esse processo de crescimento urbano e favelização do Rio de Janeiro, Costa (2015), referenciado e Carvalho (2011), escreve que: “esta tendência tornou o crescimento das favelas exponencial. A desigualdade espacial que já era sentida desde o século XIX, tomou proporções de calamidade pública a partir dos anos 1930. Para se ter uma ideia de 1870 a 1890, a Capital Federal havia crescido 120,2% (de 235.381 a 518.292 pessoas), o aumento no número de residências, no mesmo período, cresceu apenas 74,3% (de 41.200 a 71.807). Apesar disso, foram mais de 1.800 prédios destruídos em regiões pobres, gerando algo em torno de 20.000 pessoas jogadas nas ruas em nome da modernização urbanística do Rio de Janeiro. Já no início dos anos 1940, estimava-se que existiam em torno de 60.000 barracos nas favelas do Rio de Janeiro. Além disso, a população da cidade veio crescendo numa proporção de 170.000 pessoas a cada cinco anos.” (p.70);

¹⁶³ Ainda sob o olhar próprio do pioneirismo laico do Serviço Social brasileiro, uma das precursoras Assistentes Sociais no Brasil, Maria Esolina Pinheiro, analisa as condições das favelas cariocas, no ano de 1939, quando publica o primeiro livro de Serviço Social no país, em que ela evidencia: “Os morros oferecem o aspecto miserável de seus habitantes. As casas de taipa cobertas de latas velhas, as madeiras podres, deixam nos temporais a chuva

mais severas da contradição estrutural entre capital e trabalho se apresentavam, com a proliferação de formas de sobrevivência balizadas pela miséria socialmente produzida pelo modo de produção capitalista.

O aprofundamento do capitalismo gera a formação de uma grande massa indeterminada de marginalizados de todos os tipos, cujo crescimento contínuo e comportamento desviante aparecem como um desafio, um elemento de anomia dentro da ordem burguesa. A indisciplina assume, assim, uma multiplicidade de formas que precisam ser controladas ou neutralizadas, que devem ser reduzidas a suas reais dimensões, ao mesmo tempo em que os aspectos mais gritantes da miséria social devem ser aliviados. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.306)

Com o avanço capitalista, a condensação das expressões da questão social nos territórios favelados, além de alertar o Estado e as classes dirigentes para a necessidade de “resolução” dessa “anomia social” em crescimento, também chamou a atenção da Igreja Católica por conta de sua nova Doutrina Social, que orientava teologicamente a ação sistematizada do bloco católico no reordenamento dos costumes e valores abalados pelas novas condições da realidade social. Dessa maneira, a incorporação dos favelados como público alvo das residuais ações de “cidadania”, em que a Fundação Leão XIII se propunha a realizar, adveio da interlocução prática e ideológica entre os interesses do Estado e da hierarquia católica, com forte influência da segunda. Afinal, como vimos, como componente do movimento de reação católica, a Igreja prezava pela intervenção restaurativa junto às classes populares acometidas pelas consequências dos “descaminhos” da industrialização. Assim, orientada pelas encíclicas sociais do Vaticano, a jornada católica rumo aos territórios urbanos miseráveis se apresentava como missão social para combater os desvios liberais e as ameaças comunistas, que produziam de forma exacerbada a condição de pauperização dos “irmãos” desajustados. No entanto, como reforça Costa (2015), apesar da Igreja localizar o liberalismo como seu opositor no novo padrão de sociabilidade, era o espectro do comunismo que ela se propunha a combater ferozmente em todas as instâncias da vida social e,

lavar o chão de terra batida. No verão, o calor é escaldante não permite aos moradores uma noite reconfortante, para os trabalhos exaustivos na luta árdua do pão de cada dia. Sem higiene, sem água, sem leite, mal alimentada, mal tratada, essa pobre gente ainda é muito. Dá além do que pode para o bem comum.” (PINHEIRO, 1985, p.22);

principalmente, em sua jornada redentora pelas favelas cariocas — expressão também do contexto de Guerra Fria. Costa (2015) cita o protagonismo do Bispo Dom Jaime de Barros Câmara¹⁶⁴, a partir do lançamento do Manifesto do Episcopado (1945), onde afirma que: “a elevação do proletariado, na sociedade contemporânea, é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais” (REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA, 1945, p. 709 apud p. 127); e que sob esta “perspectiva, assumia que havia uma mudança fundamental na sociedade, em que a propulsão política e cultural do proletariado era incontornável, de modo que o capitalismo deveria ser humanizado através dos trabalhos sociais.” (COSTA, 2015, p.127).

Desse modo, como vimos que a criação do SESI se constituiu enquanto uma tática política e institucional das classes industriais e do Estado para responder o contexto social de efervescência das lutas sociais e organizações populares, a criação da Fundação Leão XIII¹⁶⁵, sob tutela clerical e com apoio de parte de seu apostolado social, mas contando prioritariamente com agentes profissionais e o subsídio do Estado e do setor privado, também representou uma resposta politicamente ofensiva ao período de mobilização social das classes trabalhadoras e subalternas. A partir de Mattos (2008), Costa (2015) apresenta que devido ao desenvolvimento do modo de vida urbano-industrial neste período, a potencialidade e as possibilidades de insurreições populares e faveladas se agudizavam a partir do conflito de classes e suas frações na disputa pela cidade — algo que vinha se desenrolando desde a transição do século XIX para as primeiras décadas do século XX, como apresentamos na seção anterior. Assim, a crescente capacidade organizativa e de mobilização social dos segmentos populares e marginalizados tornavam-se hostis aos interesses das classes dominantes urbanas e das forças sociais conservadoras, como o caso da Igreja. Importante recordar ainda, como vimos na seção anterior, que a potencialidade e capacidade de mobilização popular

¹⁶⁴ Referenciado da obra de Valla (1986), Costa (2015) diz que o Bispo Dom Jaime, “[...] grande referência católica nos altos escalões de poder, dedicava-se a questão das favelas no Rio de Janeiro e liderou essa discussão teológica de recatolização. Fez parte, inclusive, da junta interministerial do Governo Gaspar Dutra que debateu alternativas para a questão das favelas.” (p.127);

¹⁶⁵ “A FLXIII representava a repactuação, ainda que sujeita a diversas tensões, entre o bloco de poder dominante, que colocava os católicos como intermediadores prioritários do Estado nas ações públicas sobre as favelas.” (COSTA, 2015, p.130)

desenvolvida na década de 1940 se processou sob forte influxo das forças do PCB, que, inclusive, havia saído vitorioso com o resultado das eleições¹⁶⁶ de 1947. Porém, neste mesmo ano foi colocado na ilegalidade pelo Governo Dutra, tornando o caminho mais aberto para as ações da Fundação Leão XIII nas favelas.

Para adequar socialmente os “maus costumes” e a “desviância” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014) que se generalizavam no território “imoral” das favelas, os Assistentes Sociais, contratados pela Fundação Leão XIII, e sob seu aparato material-assistencial, buscaram se contrapor interventivamente à organização e mobilização autônoma dos trabalhadores favelados, principalmente nos morros que já havia presença dos Comitês Populares Democráticos, como afirma Costa (2015). Afinal, “a ideia de subir aos morros antes que os ‘vermelhos’ o fizessem” (ibidem, p.127) além de ser estimuladora para a criação da FLXIII, era uma constante nas ações dessa entidade socioassistencial, em que pairava o discurso anticomunista¹⁶⁷.

A partir dos Centros de Ação Social (CAS)¹⁶⁸, localizados nos complexos de favelas que a FLXIII atuava, agentes profissionais, com destaque para os Assistentes Sociais, operavam o conjunto de serviços socioassistenciais, ajustando à população “cliente” e, muitas das vezes, a partir de um estudo técnico e social das favelas, preparavam o caminho para as remoções dos moradores diante a ação

¹⁶⁶ “Na Rocinha, dos 4.300 votos, cerca de 2.300 seriam votos comunistas. As indicações do PC chegam 72 horas antes da eleição. Suas teses: o favelado é dono da terra onde mora. Deve ser dada e não cobrada. É preciso socializar a favela.” (SAGMACS. 1960, p. 2, I apud COSTA, 2015, p.172);

¹⁶⁷ “O contexto da Guerra Fria era uma forte influência sobre o Brasil, unindo os setores conservadores em torno do anticomunismo. Os católicos, da figura da FLXIII, também assumiam como tarefa extirpar o comunismo das favelas, ganhando assim a simpatia da classe média conservadora e da classe dominante.” (ibidem, p.131);

¹⁶⁸ “Os Centros e Agências de Ação Social são a célula mater de todo trabalho social a ser feito nas favelas, antes, durante e depois de sua extinção, acompanhando as famílias, estudando-as, educando-as, sobretudo para uma vida melhor, o que, entretanto, leva alguns anos até ser conseguido” (Estatuto Leão XIII, 1947 apud COSTA, 2015, p.137). “No primeiro momento da FLXIII foram criados os seguintes CAS e Agências Sociais Provisórias: Centro de Ação Social 1, Cardeal Jaime Câmara (Barreira do Vasco); Centro de Ação Social 2, Presidente Eurico Gaspar Dutra II (Morro de São Carlos); Centro de Ação Social 3, Carmela Dutra (Morro do Jacarezinho); Centro de Ação Social 4, Oswaldo Cruz (Morro dos Telégrafos); Centro de Ação Social 5, Padre Anchieta (Morro do Salgueiro); Centro de Ação Social 6, São José (Rocinha); Agência Social Provisória 1, Ana Nery (Praia do Pinto); Agência Social Provisória 2, Machado de Assis (Cantagalo).” (COSTA, 2015, p.134);

violenta do Estado a serviço do capital imobiliário. Costa (2015) afirma que a possibilidade permanente de haver remoções¹⁶⁹ de famílias faveladas, com a destruição de seus barracos, era utilizada pelos Assistentes Sociais enquanto ameaça para que os favelados fossem passivos ao processo de enquadramento social e moral, e não canalizassem suas indignações para os motins e rebeldias sociais.

Sobre a intervenção ajustadora e disciplinadora do Serviço Social nas favelas a partir da FLXIII, Costa (2015) também pontua que “o ofício de assistente social reconfigurava a relação entre coerção e consenso nas políticas públicas, em que forjava uma complexa educação de convencer reprimindo e reprimir convencendo” (p.152). Além da utilização do coercitivo instrumento de “inquérito social”¹⁷⁰, que remete ainda a presença da dimensão autoritária e policialesca no trato com a questão social, combinava-se técnicas e ações de persuasão da função pedagógica que a profissão desenvolvia, à luz de uma moralidade “restaurativa”. A educação popular de perspectiva conservadora, diferentemente do que sustentava às ações educativas e de alfabetização organizadas pelos Comitês Populares Democráticos, era um instrumento essencial para que o Serviço Social colocasse em ação o convencimento “coercitivo” das massas marginalizadas.

¹⁶⁹ “Hoje, ainda em várias favelas, diz-se que a Fundação vive se metendo na vida íntima dos favelados e, se suas visitadoras virem um prego a mais no barraco obrigarão os favelados a retirá-lo. A Fundação passou a manter severa vigilância sobre a favela. Manda destruir qualquer melhoramento no barraco e deitar por terra todo barraco novo construído sem licença. Dizia-se que a Fundação queria manter o favelado nas piores condições para continuar seu trabalho e pleitear verbas do Governo (Aspectos Humanos da Favela Carioca. Estudo socioeconômico da SAGMACS. O Estado de São Paulo. Suplemento. São Paulo, abril, 1960, p. 8, 24-I apud COSTA, 2015, p. 152);

¹⁷⁰ “Essa nova técnica de inquérito social, que ganhou destaque com o desenvolvimento do então emergente campo do Serviço Social, esteve baseada nas seguintes regras, perfeitamente identificáveis no trabalho da Leão XIII nas favelas: aproximação circular das famílias, em que antes de entrar em contato com a família a ser assistida, era preciso coletar todas as informações de que dispusesse; interrogatório separado e contraditório, em que era sempre preferível que o visitador não convocasse seu cliente, mas fosse ao domicílio deste último e que tal visita fosse feita de surpresa e, finalmente, a verificação prática do modo de vida familiar, em que o visitador deveria falar e fazer falar o máximo que pudesse, utilizando técnicas que mobilizassem o mínimo de coerção para obter o máximo de informação possível.” (DONZELOT, 1986, p. 113-115 apud COSTA, 2015, p.152);

Segundo Machado (2015), como o “problema-favela” era encarado como uma circunstância de desorganização social e desordem moral que propiciava a aderência à “ideologias exóticas” (p.321), a ação do Serviço Social estava baseada na interpretação das expressões da questão social de forma naturalizada. As sequelas da condição de pauperismo e miséria que assolavam as massas subalternas, eram associadas às doenças da “alma” e do ambiente inóspito da favela. Por isso, sob uma interpretação higienista, encontrava-se na educação popular o caminho para o tratamento social e moral, utilizando-se da “[...] educação sanitária, educação alimentar, educação sexual, educação religiosa, profilaxia das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas etc.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.301). Afinal, de acordo com Gomes (2007), para os Assistentes Sociais daquele tempo, “[...] os moradores de favelas eram considerados inadaptados, incapazes, dependentes, exigindo, portanto, uma ação social” (p.184).

Nesta perspectiva, estava implícita a concepção de favelado analfabeto visto como **sanitariamente perigoso**, pois tinha tendência transmitir endemias. **Economicamente** nada representava e **politicamente** não podia incorporar a vida democrática, pois era visto como sendo suscetível às agitações demagógicas. Por isso a necessidade de amplo processo “educativo”. (MACHADO, 2015, p.321, grifos da autora)

Além de assumir “o sentido de levantamento moral das populações faveladas”¹⁷¹ (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.303), a educação popular conservadora promovida pela FLXIII através dos Assistentes Sociais, disputando educativamente e politicamente as camadas subalternas com o trabalho de base dos comunistas e forças progressistas envolvidas com os Centros Populares Democráticos, também se propunha preencher e disciplinar o “tempo do livre” dos trabalhadores para preservá-los das ideologias perniciosas ao funcionamento harmônico da ordem e ao desenvolvimento do “progresso” — inclusive, em um

¹⁷¹ “Afastando-se em seu conteúdo global da educação formal — apesar de incorporá-la em seus programas — o projeto de educação popular da Fundação Leão XIII assume o *sentido de levantamento moral das populações faveladas*. Projeto ao qual não é estranha — dentro do quadro da nova conjuntura política existente — a perspectiva do controle de massas semi-escolarizadas, tendo em vista a necessidade de legitimação do poder via processo eleitoral.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.303);

momento de disputa política pelo alistamento eleitoral¹⁷² das massas desescolarizadas, através das atividades de alfabetização. Iamamoto e Carvalho (2014), pontuam que as atividades de educação popular desenvolvidas pela FLXIII adquiriram, complementarmente, “uma novidade em seu arsenal [...], a *educação democrática*” (p.302). Compreendemos, nesse aspecto, que o recurso da “educação democrática” estava voltado para as atividades de alfabetização que objetivavam a construção de um necessário contingente de eleitores e supostos “cidadãos”, formados sob valores e princípios conservadores, na disputa ideológica com a verdadeira educação para a vida democrática, promovida pelos Centros Populares Democráticos. Afinal, a noção de democracia para o Estado, as classes dirigentes e forças conservadoras que demandavam e subsidiavam a intervenção planejada da Fundação Leão XIII, era distinta e antagônica à compreensão de democratização da vida social pelos comunistas e forças sociais progressistas, envolvidos no trabalho de base dos Centros Populares Democráticos.

Essa relação educativa e de convencimento dos agentes do Serviço Social com as classes subalternas, era prevista no próprio objetivo da FLXIII, pois, apassivada e “dominada” a favela, seria possível, então, encaminhar as ações¹⁷³ necessárias ao destino dos favelados e de seus territórios, como pode ser visto em uma nota da própria entidade:

Antes de tudo, é preciso compreender os favelados, ganhar-lhes a confiança prestar-lhes o serviço, desinteressadamente, isto é, sem nenhum outro intuito que não seja o de lhes fazer o bem, e isto não se efetiva senão convivendo com eles, participando de suas ansiedades, lá no seio das favelas, tornando-se amigo deles e lhes apontando caminhos novos para sua vida, atribulada... Antes de tudo ganhar confiança dos favelados na base da educação social, com um seguro critério de sinceridade (...) estabelecer no coração das favelas

¹⁷² “A constatação de que grande favelas dos morros cariocas (assim como das baixadas da periferia e dos subúrbios) poderiam transformar-se em *redutos eleitorais* do Partido Comunista do Brasil leva à mobilização, pelo Estado e hierarquia, de seu aparato assistencial para contrapor-se e consolidar seu controle sobre aquela população. [...] que aparecerá no plano do discurso como barrar o ‘avanço do comunismo’.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.300);

¹⁷³ Gonçalves e Campos (2019), constroem um breve “estudo de fichas registradas por Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII durante o período de 1945 até o final da década de 1950” (p.1), o qual auxilia na observação sobre o caráter apassivador e ajustador da profissão nas favelas do Rio de Janeiro;

um Centro Social, que atenda às necessidades de saúde, educação... Tomar contato com o povo, prestar-lhe serviços, “convencer” pela dedicação, até ganhar palmo a palmo a confiança da família... E, quando já houver um ambiente de sadio entrosamento dos “trabalhadores sociais” com os moradores das favelas será possível fazer-se um “dossiê” verídico de cada favela cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer resolver (Fundação Leão XIII, 1955 apud COSTA, 2015, p.136)

Encontrando nos Centros de Ação Social a unidade capaz de viabilizar esse “entrosamento” entre profissionais e favelados, a Fundação Leão XIII, sob intervenção majoritária dos Assistentes Sociais na perspectiva do “Serviço Social de Grupo”¹⁷⁴, através do “setor de Serviço de Comunidade” (ibidem, p.174), buscava incidir ainda mais na dinâmica comunitária das favelas através da criação de associações de moradores¹⁷⁵, ou pela disputa e conquista de agremiações já criadas¹⁷⁶, “chegando a controlar o registro das associações locais formadas, [...] assumindo o papel de braço da burocracia estatal dentro dos morros” (CUNHA, 2016, p.22). Então, quando criadas ou conquistadas, as associações de moradores das favelas, os CAS atuavam junto dessas organizações para que elas pudessem atuar como irradiadoras e multiplicadoras do levantamento moral das comunidades, prezando sempre que possível pela mobilização dos moradores para o exercício do

¹⁷⁴ Consultando a documentação da FLXIII (1955), Costa (2015) identifica que: “o Serviço Social de Grupo deveria inserir a FLXIII na dinâmica organizativa da favela, participando ativamente na constituição das associações de moradores. Os assistentes sociais eram agentes que permeavam as diversas esferas da vida do favelado, tendo capacidade de influir na vida da localidade intensamente, juntamente com o discurso religioso e a formação escolar.” (p.149);

¹⁷⁵ “Paralelamente ao Centro de Ação Social, porém, supervisionado por ele, pretendemos fundar uma agremiação capaz de congregar todos que vivem em torno do CAS, e de lhes proporcionar a oportunidade de participarem ativamente da direção de uma obra destinada ao bem comum: essa obra será a associação de moradores da favela. Sua atividade principal será cuidar do bem estar coletivo, organizando em colaboração com o CAS, campanhas educativas, financeiras, inquéritos etc, a fim de conhecer e resolver problemas inerentes à população de que fazem parte (ARAGÃO, 1947, p. 268 apud COSTA, 2015, p.138);

¹⁷⁶ “De 1947 a 1964 foram fundadas cerca de 75 associações de moradores. Tal proliferação de entidades civis não pode ser entendida como se fosse resultante exclusivamente da ação da FLXIII. A criação de associações foi um processo que já se desenhava desde as primeiras ocupações. Aos poucos, a cada luta, as organizações civis dos favelados foram sendo aperfeiçoadas e fortalecidas. No período da virada dos anos 1950 para os anos 1960, no entanto, as mobilizações ganhavam cada vez mais caráter classista.” (COSTA, 2015, p.261);

“bem-comum”, mas, sobretudo, possibilitando uma “elite” de favelados cooptados pela Fundação.

Segundo a Fundação Leão XIII, as associações de moradores deveriam desenvolver “[...] iniciativas capazes de mitigar, se não puder resolvê-los, os problemas que angustiam as famílias da favela, tais como: falta d’água, de esgoto, de habitação higiênica, de energia elétrica, de arruamento e calçamento, higienização do local etc...” (FUNDAÇÃO, 1955, p. 35 apud COSTA, 2015, p.174). Mas isso não quer dizer que foi através da colaboração e incentivo da FLXIII que as ações reivindicatórias das favelas, por melhores condições de vida, na disputa pelo acesso à cidade, emergiram. Pelo contrário, como afirma Costa (2015), ações coletivas desse tipo¹⁷⁷ resultavam “[...] de um acúmulo das resistências nas favelas desde o início destas ocupações tais como envio de cartas às autoridades públicas, mobilizações de rua, mutirões que enfrentavam ordenações contra a construção e reforma de barracos” (p.174). A incidência da Fundação Leão XIII nestes processos organizativos, cooperativos e reivindicatórios já existentes ou em iminência de acontecer, através de seus agentes sociais, incluindo o Assistente Social, surgia exatamente para direcionar e despolitizar as ações coletivas dos favelados. Pelas próprias palavras da Fundação, as necessidades apresentadas pelos moradores através de suas associações deveriam ser mitigadas, ou seja, atenuadas e “suavizadas”, pela ação solidária e cooperativa entre os próprios favelados. Obstruindo assim, a expansão e politização dessas necessidades e reivindicações, ao passo em que auxiliava a ocultar as responsabilidades do Estado para com esses territórios; tornava “natural” a condição marginal desses sujeitos e, portanto, reforçava a impossibilidade de conquista popular por direitos sociais, tentando redimensionar essas lutas sociais, mesmo que inicialmente econômico-reivindicatórias, para “fora” da dinâmica da luta de classes.

¹⁷⁷ Em relação à esse históricos processos coletivos de acúmulo de forças, Costa (2015), a partir de Mattos (2008), cita que: “o Centro Político de Melhoramento do Morro do Pinto (1925), a Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos (1937) são alguns exemplos destas formas de organização de trabalhadores, que tinham como fundamento a questão de classe, mas também a sua definição territorial a partir da favela.” (p.64); Sob referência de Gonçalves (2013), o mesmo autor aponta ainda que, até mesmo no final do século XIX: “moradores do Morro Santo Antônio, por exemplo, em 1897, utilizavam cartas endereçadas às autoridades municipais como último recurso contra as remoções.” (p.63);

No entanto, a concretude dessa tática de disciplinamento pela cooptação e despolitização não era nada fácil, pois, aquele período, como já pontuamos, contava com o crescimento das lutas sociais e das organizações populares e sindicais, o que dificultava o trabalho empreendido pelos Assistentes Sociais da FLXIII. Sobre a rivalidade que se edificava entre as ações políticas da Fundação e de seus agentes com as forças progressistas e movimentos sociais, destacadamente, neste caso, com o PCB, Costa (2015), cita um trecho do Trabalho de Conclusão de Curso da Assistente Social Maria Luzia Moniz Aragão, então diretora da Fundação Leão XIII, em que expõe:

Outras pessoas e outras Obras, entretanto, sentindo que o advento da Fundação Leão XIII representa para as suas pretensões uma perda de terreno que pretendiam conquistar para fins inconfessáveis, têm buscado por todos os meios e modos sabotar-lhe o trabalho. Destaca-se nesse mister o Partido Comunista do Brasil, que por meio de seus jornais, já por 3 ou 4 vezes tem procurado intrigar a FUNDAÇÃO e seus dirigentes com as populações das favelas. Tais tentativas não encontram ressonância, porém, entre as populações que têm sido atingidas pela atuação sincera e leal de nossos centros. Prova disso foi o insucesso que coroou a pretensão dos comunistas de fundar uma célula (A união Feminina da Barreira do Vasco) nas vizinhanças mesmo do CAS. Realizaram apenas uma única reunião, e assim mesmo sob a capa de obter banha em quantidade por preço barato para a população. Essa célula abortou nessa mesma reunião. (ARAGÃO, 1947, s/p apud COSTA, 2015, p.138)

Para resolver, então, as tentativas de "sabotagem" comunista às atividades educativas e "redentoras" da Fundação Leão XIII, e, também, pela mesma ação, livrar os marginalizados das causas da "desorganização" de suas vidas e comportamentos, a intervenção do Serviço Social, amparada pelo suporte material-assistencial disponível para o exercício de seu trabalho, mediou junto às camadas subalternas o acesso à "cidadania" — mesmo que restrita. O que possibilitava uma maior receptividade e menor hostilidade por parte da população "cliente", "já que, o assistente social, era aquele que poderia conseguir a vaga na escola, resolver problemas jurídicos, aconselhar para assuntos familiares, encaminhar para tratamentos de saúde, algo até então inexistente [...]" (COSTA, 2015, p.150) para a população favelada, principalmente para aqueles sem trabalho

formal e, portanto, sem acesso à “cidadania regulada”¹⁷⁸ pela formalidade do trabalho.

Também, no combate às ideologias perniciosas a tranquilidade social e ao progresso, portanto, na oposição certa aos movimentos sociais e mobilizações populares que pudessem difundir o ideário concebido como comunista, a FLXIII e seus agentes apostaram na educação profissionalizante como tática para prevenir a “perturbação subversiva” da força de trabalho. Ao mesmo tempo que poderiam mediar o acesso de parte dos favelados sem emprego à suposta “cidadania” através da qualificação técnica e encaminhamento ao mercado de trabalho, também garantiriam a devida ocupação laboral dos “clientes”, para que a mente vazia e desocupada daquela força de trabalho não se tornasse oficina do “diabo esquerdista”. Na triagem para o ingresso na educação profissionalizante, a força de trabalho era segmentada por gênero. Enquanto para as mulheres eram destinados cursos de culinária, costura e cuidados com o lar, afastando-lhes do espectro da “promiscuidade” feminina e fortalecendo a “inata” postura maternal, para os homens, o caminho era a aprendizagem industrial¹⁷⁹. O que para a Fundação, ao engendrar um sentimento de responsabilidade pessoal e “social”, a educação profissionalizante viabilizaria a elevação moral e material dos indivíduos e suas famílias, para que pudessem sair da condição desregrada e “incivilizada”.

Aqueles que insistiam em resistir às investidas disciplinadoras do Serviço Social nos territórios populares, eram tidos como desajustados de ordem moral e, para o funcionamento coeso e fluente daquelas comunidades, uma alternativa possível era o acionamento da ação diretamente coercitiva do Estado na remoção

¹⁷⁸ Apesar de ser uma expressão cunhada por Santos (1979), como demos nota anteriormente, o trecho de Nascimento (2006, p.44) sintetiza de forma didática: “cidadãos eram aqueles que pertenciam a uma totalidade econômica (produziam riquezas), totalidade jurídica (possuíam carteira de trabalho) e moral (compreendiam o trabalho como um dever e como um direito).”;

¹⁷⁹ Segundo Honorato (2012), a partir de uma análise do “Censo das Favelas — Aspectos Gerais, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística da prefeitura do Distrito Federal” (p.159), de 1949, dentre os trabalhadores favelados “[...] os maiores grupamentos por profissão declarada recaem nos trabalhadores industriais em geral (50,57% ou 24.862 pessoas), sendo que 10.573 trabalhando na indústria da construção civil, 18.919 no setor de serviços (24,21%) e 5.210 no comércio (10,35%).” (CENSO DAS FAVELAS, 1949, p.30-31 apud HONORATO, 2012, p.160);

dos “delinquentes incuráveis”. Então, identificados pelos Assistentes Sociais, os indivíduos desajustados “ficariam a cargo da autoridade policial competente, à qual caberia dar-lhes o destino conveniente, retirando-os do convívio das famílias pacatas e ordeiras, que muito lucrariam com o saneamento moral do local” (FUNDAÇÃO, 1955, p. 12 apud COSTA, 2015. p.151).

Mas para que não fosse necessário empenhar grandes esforços em saídas particulares e abertamente repressivas como esta, haja vista as reações políticas e de resistência dos outros moradores e, o propósito da FLXIII em estabelecer uma relação de confiança entre os agentes da instituição e a população “cliente”, era tributado na ação do Assistente Social a capacidade técnica e de superioridade moral para lidar diretamente no cotidiano da favela. De maneira que esse profissional se constituísse como um elo que conectaria, “amigavelmente”, a população favelada com a instituição interventora e os serviços assistenciais, para um efetivo “saneamento moral” através da utilização do máximo de consenso e do mínimo de coerção.

Sobre a demanda e reconhecimento do papel qualificado do Assistente Social na intervenção junto à realidade da favela e seus “problemas” sociais passíveis de tratamento, a profissional Julia Domingues Y Santamaría, atuante no morro da Providência, através da Obra de Fraternidade da Mulher Brasileira¹⁸⁰, apresenta em seu artigo “Serviço Social no morro da Providência (Favela)”, publicado ainda em 1947:

O Assistente Social é, sem dúvidas, a pessoa mais indicada para semelhante tarefa [melhoria da população das favelas], porque, além do preparo intelectual, deve ter boa formação moral e conhecimento dos problemas econômicos, médicos, jurídicos e morais. (SANTAMARÍA, 1947, p.249 apud HONORATO, 2012, p.156)

Mesmo que a atuação da Fundação Leão XIII se propusesse a reconhecer a situação das favelas como uma “questão social”, passível de ajustamento social e

¹⁸⁰ “[...] instituição particular criada para auxiliar no Esforço de Guerra, com a participação direta das empresas concessionárias de serviço público pertencentes ao Grupo Light e do Poder Público, com destaque para o Ministério da Justiça — através da AS Celina Portocarrero Slawinska e do Diretor da Penitenciária do Rio de Janeiro Tenente Caneppea -, preocupado com a família dos detentos, com a criação de Posto de Trabalho no morro da Providência.” (HONORATO, 2012, p.155);

moral através do convencimento e da “boa” educação, suas ações ainda estavam entrelaçadas pelo histórico tratamento repressivo e violento da pobreza. Costa (2015), referenciado em Valla (1986), nos mostra que o apoio das classes dominantes às iniciativas da FLXIII não se expressava como algo uniforme e uníssono sobre as estratégias de resolução do impasse social que constituía a favela. Havia segmentos mais reacionários das elites que compactuavam da ideia de extirpar violentamente as favelas do processo ascendente de urbanização. E para isso, o caminho que deveria ser destinado aos favelados seria a remoção e o retorno forçado para as áreas rurais ou para regiões cada vez mais distantes dos centros urbanos. A título de exemplo, Costa (2015) cita que no primeiro semestre de 1948, “o Ministro da Agricultura apresentou um projeto para a formação de colônias agrícolas destinada aos favelados” (p.175). No mesmo ano, segundo Cunha (2016), no calor da campanha conhecida como “A Batalha do Rio”¹⁸¹, caracterizada pela disputa sobre o destino da favela carioca, dentre os artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*, o jurista Carlos Lacerda, protagonista da referida campanha, chamava a atenção para a necessária intervenção remocionista que poderia “curar” o crescimento do “problema-favela” — este, na opinião do político e jornalista, sendo catalisado pelos interesses comunistas:

aqueles que não quiserem fazer um esforço sincero para atender ao problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-los como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampa de lata olhando o crescimento dos arranha céus. (VALLA, 1986, s/p apud CUNHA, 2016, p.19)

A desconformidade de posição entre as classes dominantes que sustentavam a ação praticamente monopolizada¹⁸² da Fundação Leão XIII nas favelas, se refletia na

¹⁸¹ “[...] inicialmente um conjunto de artigos [na imprensa, depois propostas e intenções que extrapolaram e conferiram novos significados à questão das favelas, apesar de ter desencadeado pouca ação [...]. A campanha foi iniciada com uma série de artigos de Carlos Lacerda, que ‘habilmente’ captou as contradições existentes em relação à habitação popular e buscou criar um espaço alternativo ao poder local e ao ‘contrapoder local’, que seria a força do Partido Comunista nas favelas cariocas.” (SILVA, 2005, p.64/p.128 apud ROCHA, 2010, p.7)

¹⁸² Pelo menos até meados de 1950, conforme Costa (2015);

postura socioassistencial da entidade, que não perdia de vista a perspectiva de remoção. Como vimos, para viabilizar os objetivos da instituição nos locais de moradia das classes marginalizadas, era preciso conhecer a dinâmica das favelas, levantando um “dossiê” de cada uma delas, para, assim, decidir os rumos que deveriam ser tomados. O que na maioria das vezes, era o reforço da ideia de urbanização a partir da segregação sócio-espacial, encaminhando a resolução dos problemas das favelas para a alternativa de construção de conjuntos habitacionais em regiões cada vez mais periféricas, haja vista os interesses da especulação imobiliária nas áreas ocupadas pelas favelas.

Retomamos também, a partir de Costa (2015), que a função dos Centros de Ação Social, além de oferecer serviços assistenciais aos moradores das favelas, e coesionar a dimensão comunitária desses territórios, sem abandonar o princípio de provisoriedade dessas ocupações urbanas tidas como irregulares, girava em torno de preparar socialmente o “terreno” para os processos de remoção habitacional. Assim como pontuamos acima, a ação dos Assistentes Sociais da FLXIII na vistoria das habitações das favelas era explicitamente fiscalizadora¹⁸³, para que não houvesse nenhum melhoramento nos barracos, pois caso isso ocorresse, dificultaria o trabalho de remoção das famílias. Estando o caminho previamente preparado pelas ações fiscalizadoras e ajustadoras dos Assistentes Sociais, as remoções, a depender da correlação de forças sociais e políticas dentro e fora das favelas, eram planejadas pelo Departamento de Engenharia da FLXIII, atendendo, principalmente, aos interesses do capital imobiliário em desalojar as favelas que eram localizadas na Zona Sul, Zona Norte e no Centro da cidade. Processo de gentrificação que se intensificou entre os anos de 1950 e 1960, segundo Gonçalves (2013) apud Costa (2015) — por exemplo, com a remoção do Morro de Santo Antônio nos anos de 1950

¹⁸³ Essa ação fiscalizadora dos barracos, envolvida pela noção de provisoriedade das favelas, cumpria à risca o que havia sido estabelecido, em 1937, pelo Código de Obras, promulgado pela Prefeitura do então Distrito Federal: “Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.; # 1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.” (PDF, 1937, Código de obras de 1937, s/p apud VALLADARES, 2000, p.15);

e, na década seguinte, com o extermínio da favela do Pinto e da favela do Esqueleto.

Entretanto, o objetivo remocionista para as favelas encontrou inúmeras resistências pelo caminho. Costa (2015) lembra o caso da Barreira do Vasco, em 1948, quando não foi possível forçar a remoção dos moradores diante da forte organização política que era desenvolvida nesta comunidade, sob significativa incidência dos quadros comunistas. O que resultou na execução de um plano de urbanização para o local, mesmo que elaborado sob o viés de saneamento moral e controle social, expressos na nova arquitetura e na nova dinâmica urbana do espaço. Neste território favelado, existia uma coesa atividade do Comitê Popular Democrático local, assim como em outras favelas, como São Carlos, Jacarezinho e Cantagalo, mesmo após o Partido Comunista ser colocado na ilegalidade. Assim como vimos na seção anterior, isso demonstra que a organização política e a educação popular impulsionadas pelas entidades de base, os Comitês Populares Democráticos, surtiram o efeito de mobilização democrática esperado pelo PCB. O que, certamente, ia além da arregimentação eleitoral por parte dos comunistas, quando momentaneamente, entre 1945 e 1947, gozavam de legalidade partidária. Costa (2015), citando dados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (Ipeme), mostra que no ano de 1958, “26% dos favelados se definiriam enquanto comunistas” (p.91). A capacidade organizativa e o saldo pedagógico dos Comitês Populares Democráticos nas favelas, se expressou, também, na ampliação da organização política favelada através das autônomas associações de moradores em crescimento.

Durante a década de 1950, as lutas sociais dos estratos sociais marginalizados tomaram tal proporção que, no ano de 1954, foi criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF)¹⁸⁴, para aglutinar e articular os processos reivindicatórios e de

¹⁸⁴ “Já na reunião de oficialização da fundação da UTF, realizada em 1/04/1954 estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores e anfitriões do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas: Salgueiro, Formiga, Mangueira, Santa Marta, Macaco, Esqueleto e Coelho Neto. Nos três primeiros meses do ano seguinte, pelo menos mais seis favelas (Providência, Candelária, Jacarezinho, Juramento, Macedo Sobrinho e Alemão) também já contavam com suas respectivas

mobilização nos diversos morros favelados. Como continuidade do acúmulo histórico das resistências faveladas, que havia sido potencializado a partir das experiências dos Comitês Populares Democráticos na década anterior, a criação da UTF significou, no plano prático e político, a unidade favelada na resistência ao avanço do processo de remoção das ocupações. À medida em que a UTF desenvolvia ações de luta e enfrentamento, ela tornava-se também uma referência político-organizativa para outras comunidades, que foram se somando àquela entidade autônoma dos morros.

Mesmo em 1956, quando já estavam decorridos dois anos da fundação da UTF, a entidade continuava a demonstrar fôlego, com a instalação de novas entidades de base, como nos casos do Morro da Catacumba, da favela da Baixa do Sapateiro e do Morro do Telégrafo. Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando a UTF registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade. (PESTANA, 2013, p.63 apud COSTA, 2015, p.104)

Como resultado mais imediato da luta política e organizada das favelas a partir da UTF, no ano de 1956, foi aprovada a Lei das Favelas, que “congelou os despejos por apenas dois anos e muitas das desapropriações legalmente conquistadas não foram efetivadas pelos governantes daquele momento histórico” (PESTANA, 2013, p.75-76 apud COSTA, 2013, p.106). Dessa maneira, a correlação de forças do movimento popular das favelas incidia na política de remoção, tensionando-a politicamente, e cobrando do Estado o acesso a serviços públicos e direitos sociais. Inclusive, essa perspectiva assumida pela UTF se expressava no conteúdo dos estatutos¹⁸⁵ da organização, deixando nítidas as reivindicações por “cidadania”,

organizações de trabalhadores favelados, ampliando o raio de ação da UTF.” (PESTANA, 2013, p. 62-63 apud COSTA, 2015, p.103)

¹⁸⁵ “Conseguida a fixação dos favelados nos terrenos que ocupam, a União providenciará junto aos Governos ou autarquias, a urbanização e construção de casas operárias condignas e higiênicas, água encanada e esgoto, luz, escolas, postos de saúde, estabelecimento fornecedores de gêneros a preços acessíveis, cinemas, campos de esportes, bem como o direito de organizar seu próprio policiamento, com proibição da intervenção de quaisquer outras organizações policiais que não o seja em caso de flagrante delito ou auxílio solicitado.” (Projeto de estatutos da UTF apud COSTA, 2015, p.106);

complementando o embate político às ações planejadas de remoção. Costa (2015) também aponta que uma estratégia para maior capilaridade política da UTF nas favelas foi a constituição de “comissões de base por favela”, em que “[...] os próprios moradores escolheriam seus representantes e a agenda política a ser implementada” (p.107). Essas células organizativas da entidade autônoma de favelados, se propunham a equacionar as necessidades das favelas a partir de lutas reivindicatórias locais e articuladas¹⁸⁶, que ultrapassavam a dimensão mutualista e cooperativa entre os próprios moradores, mesmo que ações de mutirões também eram alçadas, principalmente quando o Estado não acatava as reivindicações imediatas do movimento de favelas. Ainda, segundo Gomes (2007), como um dos resultados do contexto de mobilização social do movimento de favela, no ano de 1957, foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal (CTF), como desdobramento do I Congresso dos Favelados do Distrito Federal, ocorrido naquele mesmo ano.

Dessa maneira, a União dos Trabalhadores Favelados, suas comissões de base e a CTF tornavam-se antagonistas da Fundação Leão XIII, principalmente quando esta instituição socioassistencial assumiu uma postura ainda mais repressiva e remocionista entre os anos de 1950 e 1960, como constata Costa (2015) referenciado por Pestana (2013).

[...] devido a esta capacidade de mobilização da UTF, a tolerância dos órgãos repressores a sua existência era cada vez menor. A perseguição aumentava da proporção em que a UTF ganhava mais expressão. Esta ampliação das formas de organização dos favelados tornou-se uma ameaça aos organismos pensados para serem os articuladores “oficiais” entre Estado e sociedade civil, tais como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião. Afinal, o discurso destas entidades e do governo era a negação da existência de classes ou mesmo a pacificação de classes como resolução dos problemas das favelas. Assim, a repressão sobre a UTF fez com que

¹⁸⁶ “13 favelas, apoiando a Campanha Contra o Aumento dos Bondes, tocada por sindicatos e entidades estudantis; a organização de um ato, na Rocinha, pela autonomia do Rio de Janeiro; o envio de uma delegação da UTF para os festejos de 1º de maio de 1956; e a participação, no mesmo ano, de favelados (aí incluídos representantes de favelas em que a UTF tinha atuação marcante, como Borel, União, Juramento e Alemão, entre outros) na Comissão Permanente de luta pelo congelamento dos preços e contra a carestia, composta também por dirigentes sindicais e lideranças estudantis, femininas e de bairros.” (PESTANA, 2013, p.89 apud COSTA, 2015, p.109);

a sua luta se tornasse caso de polícia. Até que, em 1957, as sedes da UTF em várias favelas foram fechadas sob a alegação de que não possuíam autorização e de que eram centros de conspiração comunista. (COSTA, 2015, p.109)

O referido autor denota que a partir da segunda metade da década de 1950, abriu-se a “segunda fase” de atuação da Fundação Leão XIII nas favelas cariocas. Englobando uma reorientação para o agir de seus agente sociais, como no caso do Assistente Social, as alterações interventivas da FLXIII, neste seu segundo momento, foram justificadas pela incapacidade da entidade em controlar o alastramento da favelização, assim como, por não conseguir efetivar sua pretensão em viabilizar aos favelados o necessário acesso à “cidadania”. Dessa forma, a instituição que, até então, monopolizava as intervenções socioassistenciais aos favelados, foi perdendo a confiança e a convicção que parte das classes dominantes havia depositado em sua proposta interventiva para resolver o problema das favelas. Também, pelo acirramento das lutas sociais e a expansão das organizações de moradores de favelas, o próprio público alvo da Fundação Leão XIII se mostrava descontente e mais hostil, canalizando a insatisfação com a ação política da entidade para os processos autônomos de organização e mobilização popular. O que reforçava o descrédito da FLXIII junto das classes dominantes e do Estado, por não conseguir prevenir e impedir o crescimento político-organizativo das classes marginalizadas e, portanto, a sua participação no acirramento da luta de classes naquele período. Assim, a Fundação Leão XIII teve de se anexar mais diretamente na institucionalidade do Estado, incorporando uma maior atenção ao crescimento das organizações faveladas, para responder coercitivamente ao ascendente processo de luta popular nas favelas, através do reforço da política de remoção. Essa perspectiva mais coercitiva assumida pela Fundação Leão XIII, além de advir da preocupação estatal em conter a dinamização da luta de classes, também foi corroborada pela pressão dos setores mais conservadores da burguesia, que ainda defendiam a política de extirpação das favelas através das remoções forçadas.

No entanto, a postura forçadamente remocionista tomada pela FLXIII diante as circunstâncias de pressão, não obteve o resultado esperado pelo Estado e pelas classes dirigentes, tão pouco conseguiu ecoar vigorosamente no disciplinamento

sistemático e na cooptação de organizações de base do movimento popular nas favelas, como conseguia realizar junto às associações de moradores anteriormente, mesmo imersa em conflitos com as forças progressistas. Ao fim e ao cabo, como diz Costa (2015), “a Fundação não tinha mais a mesma legitimidade política que desfrutava no seu início” (p.256). Cunha (2016) registra que no final da primeira metade de 1950, a FLXIII reduziu suas ações de mobilização social e moral junto aos favelados, dando ênfase em atividades burocráticas como: “os trabalhos de vistoria, a fiscalização de obras e o serviço de conservação, que vão se tornando as atividades mais importantes de seu departamento técnico” (p.22). Deixando então, o caminho mais aberto para a intervenção de outras instituições, que também contavam com a presença de Assistentes Sociais no disciplinamento das favelas, como foi o caso do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA)¹⁸⁷ e da Cruzada de São Sebastião¹⁸⁸.

Segundo Gomes e França (2012), no início da década de 1960, o SERFHA, que havia passado por uma reformulação e recomposição de quadros, desempenhou um trabalho de mobilização e estímulo às associações de moradores dos morros cariocas, prezando pela “autonomia” dessas organizações, além de ter voltado suas intervenções para “dar orientação, informação legal, assistência financeira, social e outras formas de ajuda técnica” (p.175) para as populações da favela. Mas apesar de um certo avanço no trato com a favela, as ações do SERFHA

¹⁸⁷ “[...] surgia em 28 de agosto de 1956, através do Decreto nº 13.304, assinado pelo prefeito do Distrito Federal, Francisco Negrão de Lima. O serviço funcionou como uma forma de interlocução entre os governos e as entidades civis da Igreja Católica, a FLXIII e a Cruzada São Sebastião e, acima de tudo, uma válvula de escape diante da ampliação dos conflitos nas favelas.” (ibidem, p.261);

¹⁸⁸ “A Cruzada São Sebastião não era uma opositora à Fundação, pelo contrário, muitas foram as parcerias entre as duas entidades católicas no desenvolvimento de políticas públicas para as favelas. [...] Sua diferença era uma inclinação ainda maior para a mediação pelo consenso (comparada à FLXIII) e a perspectiva de urbanizar a favela ou construir conjuntos habitacionais próximos às favelas, como foi o caso do conjunto Cruzada. No entanto, cabe lembrar que esta entidade também mantinha a perspectiva autoritária e remocionista nos seus planos, afinal, dos 7.000 moradores da Praia do Pinto, apenas 4.747 foram agraciados com os apartamentos do conjunto Cruzada, no Leblon. [...] A Cruzada incentivava um método de administração baseado num Conselho de Moradores, em que cada apartamento teria direito a um voto, contudo, ainda se mantinha a proibição de reuniões políticas, ou seja, iniciativas que postulassem autonomia em relação aos desmandos da entidade, principalmente aquelas influenciadas pelos comunistas.” (COSTA, 2015, p.256-257);

significaram um movimento em que “a ‘tutela da favela’ passa da Igreja para o Estado” (ibidem), mantendo, assim, as estruturas dos objetivos de ação sobre os favelados e suas chagas sociais, como o próprio nome da instituição expressa — um serviço para *recuperar as habitações anti-higiênicas* e, portanto, os seus habitantes. Segundo Gomes e França (2012, p.175), quando acontece a referida reestruturação do SERFHA, quem assume o cargo de diretor da instituição é José Arthur Rios, que segundo Ammann (2013), foi um intelectual adepto à teoria sistêmica e compreendia para a educação comunitária “o combate a ‘ideologias indesejáveis’ como o comunismo, e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças locais” (p.62). Ainda, essa atuação do SERFHA somente foi possível quando “a história da pesquisa das ciências sociais nas favelas tem o seu marco inicial” (VALLADARES, 2000, p.25).

Importante salientar, conforme Valladares (2000), que durante a década de 1950 ocorreu uma maior projeção de trabalhos e pesquisas na tematização da favela e seus variados aspectos, que caracterizam a vida urbana em desenvolvimento. Estudos¹⁸⁹ que contavam com “um conhecimento menos de impressão e mais de fundamento, fazendo uso de diferentes metodologias de pesquisa e de dados oficiais combinados à observação sistemática” (p.25). Nesse sentido, Gomes e França (2012) apontam para a importância do trabalho de pesquisa empreendido junto às favelas do Rio de Janeiro, entre os anos de 1958 e 1960, através da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), criada em 1947. Nomeada como “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, sob encomenda do jornal *O Estado de São Paulo*, a pesquisa envolveu “sociólogos que seguem os modernos preceitos dos métodos de investigação” (VALLADARES, 2000, p.25), envolvidos a partir da referência de Lebreton, através do Movimento “Economia e Humanismo”¹⁹⁰. E também contou com uma equipe de

¹⁸⁹ Valladares (2000), destaca os seguintes estudos: “o livro de José Alípio Goulart (1957), *Favelas do Distrito Federal*, publicado pelo Ministério da Agricultura; [...] Censo Demográfico de 1950 — Resultados Relativos à População das Favelas do Distrito Federal; [...] O livro *O negro no Rio de Janeiro*, do sociólogo Costa Pinto, publicado pela primeira vez em 1953 [...]” (p.24-25);

¹⁹⁰ De acordo com Gomes e França (2012), “a base de atuação do E&H constituía-se: 1) na renovação da militância de movimentos católicos de jovens operários e estudantes; 2) da difusão da política da solidariedade e do bem comum como princípios para a atuação nos

trabalho que “fugia ao estereótipo do pesquisador de biblioteca/documentos da época” (GOMES e FRANÇA, 2012, p.173). Com a presença ativa de Assistentes Sociais e outros profissionais, os agentes da pesquisa “iam ao campo, subiam a favela etc.” (RIOS, 2010, [entrevista] apud GOMES e FRANÇA, 2012, p.173). Inclusive, segundo os referidos autores, para José Arthur Rios, coordenador da pesquisa, a contratação de Assistentes Sociais com experiência prática de trabalho junto às favelas foi de grande importância para o desenvolvimento e realização da pesquisa em questão, que inaugurou um novo olhar, científico, para o fenômeno social da favelização.

Em relação a Cruzada São Sebastião, “concorrente-auxiliar” da Fundação Leão XIII, quando esta última assume um caráter mais repressivo e remocionista, e se constitui como verdadeiro aparelho do Estado, a Igreja se movimenta com objetivo de “dar solução racional humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro” (VALLA, 1986, p. 65 apud CUNHA, 2016, p.27), encontrando na criação da Cruzada o caminho viável para seu objetivo político-religioso. Dessa forma, com o lançamento da Cruzada São Sebastião, apoiado por Dom Helder Câmara, a Igreja defendia que o nova entidade, criada para atuar moral e socialmente junto às favelas, teria o seu trabalho interventivo desempenhado para “recuperar o espírito empreendedor que caracterizava a ação de sua predecessora em seus primórdios” (ibidem). Cunha (2016) também aponta que a criação da nova entidade, gestada no seio eclesial, remete a correlação de forças políticas envolvendo o bloco católico naquele período. Enquanto a Fundação Leão XIII, desde 1947, tinha o apoio político da UDN, os grupos que articularam a Cruzada São Sebastião estavam apoiados no pacto populista entre o PDS e o PTB.

Mesmo que a Cruzada tentava se constituir como uma alternativa mais viável¹⁹¹, segundo Gomes e França (2012), o relatório de pesquisa da SAGMACS,

países do Terceiro Mundo; 3) *no desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa empírica, como instrumentos de análise científica para orientar a ação.*” (p.172, *grifos nossos*);

¹⁹¹ “Sua diferença era uma inclinação ainda maior para a mediação pelo consenso (comparada à FLXIII) e a perspectiva de urbanizar a favela ou construir conjuntos habitacionais próximos às favelas, como foi o caso do conjunto Cruzada.” (COSTA, 2015, p.256);

divulgado em 1960, apontava que “nem a Fundação Leão XIII nem a Cruzada São Sebastião [...] poderiam resolver a questão da favela, e que a solução deve ser procurada pelo próprio favelado” (p.174). O caminho apresentado foi, então, a intervenção articulada entre ciência e Estado, representada no SERFHA, segundo Cunha (2016). Todavia, no marco de suas similaridades e diferenças, nenhuma das três instituições que disputavam o monopólio interventivo nas favelas cariocas, foram aceitas passivamente pelos moradores e suas formas de organização política, mobilização social e reivindicação econômica. Por exemplo, ainda nos anos de 1950, a forte e coesa atuação da associação de moradores no morro do Borel, contra as ações de remoção em detrimento dos interesses da imobiliária Meuron Ltda., de propriedade da empresa Seda Moderna, representou politicamente a organização e disposição dos moradores fora dos domínios das instituições interventoras da favela, neste caso, a Fundação Leão XIII.

A partir de um depoimento do morador do Borel e militante da UTF, Izequiel Nascimento, que havia perdido seu emprego para resistir politicamente contra as remoções, podemos verificar a presença da Assistente Social e diretora da FLXIII, Luiza Maria Aragão, nas tentativas de desalojamento "consensual" dos moradores e a transferência desses favelados para conjuntos habitacionais, prometidos pela empresa que tinha interesses imobiliários na área ocupada. Izequiel, na posição de presidente da associação de moradores do morro do Borel, relata:

fui a uma reunião para fechar um acordo na divisão de terras, a Seda faria casas do outro lado para nós (...) ela não cumpriu o acordo: era tudo mutreta (...) Na reunião estavam: o senhor Tenório Cavalcanti, um padre que não lembro o nome, Luzia Maria Aragão, da Fundação Leão XIII, e Felipe Pinto, da Seda Moderna (LEÃO, 1992, s/p apud CUNHA, 2016, p.33).

A atuação política das associações de moradores, articuladas pela UTF, mesmo que desenvolvidas de forma autônoma, contaram com a mediação organizativa de forças políticas progressistas e dispostas a difundir os anseios democrático-nacionais que se apresentavam no escopo da luta de classes naquele tempo. Apoiador de João Goulart (PTB) entre a segunda metade dos anos de 1950 e o início de 1960, o advogado Magarinos Torres foi um sujeito político de grande destaque no apoio jurídico e organizativo às associações de moradores do Borel, do

Morro da Providência e do Parque União na Maré. Inclusive, prestando suporte como advogado e “agitador” nas ações de mobilização e articulação da UTF. Mencionamos Torres pela sua dedicação militante à causa dos favelados, e por ser identificado pelas forças conservadoras e de direita como um subversivo comunista que “abastecia de pólvora” a indignação social da favela. Não foi possível verificar se, realmente, Magarinos pertencia aos quadros do Partido Comunista da época e, portanto, se a sua influência na UTF e nas associações de moradores advinha da organização vermelha. No entanto, nos chama atenção o seu registro no DOPS, em 1960, lido por um Tenente Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro no documentário “*Doutor Magarinos, advogado do morro*”, em que afirma uma associação de Magarinos e a UTF com o PCB:

É o prontuário de número 47.727 que cita Antônio Eugênio de Magarinos Torres. Antônio Eugênio de Magarinos Torres é militante comunista, sendo um técnico em cooperativismo do PCB, especialista em agitação no meio dos favelados do Distrito Federal. [...] UTF [...] essa entidade vem procurando organizar em todos os morros dessa capital, núcleos de favelados semelhantes aos comitês e células organizadas pelo PCB. Nesses núcleos são dadas instruções para resistência a quaisquer atos emanados da administração pública, tais como desapropriações, policiamento e etc. (DOPS, 1960 apud DOCUMENTÁRIO *Doutor Magarinos, advogado do morro, s/d*)

Conforme exposto no referido documentário, dirigido por Ludmila Curi e idealizado por Rafael Soares Gonçalves e Mauro Amoroso, no emblemático morro do Borel, quando as forças de repressão e os tratores de demolição chegavam ao pé do morro para promover a remoção do favelados, nos alto-falantes espalhados pela favela era anunciada a mensagem para que os moradores saíssem de seus barracos e resistissem coletivamente no “front” da batalha social. Mas a resistência coletiva aos despejos e remoções não era algo isolado do morro do Borel. Segundo Cunha (2016), em outras favelas, quando os homens saíam para trabalhar durante o dia, o aparato repressivo que encostava nos morros para remover aquela gente pobre e subjugada, era recebido por barreiras de mulheres e crianças que contavam com o apoio de outras comunidades. A solidariedade entre as favelas, na construção da resistência, foi algo que a ação das instituições interventoras e de seus agentes

sociais não solapou, apesar de se dirigirem historicamente para o controle e cooptação das associações de moradores.

Como expressão da determinação política da questão social, na experiência de luta social da favela, e como resultado do acúmulo de forças, tivemos certos desdobramentos na história do movimento de favelas. Um marco importante é a fundação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG)¹⁹², em 1963 — período de forte acirramento da luta de classes no país, como discorreremos no item 3.2 deste trabalho. Pestana (2020) elucida que o contexto severo de aumento da política de remoções deliberada pelo Estado, impulsionou a criação da FAFEG como uma nova fase do movimento de favelas. Entretanto, existem contradições na própria formação dessa entidade:

para alguns, seria um esforço de superação dos currais eleitorais que políticos profissionais estabeleciam em favelas da cidade, controlando as associações locais; para outros, se tratava de buscar alternativas ao que se entendia como um indevido envolvimento das demais federações de favelados com a política partidária (como a União dos Trabalhadores Favelados e a Coligação dos Trabalhadores Favelados – UTF e CTF, respectivamente); outros ainda indicam o predomínio de uma articulação a partir de um movimento conservador intitulado Movimento Rearmamento Moral (MRM), o qual era ligado a grupos que atuavam pela deposição do presidente João Goulart. (PESTANA, 2020, s/p)

Vale destacar que a criminalização desses movimentos populares, como a UTF e as associações de moradores, na onda reacionária que se sobressaia na sociedade brasileira neste período, não era justificada somente pelo aspecto "sanitariamente perigoso" da pobreza ou pelos interesses do capital imobiliário sob o pretexto de embelezar a "cidade maravilhosa". A narrativa anticomunista caía sobre os ombros das populações de favela quando encaminhavam suas resistências e reivindicações mais básicas. O que justifica uma possível "infiltração" ou disputa

¹⁹² "[...] se encerra com a transformação em Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), em maio de 1975, a qual continuou sua trajetória com uma base territorial ampliada. Ao longo de quase doze anos de existência, a FAFEG priorizou a luta contra a política de remoções sistemáticas de favelas, implementada na Guanabara a partir de meados de 1962. A sintonia dessa linha de atuação com as preocupações da maioria dos moradores de favelas do período, é evidenciada pelo fato de que as 28 associações fundadoras em 1963, se tornaram, já em 1968, cerca de 80 entidades filiadas." (PESTANA, 2020, s/p)

interna de forças sociais conservadoras e reacionárias nessas organizações legítimas dos favelados, que eram “visadas” pela influência dos segmentos progressistas, como os membros do PCB e as bases de apoio do programa de Reformas de Base naquele tempo — incluindo a pauta da Reforma Urbana, como lembra Gomes (2007).

Costa (2015) também explica que o discurso anticomunista daquele período de Guerra Fria, difundido nacional e internacionalmente, e incorporado pela Fundação Leão XIII através de sua ligação com a moralidade cristã e os anseios de progresso da sociedade do capital, era reforçado pela relação colaborativa entre a entidade e órgãos do governo dos Estados Unidos. O autor menciona que, como saldo de tal relação colaborativa, a diretora da FLXIII foi convidada para participar de um intercâmbio formativo nas terras do imperialismo norte-americano. Recorrendo à um jornal da época, Costa (2015) ilustra:

Várias representantes de grupos líderes femininos do Brasil, Uruguai e México completaram uma excursão de 3 meses de estudos pelos Estados Unidos. (...) São elas: Maria Luiza Moniz de Aragão, do Rio de Janeiro, Diretora do Departamento de Serviço Social da Fundação Leão XIII; Lucia Armand Urgon Cardiol, do Uruguai, Membro do Conselho do Departamento de Colonia; Orella Rocha de Lozano, de Moterrey, México; Ana Berta Romero de Camps e Carmem de Ricossa, de México City. Todas cinco chegaram a Washington em Abril, a convite do Departamento de Estado Norte-Americano e do Bureau Feminino do Departamento do Trabalho. Durante sua permanência nos Estados Unidos visitaram treze Estados e tiveram a oportunidade de se familiarizar com os programas básicos, métodos das organizações femininas dos Estados Unidos. Essa visita, falou Frida, serviu para que as organizações femininas norte-americanas travassem conhecimento com os métodos e atividades adotados por suas similares latino-americanas. (Diário da Noite, p. 5, 23/07/1949 apud COSTA, 2015, p.154)

A experiência desse intercâmbio oferecido pelos Estados Unidos, envolvendo a Fundação Leão XIII, certamente fazia parte do processo de incidência imperialista nos territórios latinos, que se acentuou entre as décadas de 1950 e 1960. A colaboração estadunidense com as atividades de integração social dos favelados no Brasil, contou com uma série de políticas e incentivos financeiros, sendo a FLXIII destacadamente responsável por operar as ações assistenciais diante os acordos entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos, como foi o caso do Fundo do Trigo,

em 1955, que destinava recursos para tais ações que compunham as estratégias de “desenvolvimento” da sociedade brasileira, à luz da modernização do capital. Inclusive, como desdobramento dessa intromissão “colaborativa” do imperialismo norte-americano para o progresso capitalista da sociedade brasileira, a partir de 1961, a atuação da Fundação Leão XIII junto às classes marginalizadas cumpriu a agenda do “programa Aliança para o Progresso, reciclando e revitalizando o seu anticomunismo” (ibidem, p.262).

O anticomunismo já existente no período inicial da entidade ganhava apoio direto dos EUA, criando uma rede de intervenções nas favelas que se caracterizava pela contenção violenta, executada, prioritariamente, pela coerção aberta. Ou seja, a associação de moradores deveriam executar as orientações da FLXIII ou seriam fechadas, sob a acusação de que seriam comunistas, como foi o caso do fechamento da UTF. (ibidem, p.269)

À vista disso, como a atuação profissional dos Assistentes Sociais brasileiros junto aos segmentos mais marginalizados da classe trabalhadora e, portanto, de suas formas de luta e resistência, emergiu e se desenvolveu majoritariamente através da Fundação Leão XIII, quando essa entidade socioassistencial transita, nas palavras de Costa (2015), de uma “pedagogia da hegemonia restringida” para uma “pedagogia da hegemonia autoritária”, ou seja, quando ela assume sua “segunda fase”, a maneira em que eram conduzidas as intervenções institucionais do Serviço Social nas favelas acompanhou esse processo de adesão à uma concepção mais repressiva e impositiva. Entretanto, isso não se configurou como qualidade exclusiva nas intervenções técnicas dos Assistentes Sociais sobre as camadas subalternas da classe trabalhadora e seus instrumentos de organização política e reivindicação durante o final da década de 1950 e, principalmente, os primeiros anos de 1960. A dimensão do consenso, combinada com a coerção, era mais uma vez revigorada sob novas abordagens¹⁹³.

¹⁹³ “O Serviço Social de Grupo, que há tempo vinha sendo utilizado de forma tradicional (recreação e educação), na década de 1950 começa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, em hospitais, favelas, escolas etc., iniciando-se uma nova abordagem — que se generaliza da década de 1960 — que relaciona estudos psicossociais do participante com os problemas da estrutura social e utilização da dinâmica de grupo.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.363);

4.3. *O percurso embrionário de “fissuras” e “rachaduras” no tradicionalismo da profissão: algumas provocações para um debate futuro*

Mesmo mantendo e reificando a postura conservadora e de potencialização dos interesses das classes dominantes na contradição entre capital e trabalho que transpassa a profissão, pela conjuntura apresentada no período de transição da década de 1950 para 1960, a instituição e a prática do Serviço Social experimentou novas adequações ao que a realidade exigia. Aqui estamos nos referindo à incorporação ao Serviço Social brasileiro das técnicas e metodologias dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC).

Conforme descreve Ammann (2013), sob o clima de Guerra Fria, que o Desenvolvimento de Comunidade, como um “extenso programa de assistência técnica aos países pobres, principalmente aqueles situados na América Latina” (p.46-47), foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁹⁴ logo após a Segunda Guerra Mundial, sob a justificativa da necessidade de preservação e desenvolvimento da ordem social, tendo em vista as possibilidades de avanço do que denominavam como “regimes e ideologias consagradas como não democráticas” (ibidem, p.46) – referindo-se ao espectro do comunismo¹⁹⁵. No Brasil, a entrada dos programas de DC ocorreu a partir de um acordo firmado com os Estados Unidos, em 1945, para a promoção da educação rural. Mas somente nos anos de 1950, principalmente em sua segunda metade, que programas e projetos de DC foram dinamizados na arena político-econômica do país, vinculados à expansão da ideologia desenvolvimentista. Por mais que há registros, mesmo que ínfimos, sobre a participação de Assistentes Sociais nos programas de Desenvolvimento de

¹⁹⁴ Posteriormente, outros organismos internacionais também incidirão sobre o DC, como a “OEA, CEPAL, BID, FMI, Aliança para o Progresso” (WANDERLEY, 1993, p.22);

¹⁹⁵ “Sob o argumento de que a pobreza é um entrave e uma ameaça tanto para essas populações (pobres) como para as áreas mais prósperas; de que na atual luta ideológica os povos famintos tem mais receptividade para a propaganda comunista internacional do que as nações prósperas; de que o esforço de ajudar os povos a alcançarem um nível de vida mais sadio e mais economicamente produtivo eliminaria os focos do comunismo em potencial, de que a melhoria das condições sociais e econômicas em qualquer parte do mundo livre redundaria em benefício dos Estados Unidos, este país se proclama líder do mundo [...]” (AMMANN, 2013, p.46);

Comunidade neste período, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), foi somente a partir do início da década de 1960 em que o Serviço Social brasileiro se debruçou realmente para repensar suas intervenções a partir das técnicas que envolvia o DC — “[...] procurando sintonizar seu discurso e métodos com as preocupações das classes dominantes e do Estado em relação à questão social e sua evolução” (ibidem, p.368) — um exemplo disso foi o debate travado no II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961.

Com o tema “Desenvolvimento Nacional para o Bem-Estar Social” (ibidem), o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, sediado no Rio de Janeiro, expressou alterações no entendimento profissional acerca das demandas profissionais e os meios e modos de construção das respostas do Serviço Social. Como exemplo, recordamos das discussões levantadas no 7º Grupo de Estudos daquele Congresso, sob o tema “O Papel do Serviço Social nos Programas de Renovação Urbana” (CBCISS, 1961, p.237 apud HONORATO, 2012, p.164), em que foi demonstrado novas e ressignificadas preocupações com o problema urbano, especificamente em relação ao destino social da favela, à luz da ideologia desenvolvimentista. Na conclusão dos trabalhos do 7º Grupo de Estudos, os Assistentes Sociais encaminharam que:

sejam evitados termos [favelas, mocambos, cortiços e similares] e solicita aos presentes que sejam formuladas expressões mais adequadas. [...] Sugere ainda (...) participação da clientela, objeto do Trabalho de Renovação Urbana em todas as fases de sua programação. [...] E, finalmente, propõe como política nacional: a) Realização de um Plano Diretor da Cidade em coordenação com o Plano Regional; b) Desenvolvimento de programas de Renovação Urbana; c) Providências de âmbito Nacional, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico das regiões menos favorecidas, controlando, assim, a migração interna. (CBCISS, 1961, p.243-246 apud HONORATO, 2012, p.164-165)

Quanto aos encaminhamentos apresentados pelo referido grupo de estudos do II CBSS, nos chama a atenção a exposta necessidade: de adequar o vocabulário profissional, evitando termos como, por exemplo, “favela e similares”, na demonstração de um indispensável aperfeiçoamento do arcabouço conceitual do Serviço Social; e de compreender as respostas ao “problema social” como algo que ultrapassa as estratégias particulares e executivas de intervenção do Serviço Social,

pela necessária edificação reformista e modernizante de respostas macrossociais — que, inclusive, sugere a presença profissional na elaboração e gestão de tais respostas mais amplas. Acreditamos que esse olhar adaptado ao “moderno” sobre as expressões da questão social e as formas para o seu “tratamento”, sob a ideologia desenvolvimentista, além de ser impresso pelas exigências da realidade em movimento de modernização conservadora, representa, também, em sua parte, as influências progressistas de Lebreton para a profissão¹⁹⁶. Segundo Gomes (2007), além do seu pensamento ser referência na inauguração da pesquisa científica no escopo das ciências sociais sobre o urbano, como citamos anteriormente em relação ao empreendimento de investigação do fenômeno da favelização no Rio de Janeiro a partir da SAGMACS, “o padre Lebreton construiu uma nova e singular vertente do urbanismo em termos políticos e ideológicos cuja influência chegou até os assistentes sociais” (p.189). Como exemplo, a autora cita a formulação do conceito de periferia, “entendido não mais como área resultante de um centro em contínua expansão, mas como parte e resultado de um processo desigual de urbanização” (ibidem).

Nesse caminho, destacamos a presença profissional de assistentes sociais em experiências de urbanização de favelas, no Rio de Janeiro, através da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO)¹⁹⁷, “revelando a possibilidade de configuração de sua prática de forma mais conectada aos interesses populares” (GOMES, 2007, 190). Inclusive, Cunha (2016) aponta como resultado da luta social

¹⁹⁶ “A influência de Lebreton no Serviço Social se dá através de José Arthur Rios, que desenvolve os primeiros trabalhos de pesquisa, em 1952, na recém criada Fundação Getúlio Vargas. Membro da equipe de Economia Humana, Rios tornou-se, em 1952, coordenador da campanha nacional de educação rural no quadro do Serviço Social.” (GOMES, 2007, p.188). Segundo Gomes e França (2012), “Rios contribuiu na formação de assistentes sociais através dos cursos de sociologia e metodologia de pesquisa ministrados no Instituto Social (atual departamento de Serviço Social da PUC-RJ). Foi também responsável pela formação do primeiro grupo de assistentes sociais do SESI em Juiz de Fora” (p.184). Ainda, “a influência do pensamento do E&H foi importante em São Paulo na formação de assistentes sociais através da PUC-SP, com o Frei Dominicano J. P. Barruel de Lagenest, e, em Recife, com Bezerra Baltazar” (ibidem, p.185);

¹⁹⁷ Segundo Perlman (1977), citado por Gomes (2007), a CODESCO tinha como “missão” incluir as demandas populares em suas ações, ressaltando a “importância da posse legal da terra, a necessidade de deixar que os favelados permanecessem próximos aos lugares de trabalho, e a valorização da participação dos favelados na melhoria dos serviços públicos comunitários e nos desenhos e construções das próprias casas.” (p.276-277 apud p.190);

empreendida pelo movimento de favelados contra a acentuada política de remoções da época, que a favela do Brás e Pina havia passado por iniciativas de urbanização por meio da CODESCO, e que nesse período “a proposta de urbanização [*de favelas*] ganha espaço no Congresso de Favelas da FAFEG, sob o lema *Urbanização sim, remoção não*” (p.37, grifos nossos). Entretanto, as ações de urbanização das favelas, mesmo sendo uma importante pauta reivindicatória dos movimentos populares e associações de moradores, compreendidas no desígnio do Desenvolvimento de Comunidade, representam, segundo Ammann (2013), estratégias habilitadas à corrigir as “disfunções”¹⁹⁸ no processo urbano.

Apesar da profissão aderir aos pressupostos do Desenvolvimento de Comunidade a partir do início de 1960, técnicas e metodologias de DC já se faziam presentes no anterior cotidiano das instituições interventoras que lidavam com o “problema” da favela no ambiente urbano e, para isso, contavam com a presença profissional do Serviço Social — mesmo que os programas de DC se apresentaram no país, primeiramente, no meio rural. Gomes e França (2012), verificando Trabalhos de Conclusão de Curso defendidos à época, identificaram a monografia de Maria Lucia Petiz, concluinte do curso de Serviço Social da PUC-RJ em 1963, sob o título “*A utilização do método de DOC num programa de melhoramentos físicos da favela da Catacumba*” (p.183, grifos nossos) — qual continha influência do Movimento Economia e Humanismo, de Le Bret. Também, antes mesmo da experiência da CODESCO na década de 1960, embora a Cruzada São Sebastião mantivesse uma perspectiva autoritária e remocionista, Cunha (2016) relata o encontro da entidade com as metodologias do Desenvolvimento de Comunidade, na promoção de atividades com a população “cliente”, cujo propósito era:

o estudo em comum dos problemas do conjunto, necessidades e aspirações dos moradores, para, através daí, levá-los a descobrir os recursos ao seu alcance (relacionando-os com as necessidades existentes), planejar a solução dos problemas e melhorias a empreender ou recursos a criar (CRUZADA, 1965, s/p apud CUNHA, 2016, p.28)

¹⁹⁸ “Funções são aquelas consequências observadas que propiciam a adaptação ou o ajustamento de um dado sistema e disfunções são aquelas consequências observadas que diminuem a adaptação ou o ajustamento do sistema.” (MERTON, 1970, p.118 apud AMMANN, 2013, p.115);

Ainda sobre a Cruzada São Sebastião, Gomes (2007) ressalta que apesar de envolver elementos conservadores e tradicionais da prática do Serviço Social, o trabalho profissional, naquela entidade, direcionava para um novo horizonte de atuação dos Assistentes Sociais, “já que havia a promoção das favelas ao estatuto de comunidade [...]” (p.188). Referenciado em Slob (2002), Costa (2015) comenta que a intervenção da Cruzada junto à população favelada passava por uma metodologia menos impositiva, utilizando como recurso o Conselho de Moradores no incentivo à participação comunitária. Todavia, “ainda se mantinha a proibição de reuniões políticas, ou seja, iniciativas que postulassem autonomia em relação aos desmandos da entidade, principalmente aquelas influenciadas pelos comunistas” (p.267).

Além das experiências pontuadas de aproximação do Serviço Social com o DC, no tensionamento do tradicionalismo¹⁹⁹ da profissão, durante o prolongamento da ideologia desenvolvimentista na vida nacional, o discurso de superação do “subdesenvolvimento” do país e de viabilização do crescimento econômico foi incorporado pelo Estado, fazendo com que fosse demandado, institucionalmente, uma inserção modernizante da profissão de Serviço Social na racionalização de respostas à questão social, para o desejado “desenvolvimento” da sociedade brasileira, como apresenta Netto (2015). E como o programa desenvolvimentista não era algo endógeno ao Brasil, mas envolvia um conjunto de países da América Latina, conforme Castro (2001), abriu-se para os Assistentes Sociais a possibilidade significativa de ampliação profissional.

E foi o que efetivamente ocorreu, sob as formas mais variadas – bolsas de estudo e especialização, acesso a cargos hierárquicos, participação em pesquisas multidisciplinares, ampliação e diversificação do mercado de trabalho – entre as quais não são desprezíveis os casos de profissionais contratados como funcionários internacionais ou incorporados a comissões nacionais como no CBCISS brasileiro, que exerceram sensível influência na orientação profissional. Finalmente, converter-se em instrumentos da

¹⁹⁹ Tensionamento, pois, ainda não há a configuração de uma aberta crise no tradicionalismo do Serviço Social, tendo em vista a constituição de denominada “crise” a partir das condições que se abrem para o processo de Renovação da profissão no Brasil, em vai se formar três direções principais no bojo da autocracia burguesa, como nos ensina Netto (2015);

construção do desenvolvimento significava, para os assistentes sociais, conquistar o reconhecimento social que a profissão almejou por tanto tempo. [...] e conferindo-lhes efeitos que só parcialmente alcançou. (CASTRO, 2011, p. 152).

De acordo com os constructos de Netto (2015), na primeira metade da década de 1960, principalmente no pré-64, conformou-se uma ambiência profissional no Serviço Social, que representou um dúplice e coexistente processo: ao mesmo tempo em que havia um descrédito no tradicionalismo da profissão e suas abordagens para o “tratamento” dos “problemas” sociais, segmentos profissionais mais amadurecidos diante a realidade modernizadora, buscavam “superar” o Serviço Social tradicional a partir de abordagens comunitárias. Para o autor, esse cenário pode ser debitado ao avanço e aperfeiçoamento de segmentos profissionais, seja através de sua participação em equipes multiprofissionais e novas instâncias institucionais, seja pelos vetores críticos e nacional-populares das ciências sociais que se espriavam naquela conjuntura; também, pelo afastamento do conservadorismo católico de parte da categoria profissional, na emergência da esquerda-cristã²⁰⁰ e no contato com as organizações populares; e, pela ascendente do movimento estudantil, que no caso do Serviço Social, era hegemonizado pelos católicos progressistas da JUC. Dessa maneira, mesmo que o autêntico suporte teórico-metodológico e ideológico do Desenvolvimento de Comunidade se mostrasse como a-crítico e supostamente a-classista, “ele abria uma fenda num horizonte de preocupações basicamente microssociais” (NETTO, 2015, p.180). Sob esse aspecto, na esteira das abordagens comunitárias, desenharam-se três perspectivas simultâneas, com destaque para as duas últimas:

uma corrente que extrapola para o Desenvolvimento de Comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito de sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de Comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (NETTO, 2015, p.184)

²⁰⁰ Sob influências francesas, a esquerda católica no Brasil se apresentou em organizações destacadamente presentes em processos de educação popular e difusão da cultura popular, como nos lembra Ridenti (2007). Sobre esse processo consultar o referido autor;

Ammann (2013) apresenta uma discussão sobre a relação do Serviço Social com as técnicas do Desenvolvimento de Comunidade, destacando experiências de caráter “ortodoxo” e uma espécie de ensaio “heterodoxo” de outras experiências de DC. Resumidamente, para a autora, o que determinaria a “ortodoxia” ou a “heterodoxia” de experiências de DC, dentre outros elementos, seria o vínculo de classe que seus intelectuais/agentes estabeleciam – sendo a permanência de um vínculo com os interesses dos setores dominantes no caso do DC “ortodoxo”; e no caso do DC “heterodoxo”, a tentativa de vínculo com os interesses das classes subalternas. O que Ammann (2013) caracteriza como experiências “ortodoxas” de DC se remete ao que apresentamos acima, a partir de Netto (2015), em relação às duas primeiras vertentes do trabalho profissional no âmbito comunitário, com ênfase na segunda²⁰¹. Os trabalhos realizados sob essas “direções” conservadoras tiveram como subsídio teórico-metodológico o funcionalismo, encarando a comunidade como síntese entre partes que devem, interdependentemente, colaborar para a harmonia e equilíbrio do conjunto. Nesse sentido, a integração social das “partes” para o funcionamento coeso da comunidade, deveria “ser assegurada mediante a combinação das diversas funções e papéis diferencialmente conferidos às várias partes do todo” (AMMANN, 2013, p.112). Sobre esse entendimento de “funções” particulares e interdependentes das “partes” no conjunto comunitário, que se encontra a noção de participação social ou comunitária, regida pela dimensão do consenso entre supostos interesses comuns.

[...] cada indivíduo ou grupo participa mais da sociedade na medida em que desempenha melhor as funções e o papéis que lhes são confiados segundo as pautas moralmente sancionadas (pelas camadas dirigentes). Este tipo de participação objetiva a preservação da harmonia, da continuidade e da estabilização do sistema. Não persegue a mudança em dimensão estrutural-crítica, pois no funcionalismo as modificações ocorrem dentro de um sistema equilibrado, dotado de elementos automantenedores e estabilizadores. A mudança é assim representada pela passagem de um a outro estado de equilíbrio, como movimento unilinear, interno gradual e unívoco, sem a presença de conflitos relevantes ou permanentes. (ibidem, p.113)

²⁰¹ Aqui nos referimos a citação de Netto (2015) em relação a ordem textual de exposição das respectivas “direções” profissionais nas técnicas e metodologias do DC. Afinal, como situamos, elas ocorreram de forma simultânea e coexistente;

Diferentemente dessa perspectiva conservadora, que concebia a comunidade como “unidade consensual”, portanto, não permeada por representações da contradição entre capital e trabalho, ocultando, assim, a luta de classes e os fundamentos das expressões políticas e econômicas da questão social, a autora sintoniza as experiências “heterodoxas” de DC no contexto de efervescência social e política das lutas sociais no pré-64, com destaque para as atividades de educação popular. Para exemplificar a explicação, Ammann (2013) utiliza a experiência do Movimento de Educação de Base (MEB), em que elenca os seguintes motivos:

- a) caracterizou-se como um programa de Desenvolvimento de Comunidade; b) realizou uma ação abrangente nas áreas de educação, trabalho, cultura popular, sindicalismo rural etc.; c) teve repercussão nacional atuando nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; d) obteve significativa influência política no meio rural dessas regiões, durante o período de 60, março/64; e) surgiu como movimento de intelectuais vinculados às classes dominantes, e tentou progressivamente estabelecer um vínculo orgânico com as classes dominadas. (AMMANN, 2013, p.119)

A partir do contato com a ampliação das lutas e reivindicações populares do começo da década de 1960 — as quais tratamos brevemente no item 3.2 deste trabalho —, e pela proximidade com setores da esquerda católica, o MEB transitou de uma perspectiva inicial de integração social, por meio da educação popular disciplinadora, para um viés progressista que pretendia contribuir com o processo de politização das camadas subalternas, especialmente no âmbito rural. Esse caminho transitório percorrido pelo MEB demonstra a diferenciação entre o que Ammann (2013) conceitua como DC “ortodoxo” — exemplificado na primeira fase do MEB —, e DC “heterodoxo” — demonstrado na segunda fase do MEB. A autora assinala que, exatamente, na segunda fase do MEB (DC heterodoxo), seus intelectuais “tentam modificar o equilíbrio de forças no seio do bloco histórico e contribuir para uma possível hegemonia das aludidas classes” (AMMANN, 2013, p.123). Dessa forma, seria possível uma atuação profissional de seus intelectuais/técnicos fundamentada na compreensão da existência dos antagonismos de classes na sociedade e, por isso, o trabalho desenvolvido junto às comunidades estaria alicerçado na necessidade de contribuição para o processo reflexivo-crítico dos sujeitos envolvidos, a partir da “tomada de consciência pelo educando” (ibidem, p.121), de

modo a subsidiar a “mudança social” através de movimentos de “transformação das estruturas” da realidade (ibidem, p.122).

Todavia, infelizmente, a belíssima obra de Ammann (2013) não apresenta uma identificação de concretas experiências “heterodoxas” de DC envolvendo diretamente a atuação de Assistentes Sociais neste período pré-1964. Mas a título de *levantarmos provocações para um debate futuro*, citaremos algumas dessas experiências, verificadas em monografias de graduação em Serviço Social, a partir das pesquisas de Soares (2021) e Closs et al. (2021) — todas envolvendo a influência de Paulo Freire e seu método de educação popular empreendido junto às classes “oprimidas”²⁰².

Sob o caldo político-cultural das reivindicações por Reformas de Base no país, e quando as primeiras demonstrações de questionamento ao ideário “tradicional” do DC vão se tornando públicas²⁰³, que se processam as primeiras experiências do Serviço Social no ensaio “heterodoxo” de projetos e programas de Desenvolvimento de Comunidade — seja através do exercício profissional, seja por meio de estágios em Serviço Social. Nessas experiências, mesmo que residuais, são claros os influxos reformistas e progressistas da esquerda católica e, principalmente, de Paulo Freire — este último, inclusive, influenciando também a primeira. De acordo com Closs et al. (2021), o encontro de Freire com o Serviço Social acontece ainda nos

²⁰² Sobre essa construção pedagógica, Freire (1987, p.23) enfatiza que, “a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.”;

²⁰³ Aqui lembramos, segundo Ammann (2013), do confronto de ideias entre marxistas e humanistas cristãos — estes influenciados pelos progressistas católicos franceses — no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, ocorrido em Porto Alegre, no ano de 1958. Momento em que a proposta pedagógica de Paulo Freire para a educação de adultos vem à tona, sob a perspectiva de mudanças “macrossociais”. O que se sintoniza também com as discussões de intelectuais progressistas no Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, ocorrido em 1960. Ainda, tivemos o “Encontro de Técnicos promovido pela Secretaria de Saúde Pública de São Paulo (1962) e o Seminário de Desenvolvimento e Organização de Comunidade, levado a efeito pela ABESS em 1963, são duas reuniões importantes por marcarem posições minoritárias que contestam o conteúdo do DC e DOC situando-os como reforçadores do status quo.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.380);

anos de 1950, através de sua atuação na Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No entanto, através de um depoimento do professor, Soares (2021) apresenta que, além da UFPE, o contato inicial de Freire com a profissão se deu no trabalho educativo desenvolvido na Divisão de Educação de Cultura do SESI (PE), quando começou a “desenvolver um trabalho muito associado com as assistentes sociais” (FREIRE, 1980, s/p apud SOARES, 2021, p.87), através dos Núcleos de Serviço Social. Mas sobre as experiências de DC, foi quando Paulo Freire, na condição de professor da chamada escola “vermelha” de Serviço Social, iniciou um trabalho junto ao Movimento de Cultura Popular, entre 1961 e 1962. Atuante em tal experiência por meio do primeiro Centro Popular de Cultura do Recife — que estava sob direção de uma Assistente Social do MCP —, a então estudante Zaira Ary defendeu sua monografia, em 1963, sob o título “*Uma experiência de Educação Popular: Centro de Cultura D. Olegarinha*”. Neste trabalho, a atuação junto ao MCP estava conectada aos anseios democratizantes do conjunto dos movimentos populares do período, na defesa de “mudanças estruturais” a partir de profundas reformas sociais no despertar da consciência nacional-popular. Processo esse creditado na educação popular enquanto alternativa, como Ary (1963) comenta nas notas conclusivas de seu texto:

Essa educação deve levar os adultos a participarem, conscientemente, do processo de mudança das estruturas econômicas e sociais, dentro de um espírito comunitário, que supere os vícios do individualismo, em busca de formas mais justas e autenticamente humanas de organização social. [...] O esforço pelo desenvolvimento se justifica, entre outras considerações, pela aspiração a uma convivência legitimamente democrática (que assegure a todos liberdade e igualdade de condições) dos indivíduos e grupos sociais das diversas comunidades humanas — locais, nacionais, internacional e para tornar as massas aptas a realizar essa aspiração — que é a justiça — torna-se indispensável proporcionar-lhes um mínimo de formação educacional. [...] O Centro de Cultura é um instrumento válido, em programas de educação popular – aquelas em moldes democrático e comunitário. (ARY, 1963, p.48)

Outra experiência sinalizada por Soares (2021), foi um projeto de DC, também no Recife-PE, envolvendo o enfrentamento ao analfabetismo através da educação popular, que resultou, em 1961, no Trabalho de Conclusão de Curso de Anita da

Silva Pinheiro, intitulado “*Uma comunidade face ao problema do analfabetismo*”. Aqui, a autora demonstra em seu texto a importância do Movimento de Cultura Popular para “elevar o nível cultural do nosso povo, e tendo nos seus objetivos o conceito definido de implantação de uma sã democracia” (PINHEIRO, 1961, p. 12, apud SOARES, 2021, p.99). Também, há registros de atuação do Serviço Social sob essa perspectiva reformista-democratizante no DC, por intermédio do Movimento de Educação de Base, em que resultou, por exemplo, na monografia de Célia Costa Dantas, em 1963, com o título “*Uma experiência de Estudo na Comunidade dos Coelhos*”. Nesta prática de DC, a concluinte do curso de Serviço Social afirma o necessário envolvimento ativo do público alvo — identificado por ela como “a comunidade proletária” — pois a “ação de promoção humana, só é válida a medida em que os membros são despertados para essa necessidade vindo a interferir no processo” (DANTAS, 1963, p.115). Baseando o desenvolvimento do trabalho a partir dos “valores da classe operária, da família operária, da vida operária, para partir para um trabalho educativo tanto quanto possível baseado numa realidade viva” (ibidem. p.4), para além do aspecto estritamente escolar. Aqui, compreendemos essa experiência no momento em que o MEB transita para a sua segunda fase, de DC “heterodoxo”, incorporando o apoio à sindicalização rural e a mobilização popular democrática. Nas palavras de Célia:

O MEB não se preocupa com escolas radiofônicas, seu principal meio de ação, mas, e principalmente, com o desenvolvimento de comunidade, com o incentivo e ajuda técnica ao cooperativismo, sindicalismo rural, grupos diversos e outras formas de capacitação do povo, procurando também estimular e utilizar a cultura popular (DANTAS, 1963, p. 92)

Também através do Movimento de Educação de Base, neste caso na cidade de Ribeirão Preto-SP, registramos a atuação do conhecido Assistente Social, estudante à época, Vicente de Paula Faleiros, em depoimento ao CFESS (2007):

Particpei do MEB, movimento de educação de base do MEC no processo de alfabetização pelo Método Paulo Freire, com duas experiências, uma urbana em Vila Virgínia, e outra rural, esta interrompida pela pressão dos fazendeiros. Ajudei a fundar sindicatos rurais na região de Ribeirão Preto, inclusive convidando trabalhadores bóias-frias quando partiam nos caminhões dos “gatos” para o corte de cana, em geral às 5 horas da manhã. (CFESS, 2017, p.122)

Na esteira da promoção da educação popular de bases freireanas envolvendo o Serviço Social, outra experiência identificada por Soares (2021) é relativa ao Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Bernadete Tavares Campos, defendido em 1964, sob o título “*Atuação do Serviço Social no trabalho de conscientização do povo no bairro de Nova Descoberta*”. A futura Assistente Social pernambucana expõe em sua monografia, derivada da prática no DC, que em meio ao desenvolvimento das lutas sociais, “só através de uma educação democrática, como mudança consciente, se poderá promover a única base duradoura para um progresso político e para evolução de um povo” (CAMPOS, 1964, p. 12 apud, SOARES, 2021, p.101). Compreendendo, assim, a ação educacional e problematizadora como mediação para uma conscientização popular, que levaria à superação do “atraso” e “subdesenvolvimento” do país. Para ela, quando as camadas populares tomarem para si os problemas de suas realidades, “[...] o Brasil crescerá em progresso e civilização, deixando de somar entre os países subdesenvolvidos” (CAMPOS, 1964, p. 76 apud SOARES, 2021, p.101).

Com posições politicamente mais ousadas em comparação a monografia comentada acima, Closs et al. (2021) cita o Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Josefina Becker, apresentado a Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), intitulado “*Serviço Social e Cultura Popular*” (1963). Nele, a autora defende: “é necessário que o Serviço Social seja um instrumento de libertação, conscientizando o povo brasileiro, para que ele assuma seu papel de criador de cultura e operário da construção da HISTÓRIA” (BECKER, 1963, p.45 apud CLOSS et al., 2021, p.81). Apesar da postura agudamente otimista em relação ao significado social da profissão no conjunto das relações sociais, a posição de Becker se desafia da direção social conservadora da profissão naquele período. O que é creditado na sua militância política nos quadros da esquerda católica, especificamente em relação a JUC e, posteriormente, a Ação Popular. Mesmo entendendo o Serviço Social como um potencial instrumento de “libertação” da consciência popular através das atividades de educação popular, Becker ainda considera uma necessária autonomia das massas populares frente a construção de processos de mudanças “estruturais”.

Uma revolução imposta não é uma revolução. Não negamos a importância das vanguardas, das lideranças, no processo de superação da alienação. Mas liderança não significa imposição, não significa dirigismo. Significa conscientizar e indicar instrumentos. A resposta final caberá ao povo. (BECHER, 1963, p.14 apud CLOSS et al., 2021, p.81)

Segundo Scheffer et al. (2018), embora a Escola de Serviço Social gaúcha sofreu influências de organismo internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), havia também uma incidência da esquerda católica e da pedagogia freireana nos projetos de DC envolvendo o MCP²⁰⁴. Segundo Closs et al. (2021), parte dessas experiências de DC são ilustradas em Trabalhos de Conclusão de Curso como o de Eva Silveira, “*Uma experiência de Cultura Popular*”, apresentado em 1964. A estudante, se referindo às classes populares, pondera em sua monografia que o “povo emerge e quer participar”, por isso, ela considera que: “o papel da Cultura Popular é fazê-lo inserir-se *criticamente* no processo. Também aí vemos o papel do Serviço Social” (SILVEIRA, 1964, p.7, *grifos da autora*, apud CLOSS et al., 2021, p.80). Em relação o que competia à profissão diante os processos de educação e conscientização popular, Silveira avalia:

Sendo da natureza do Serviço Social participar da identificação e eliminação das lacunas que dificultam a realização humana e do bem-comum, e seu papel da sociedade em que atua, o de consciência dessa comunidade, encontramos nele a mesma radicalidade e profundidade da Cultura Popular, já que os dois buscam a *análise das causas* dos problemas e a *conscientização* dos mesmos. *É da natureza de ambos o tornar consciente*. (SILVEIRA, 1964, p.10-11, *grifos da autora*, apud CLOSS et al., 2021, p.80)

No desenrolar dessas experiências progressistas, embora messiânicas em relação a compreensão do significado da profissão na tessitura social, que Closs et al. (2021) sinaliza para o engajamento político de contingentes do Serviço Social na dinâmica das lutas sociais. O que ocorreu, marcadamente, através das organizações das juventudes da esquerda católica no cotidiano político do

²⁰⁴ “As experiências de DC e Educação Popular [...] relacionavam-se amplamente com a Escola de Serviço Social e encontram-se registradas em trabalhos de conclusão. E essas “experiências vinculadas ao Movimento de Cultura Popular, [foram] articuladas pela docente Lucia Castillo e Zilah Totta sob a influência da esquerda católica, em articulação com a Secretaria de Cultura sob a direção de Ernani Fiori.” (SCHEFFER et al., 2018, p.14-15);

movimento estudantil, quando segmentos do Serviço Social fizeram opção aos pobres e oprimidos. Com o desenvolvimento militante da JUC, na interlocução com a renovação progressista de parte da Igreja Católica, aderindo aos constructos teórico-ideológicos de Mounier de e Le Bret, quadros do Serviço Social vivenciaram a luta política organizada na ambiência de difusão da cultura popular no final dos anos de 1950 e, principalmente, no pré-64. Tendo como resultado a participação da fundação da Ação Popular, numa demonstração política de afastamento da influência eclesiástica e o estabelecimento de alianças com militantes do PCB²⁰⁵. Segundo levantamento de Closs et al. (2021, p.65), mais de duas dezenas de estudantes e assistentes sociais são identificados como ex-militantes da AP em quase todas as regiões do país, apesar de acreditarmos em uma subnotificação dessa militância pela carência de registros documentais. Entre esses ex-militantes está a figura, já mencionada aqui, de Vicente de Paula Faleiros. Em uma entrevista, Faleiros expõe mais uma vez seu envolvimento com a pedagogia freireana em atividades de educação popular:

Eu mesmo organizei três experiências (duas em Ribeirão Preto e uma foi em Paris depois) de alfabetização e o método Paulo Freire é um método que não é marxista, mas que é ligado ao compromisso com a cultura popular. Então o fato de você pensar o povo. E a UNE tinha o CPC, que era o Centro Popular de Cultura da UNE. Que a gente fazia teatro popular. E o movimento estudantil, que era, digamos assim, controlado pelo partido comunista, pelo PC, começou a rachar, começou a ter influência da AP e de outros grupos trotskistas — a AP não era trotskista. (SCHEFFER et al., 2019, s/p apud CLOSS et al., 2021, p.80)

²⁰⁵ Segundo Netto (2015), deste período até meados dos anos de 1980, o envolvimento de quadros do Serviço Social com os comunistas foi um tanto quanto residual. Inclusive, aponta que as primeiras interlocuções entre esses quadros e a tradição marxista ocorreu fora dos domínios do PCB, pois a interação inicial com o marxismo aconteceu através da esquerda católica, majoritariamente. O que é reforçado por um depoimento de Rosalina Santa Cruz, que havia exercido militância tanto na JUC como na AP: “[...] eu me integrei no marxismo, rapidamente eu comecei a ler. [...] Eu comecei a ler os clássicos que vinham de uma formação mais religiosa, não é. Então comecei a ler... Michel Quoist... estou me lembrando. Carl Rogers. Esse... ‘Encontro de Marx e Cristo’ [...]” (SANTA CRUZ, 2002, p.6 apud CLOSS et al., 2021, p.74). Ainda, sobre essa interlocução inicial com o marxismo, Netto (2015), sugere a tese de doutorado de Lídia M. M. R. Silva, defendida em 1992 na PUC-SP, sob o título “*Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*”;

Aqui não nos cabe adentrar na discussão histórica sobre o Serviço Social e o movimento estudantil²⁰⁶. No entanto, destacamos a importância da militância estudantil no contato com o “popular” e na articulação com as experiências “heterodoxas” de DC, pois, juntas, mas não exclusivamente, colaboraram para a germinação de um cenário de “fissuras” e “rachaduras” tanto no tradicionalismo como no conservadorismo da profissão — dentre outros fatores importantes que são apresentados em Iamamoto e Carvalho (2014) e Netto (2015). Por mais que a “crise” do tradicionalismo do Serviço Social é “aberta” na conjuntura de modernização conservadora do capital na quadra da autocracia burguesa no Brasil, estabelecendo, inclusive, renovadas vertentes profissionais conservadoras, a ambiência do final dos anos de 1950 até 1964, em nossa avaliação, se constitui como fase germinal para o que pôde florescer na profissão entre as décadas de 1970-1980. Se no caminho de emergência, espraiamento e consolidação da vertente “intenção de ruptura com o conservadorismo” (Netto, 2015) no Serviço Social, configura-se uma nova e progressista qualidade da relação da profissão e sua direção social com as lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, estabelecida pelas mediações históricas próprias dessa renovação crítica na profissão, a prática do DC heterodoxo — mesmo que incipiente — e o engajamento militante de parte do Serviço Social, conformam antecedentes significativos para essa alteração crítico-progressista na intervenção profissional dos assistentes sociais junto às formas de organização, mobilização e reivindicação das classes trabalhadoras. Assim, o rápido percurso de experimentação política e profissional na cultura popular por parte de segmentos do Serviço Social, foi um fator significativo para uma “radicalização” futura da postura contestadora em agentes dessa profissão.

²⁰⁶ Sobre esse percurso histórico do movimento estudantil no Serviço Social, que data seu início — mesmo que impreciso — em 1948, consultar Santos (2007) e Montalvão (2022);

À GUIA DE CONCLUSÃO

Retomando o percurso metodológico de desenvolvimento teórico deste trabalho acadêmico, na construção de feixes analíticos à guisa de conclusão, compreendemos a determinação política da questão social no Brasil, a partir das particularidades econômicas e singularidades sócio-políticas nacionais que participam juntas e entrelaçadas na totalidade das relações sociais de produção e reprodução capitalista. Dessa forma, entendemos a conformação, o desenvolvimento e a expansão das lutas e movimentos sociais na arena nacional — resguardadas as especificidades regionais de um país continental — como produtos inelimináveis da dinâmica capitalista dependente e da formação social à brasileira, que imprimem condições de superexploração da força de trabalho, níveis de reprodução social das classes subalternas abaixo do mínimo necessário, e uma regulação das relações sociais que emana do profundo autoritarismo e reacionarismo das classes dirigentes. Mas também, compreendemos essas manifestações políticas da questão social, como resultado da inerente existência da luta de classes, embora a correlação de forças entre as classes fundamentais e suas derivações de classe seja profundamente desfavorável para o campo do trabalho. Posta a contradição, ao passo em que ela se aprofunda, econômica e politicamente, como tendência não linear aparecem os conflitos sociais que possuem visibilidade pública nas lutas sociais. E por mais que essas lutas sociais sejam, no curso da história, reprimidas violentamente e cooptadas institucionalmente pelo Estado e outras instâncias corporativas, não se pode eliminar a conflitividade de classes e os seus resultados diversos na vida social. Na produção anticivilizatória não há passividade social como se fosse uma “lei natural”. Pelo contrário, peculiar ao ser social, a rebeldia, a rebelião e a transgressão estão na ordem do dia, sob as diversas e até difusas manifestações políticas da questão social.

Assim, para atuar ideologicamente e racionalmente sobre as sequelas da questão social, o Serviço Social brasileiro, enquanto instituição profissional, foi requisitado no desenvolvimento capitalista. As ações assistenciais de cunho material

e moral, dirigidas ao fazer profissional do Assistente Social, não advieram exclusivamente da necessidade de reprodução material da força de trabalho e de adaptação comportamental no plano moral. Complementarmente, no bojo da reprodução das relações sociais, o exercício profissional tratou de executar estratégias de controle e inibição do potencial desenvolvimento e expansão das lutas e movimentos sociais das chamadas “classes perigosas”. Um exemplo disso, foram as intervenções profissionais empreendidas a partir das grandes instituições socioassistenciais da década de 1940. Ao mesmo tempo em que respondiam às necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capitalismo sob as particularidades brasileiras e os interesses das forças conservadoras, também, através do discurso do “anticomunismo”, agiam na *contracorrente das expressões políticas da questão social*. Embora, contraditoriamente, parte dos serviços assistenciais dessas grandes instituições também foram constituídos como respostas às necessidades sociais apresentadas pelas classes subalternas através de suas mobilizações sociais e rebeldias.

Mais precisamente sobre a demonstração do Serviço Social como antagonista dos movimentos sociais e suas lutas no período de desenvolvimento institucional da prática profissional, reafirmamos a intervenção de Assistentes Sociais na Fundação Leão XIII. A partir de um compósito sociopolítico entre a Igreja, o Estado e as classes dirigentes, que a FLXIII foi criada para promover incursões morais e políticas nos morros do Rio de Janeiro, prevenindo e impedindo que as “classes perigosas” fossem convertidas pelos “comunistas ateus”. Se essas classes subalternas fossem devidamente educadas e ajustadas socialmente pelas ações arrebatadoras dos profissionais do Serviço Social e de outros agentes da instituição interventora, além de livrar a sociedade de uma possível “cólera comuista”, também viabilizaria a integração social no desenvolvimento urbano-industrial. Para isso, processos de organização e mobilização popular, como as associações de moradores, foram reprimidos ou instrumentalizados para atender os interesses das forças mandatárias, no apassivamento tanto do favelado sem trabalho como do favelado operário, porteiro, empregado doméstico etc. No entanto, a educação disciplinadora dos Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII contou com a concorrência de

experiências democráticas de educação popular e de reivindicações sociais e políticas nas favelas. O que tinha influência do PCB através dos Comitês Populares Democráticos e seu legado, como também de outras forças nacional-progressistas — o saldo político-organizativo desse processo foi, por exemplo, a UTF.

Mesmo que a conjuntura do segundo pós-guerra contasse com as ações de organização e mobilização do PCB, isso não colocava em xeque o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, a defesa dos comunistas à época, somadas às aspirações nacionalistas mais progressistas, enveredou para a proposta de um desenvolvimento nacional-democrático nos marcos da ordem burguesa. Assim, as ações do Serviço Social na oposição comunista, refletem o caráter antidemocrático do Estado e das classes possuidoras e mandatárias da intervenção profissional junto às classes trabalhadoras. O ajustamento social dos indivíduos e suas famílias ocorria nos moldes conservadores de uma preservação e manutenção dos traços periféricos e dependente do capitalismo brasileiro, na contramão do desenvolvimento democrático e no aprofundamento da subalternidade econômica e política das classes populares. Além de reforçar a dominação imperialista norte-americana, ser adepto ao “anticomunismo” nesse momento, era na verdade reforçar os valores e ideais antipopulares e de perpetuação de um padrão de sociabilidade de mínimos sociais para as classes exploradas.

Mesmo que sob uma atuação profissão voltada para sanear moralmente e corrigir politicamente os sujeitos desviantes, reconhecemos a preocupação do Serviço Social com a favela e as expressões do pauperismo como problemas de intervenção pública, haja vista que na profissão tivemos as primeiras iniciativas brasileiras de investigação etnográfica do modo de vida e do território favelado. Pelo desenvolvimento societário e pelas alterações que rebateram no interior do Serviço Social, as ações profissionais transitaram de um agir assistencialista e paternalista para um agir mais sistemático de “diagnóstico social” dos problemas a serem enfrentados, embora sem reconhecer suas causas estruturais, para subsidiar possíveis ações efetivas à luz do conservadorismo. E gradativamente, sob uma eclética influência teórico-metodológica e ideológica, passaram a considerar a dimensão psicossocial da participação comunitária como alternativa que poderia

contribuir na solução dos problemas sociais de desorganização que assolavam o país. Esse caminho percorrido na institucionalização no Serviço Social, apesar de não ser linearmente sequencial mas um verdadeiro labirinto de entrecruzamentos de práticas, incidiu sobre a maneira em que a profissão lidava com as organizações e certas reivindicações das classes subalternas, privilegiando a participação social da "clientela" na suposta resolução de seus próprios problemas. A intervenção do Assistente Social caminhou de um trato mais individualizante das expressões da questão social para a incorporação de técnicas que remetem ao coletivo, sem abrir mão das abordagens mais tradicionais.

Nesse sentido, no contexto desenvolvimentista, principalmente a partir do início de 1960, com a emergência e crescimento de processos organizativos das classes populares atendidas pelo Serviço Social, a tendência hegemônica da profissão foi de direcionar as manifestações políticas da questão social para o âmbito comunitário de cooperação entre pares, tentando ocultar os estruturais antagonismos de classes, e fazer com que a participação social tornasse circunscrita na passividade popular. O que se remete à "ortodoxia" dos programas e projetos de Desenvolvimento de Comunidade incentivados por organismos internacionais.

Todavia, em meio a heterogeneidade de posições profissionais relativas à nova abordagem interventiva (DC) que começava a se generalizar entre os Assistentes Sociais à época, e revogando a adesão ao estatuto autoritário e paternalista empreendida pela profissão anteriormente, aparece "de forma explícita um 'contra-discurso' institucional ante aquele predominante até então" (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p.379). Assim, na formação marginal de perspectivas profissionais que contestavam, despontam "as primeiras manifestações públicas, de que se tem conhecimento, no interior do 'campo social' que se posicionam contra a manutenção do *status quo*" (ibidem, p.380, *grifos dos autores*). É sobre esse aspecto que acreditamos ter havido uma singular alteração na relação de segmentos profissionais do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora. Transitando o caráter de tal relação de uma perspectiva de submissão, invisibilização, criminalização, coerção implícita, disputa e tutela, para um horizonte progressista, de parceria, de potencialização e de autonomia dos movimentos

sociais. Mesmo que configurando como processo embrionário no seio profissional, e que só vai se apresentar com a devida robustez no percurso de renovação crítica da profissão a partir das décadas de 1970-1980. Se no percurso de institucionalização da prática profissional compreendemos o Serviço Social na *contracorrente* das lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, sob essa mesma direção social conservadora, a profissão vivenciou experiências “heterodoxas” de DC e o engajamento político de parte de seus quadros que possibilitaram, embora imaturo e frágil, um ensaio *contracorrente* ao conservadorismo no Serviço Social — não público e sem disputar abertamente a direção social da profissão —, que foi fraturado e podado pela significação do golpe civil-militar de 1964. Ainda que apresentamos *algumas provocações* sobre essa discussão no item 4.3 desta dissertação, deixaremos para dar a devida e cuidadosa atenção analítica *num debate futuro*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. São Paulo, 1947.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 5. ed. — São Paulo: Cortez, 2016.
- AGUENA, Paulo. *O marxismo e os sindicatos*. São Paulo: Editora Sundermann, 2008.
- AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- ARY, Zaira. *Uma experiência de Educação Popular: Centro de Cultura D. Olegarinho*. Monografia de Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social de Pernambuco (UFPE): Recife-PE. 1963. 59 f. Disponível em: Documentação Acervo MEHSSPE.
- SERVIÇO SOCIAL, e favelas cariocas: fragmentos históricos do exercício profissional*. s/d.
- BARBOSA, Imerson Alves. *A ESQUERDA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DO PT*. Dissertação de Mestrado. São Paulo; UNESP, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 9.ed. — São Paulo: Cortez, 2011.
- BRAZ, Marcelo e NETTO, José Paulo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAVALCANTE, José Luíz. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. 2.ed. São Paulo: *Revista Histórica*, 2005.
- CFESS. *Memórias e resistências contra a ditadura*. Brasília: CFESS, 2007.
- CLOSS, Thaisa et al. Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista. In: SCHEFFER, Graziela et al. (Orgs.). *Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular*. Curitiba: CRV, 2021. p.65-87.
- COIMBRA, Ana Livia. *Uma discussão sobre a natureza do sindicato sob o capitalismo, a partir do pensamento de Marx e Gramsci*. s/d. 10f.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. *A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGÉ. Rio de Janeiro, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. O lugar do Manifesto na evolução da teoria política marxista. In: AARÃO, Daniel Reis Filho (Org.). *Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CUNHA, Marize Bastos da. Cenas históricas da Participação Popular da constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.15-42.

DANTAS, Cecília Costa. *Uma experiência de estudo de comunidade nos Coelhos*. Monografia de Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social de Pernambuco (UFPE): Recife-PE. 1963. 141 f. Disponível em: Documentação Acervo MEHSSPE.

DESLAURIERS, J. e KÉRISIT, M. *O delineamento de pesquisa qualitativa*. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008 (p. 127/153).

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. 23, *Tempo*. 2007. p.100-122.

DONNANGELO, Maria Cecília Ferro. *Saúde e Sociedade*. 2.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3.ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

ELIAS, Michelly. Lutas Sociais, Revolução Brasileira e Projeto Popular. In: *Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

ENGELS, Friedrich. “*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*”. Tradução B. A. Schumann; São Paulo: Boitempo, 2010 p.67-99. il (coleção Marx-Engels/Mundo do Trabalho)

FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5.^a.ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; et al. Pesquisa em favelas: contribuições do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania ao debate sobre os desafios postos para o Serviço Social. In: *O Social em Questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, ano XV — nº 27, p.133-150, 2012.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; FRANÇA, Bruno Alves de. SAGMACS, Serviço Social e favelas cariocas: referência e/ou produto de um contexto histórico? In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.169-188;

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Política Urbana e Serviço Social. In: *Praia Vermelha: estudos de política e teoria social* / Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSS — n.16 e n.17, (2007) — Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social. p.176-227;

_____. Serviço Social e políticas urbanas: entre o conservadorismo e a viabilização de direitos sociais. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 105-118, ago./dez.2015.

GONÇALVES, Rafael Soares; CAMPOS, Lohana. *A atuação de Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII nas favelas do Rio de Janeiro entre os anos de 1940-1950*. Rio de Janeiro, Puc-Rio: 2019. 8p.

HONORATO, Cezar. O Assistente Social e as favelas (1945/64). In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.141-167.

IAMAMOTO, Marilda Villella. A questão social no capitalismo. In: *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano.2 n.3, 2001. p.09-32.

IAMAMOTO, Marilda Villella e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villella. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 12.ed. — São Paulo: Cortez, 2013.

KORNIS, Mônica. Círculos Operários. In: *Dicionário de Verbetes Temáticos*. Rio de Janeiro: FGV. s/d.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. In: *Marx e o Marxismo — Revista do NIEP-Marx*. Niterói: UFF, v.2, n.2, jan/jul 2014.

LOWY, Michael. *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MACHADO, Graziela Scheffer. Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: da cadência do pioneirismo carioca. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. A guerra civil na França. / seleção de textos, tradução e notas Rubens Enderle. – São Paulo : Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels)

_____. *A Miséria da Filosofia*. / tradução de José Paulo Netto. – São Paulo: Global, 1985.

_____. *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Capítulo 23 — A lei geral da acumulação capitalista. In: *O capital: crítica da economia política*: livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; tradução Rubens Enderle. — 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p.689-784.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Estado, Igreja e Políticas Sociais em Pernambuco (1935-1945): imaginário das elites e ações políticas*. Dissertação de Mestrado — PPGH/UFPE. Recife-PE: UFPE, 1995.

MONTALVÃO, Camila Sobral Leite Lyra. *O Movimento Estudantil de Serviço Social em Pernambuco nas décadas de 1950-1970*. [Livro Eletrônico]. Recife-PE: Ed. da Autora, 2022.

MONTORO, Xabier Arrizabaló. *Capitalismo y Economía Mundial*. Instituto Marxista de Economía: 2014.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Lar e Família: o discurso assistencialista sobre habitação popular nos anos 40 e 50. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: EESC-USP, n.2, 2006. p.43-56.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8.ed. — São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Cinco notas a propósito da Questão Social. In: *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano.2 n.3, 2001. p.41-50.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Ensaio de um marxista sem repouso*. Marcelo Braz (org.). São Paulo: Cortez, 2017.

_____. *Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise da prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade*, n.50. Cortez: São Paulo, 1996.

NEVES, Lucília de Almeida. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: USP, 1989. p.61-71.

PESTANA, Marco Marques. *Federação de Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG)*. Dicionário de Favelas Marielle Franco. 2020. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Federa%C3%A7%C3%A3o_das_Associa%C3%A7%C3%B5es_de_Favelas_do_Estado_da_Guanabara_\(FAFEG\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Federa%C3%A7%C3%A3o_das_Associa%C3%A7%C3%B5es_de_Favelas_do_Estado_da_Guanabara_(FAFEG))>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. *Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada*. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

PINHEIRO, Maria Esolina. *Documento Histórico*. Serviço Social – Infância e Juventude desvalida (1939). Rio de Janeiro: Cortez, 1982.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 3.ed. — São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.33-42.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: patriota, revolucionário, comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: Cristianismo e Marxismo. In: *História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROCHA, Daniella Guedes. Da Batalha à Guerra do Rio: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP:Caxambú-MG, 2010.

ROSSI, Waldemar; e GERAB, William Jorge. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Tiago Barbosa. *A participação política dos estudantes de Serviço Social na defesa e consolidação da direção social da formação: a práxis política dos estudantes e a relação com a formação profissional*. Trabalho de Conclusão de Curso — Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2007. 279 f.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social da ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SCHEFFER, Graziela et al. Desenvolvimento de Comunidade e a Formação Profissional do Rio Grande do Sul (1950-1965). In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória-ES: ABEPSS, 2018. 16.f.

SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista Anauê. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, v.25, n.50, jul/dez 2005. p.61-95.

SILVA, Vicente Gil da. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado: PPGH/UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, Luanna Barbara Cavalcanti. PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO POPULAR: a experiência de Paulo Freire da Escola de Serviço Social de Pernambuco. In: SILVEIRA JR, Adilson Aquino (Org.). *A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste*. Curitiba : CRV, 2021. p.81-106.

VALLADARES, Lícia do Prado. A descoberta do trabalho de campo em “Aspectos Humanos da Favela Carioca”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.65-99.

_____. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. In: *RBCS*, v.15, n.44, out/2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2000. p.51-161.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas-SP: Papel Social, 2018. p.47-84.

FILMOGRAFIA

DOUTOR MAGARINOS TORRES, ADVOGADO DO MORRO. Direção e Produção: Ludmila Curi. Rio de Janeiro-RJ. YouTube. Duração: 22:08 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4_JkZDuIAZk>. Acesso em 14 de janeiro de 2022.